

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

189 out./dez. 2015

ISSN 1413-1536

Entrevista:
Reinaldo Gonçalves
A crise econômica
brasileira

Ponto de vista:
Armando Castro
Mercado de trabalho
baiano em 2015
e perspectivas

Perspectivas de
desenvolvimento para o
Brasil: uma análise dos
investimentos em
infraestrutura no período de
2007 a 2013

Impactos econômicos e
sociais da implantação do
complexo viário do Imbuí:
viadutos Imbuí e marginais

Quem mais estuda a Bahia não pode faltar na sua estante.

A SEI, por meio de sua linha editorial, publica regularmente livros e revistas que debatem aspectos socioeconômicos e geoambientais do estado. Quem se interessa pela Bahia não pode deixar de ler.



Bahia Análise & Dados

Revista temática trimestral que aborda temas atuais através de artigos e entrevistas elaborados por colaboradores externos e especialistas da SEI.



Conjuntura & Planejamento

Publicação trimestral colorida e ilustrada que traz artigos assinados e entrevistas sobre a conjuntura econômica da Bahia. A publicação compila estatísticas e indicadores que revelam o desempenho do estado no período.



Série Estudos e Pesquisas

Divulga os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos, na sua maioria, por técnicos da SEI nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação, agricultura e geoambiental.



Estudos e Relatórios

Também faz parte da linha editorial da SEI, estudos e relatórios que retratam a realidade socioeconômica e cultural do estado. Entre estes estudos, indicamos para leitura a revista eletrônica CAS Centro Antigo de Salvador: Território de Referência; a TRU: Tabela de Recursos e Usos do Estado da Bahia, instrumento que permite uma análise da dinâmica econômica do estado; e a série de Textos para Discussão.

Onde comprar: Biblioteca Rômulo Almeida – SEI CAB, 4ª Avenida, 435, térreo

Download gratuito:
www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

189 out.-dez. 2015

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

6

Desempenho da economia baiana no terceiro trimestre de 2015

Carla do Nascimento
Elissandra Britto
Jorge Caffé
Pedro Marques

Entrevista

22

A crise econômica brasileira

Reinaldo Gonçalves

Artigos

26

Perspectivas de desenvolvimento para o Brasil: uma análise dos investimentos em infraestrutura no período de 2007 a 2013

Ana Maria Ferreira Menezes
Manoel Justiniano Melo da Fonseca
Joaquim Ramos Silva

38

Impactos econômicos e sociais da implantação do complexo viário do Imbuí: viadutos Imbuí e marginais

Rosângela Conceição
Roberta de Queiroz Salles
Rauana Cavalcante de Oliveira

50

Análise temporal de dados climatológicos de Feira de Santana (BA)

Andrea de Almeida Brito
Aloísio Machado da Silva Filho
Gilney Figueira Zebende

60

Urânio e vento: matérias-primas energéticas distintas disponíveis no alto sertão baiano

Maria Soares Cunha
Marcus Antonius da Costa Nunes

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
JOÃO LEÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
ELIANA BOAVENTURA

CONSELHO EDITORIAL

Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Paulo Henrique de Almeida, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto
Rosângela Conceição

EQUIPE TÉCNICA

Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Mercejane Wanderley Santana
Zélia Góis
Caroline Crisostomo dos Santos (estagiária)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/ NORMALIZAÇÃO

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Augusto Cezar Pereira Orrico

EDITORIA-GERAL E COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO

Calixto Sabatine (Linguagem)
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

DESIGN GRÁFICO/ILUSTRAÇÕES

Nando Cordeiro

EDITORAÇÃO

Autor Visual Design Gráfico

FOTOS

Secom/ba, Stock XCHNG

IMPRESSÃO

EGBA – Tiragem: 300

Ponto de vista

72

Mercado de trabalho baiano em 2015 e perspectivas

Armando Castro

Investimentos na Bahia

74

Investimentos no complexo agroalimentar devem chegar a R\$ 10 bilhões até 2017

Fabiana Karine Santos de Andrade

78 Livros

80 Conjuntura econômica baiana

Indicadores conjunturais

90

Indicadores econômicos

98

Indicadores sociais

108

Finanças públicas

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no *Qualis*.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2016.
n. 189
Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

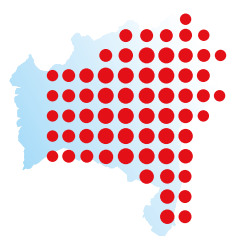
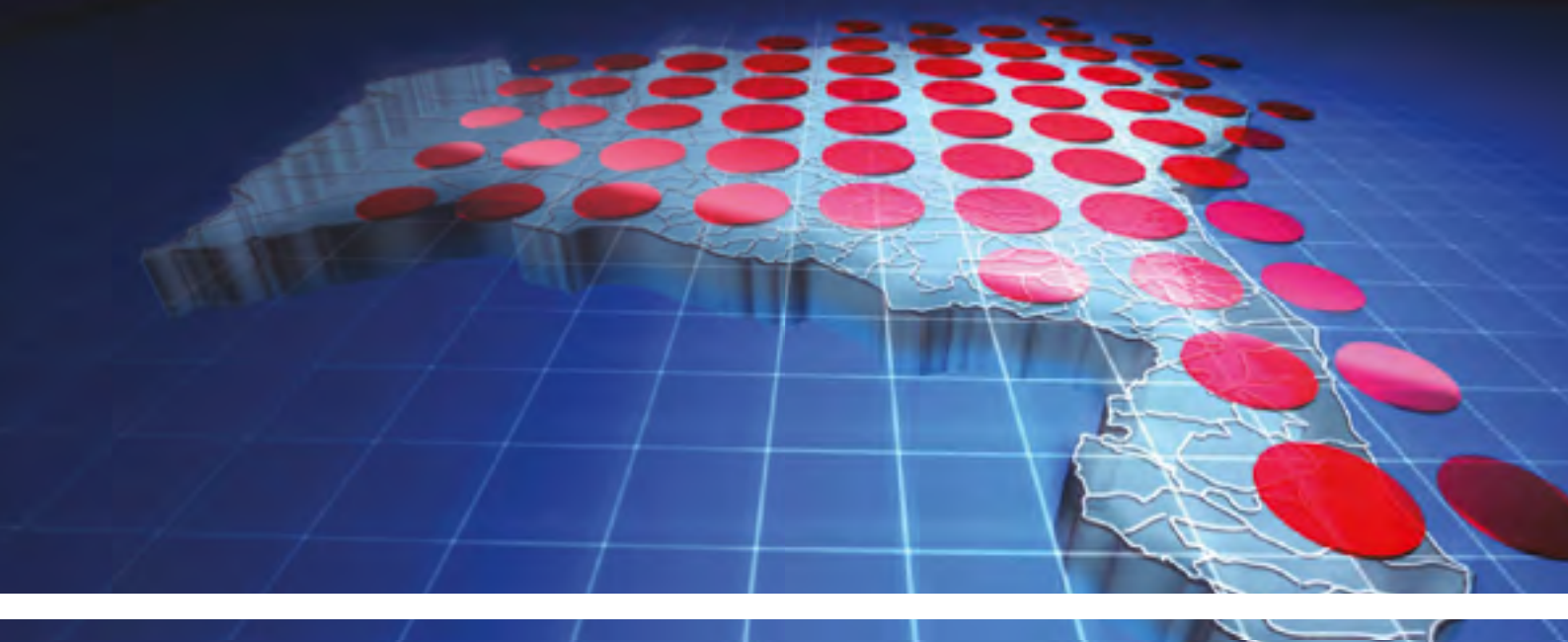
CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º And. – CAB
Cep: 41.750-300 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br



IDE.Bahia

Infraestrutura de Dados
Espaciais do Estado da Bahia

Acesse já e informe-se
geoportal.ide.ba.gov.br

Instituída pelo Decreto nº 16.219 de 24/07/2015, publicado no Diário Oficial em 25/07/2015, a IDE Bahia, tem como objetivo facilitar o acesso a geoinformação produzida pela administração pública fornecendo subsídios para a tomada de decisão, formulação de políticas e a sociedade em geral.

A IDE Bahia, é um conjunto distribuído de dados, serviços e aplicações que permitem o compartilhamento e utilização da informação geoespacial produzida pelas instituições públicas estaduais, cujo acesso se faz através do GEOPORTAL BAHIA.

Carta do editor

O terceiro trimestre de 2015 foi marcado por um desaquecimento no nível de atividade econômica. A análise desse período revela uma fragilidade na condução da política econômica, constatada pela elevação do nível de preços, aumento das taxas de juros e retração do consumo. Esse cenário, bem como as nuances que permeiam o desempenho da economia, é retratado no número 189 da revista *Conjuntura & Planejamento* (C&P).

A edição de outubro/dezembro da publicação apresenta o panorama brasileiro e baiano em um momento de incertezas quanto ao comportamento da economia nos próximos meses. De acordo com a equipe de conjuntura da SEI, o baixo crescimento da economia brasileira no período recente decorreu do esgotamento de elementos endógenos e exógenos que condicionaram o ciclo de expansão alcançado entre 2004-2010. Nesse período, observou-se um nível de emprego e um poder de compra resultantes da retração do mercado de trabalho.

Na seção Entrevista, uma conversa com um dos maiores especialistas em desenvolvimento e economia internacional, Reinaldo Gonçalves, Ph.D. em Economia pela University of Reading (Inglaterra, 1986) e detentor de várias outras titulações. Autor de mais de três centenas de trabalhos, publicados em 21 países, e professor titular de Economia Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 1993, Reinaldo Gonçalves analisa o atual quadro vivenciado pelo Brasil. Para ele, o país vive um dos mais graves momentos da sua história. Trata-se de uma crise sistêmica com fortes raízes estruturais, abarcando as dimensões econômica, social, ética política e institucional. Na sua avaliação, o modelo de desenvolvimento liberal periférico, adotado no Brasil, implica uma trajetória de instabilidade e crise.

No Ponto de Vista, o diretor de Pesquisas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Armando Castro Neto, explana sobre a retração no mercado de trabalho. Na economia baiana, segundo Castro Neto, a crise levou a que o comércio encerrasse mais de 8 mil postos de trabalho, e a indústria eliminasse quase 5 mil empregos. Para ele, a ausência de novas oportunidades fez com que o crescimento da População Economicamente Ativa se traduzisse em desemprego.

Na seção Artigos, trabalhos como o de Ana Maria Ferreira Menezes, Manoel Justiniano Melo da Fonseca e Joaquim Ramos Silva, intitulado “Perspectivas de desenvolvimento para o Brasil: uma análise dos investimentos em infraestrutura no período de 2007 a 2013”. No texto, os autores analisam os investimentos em infraestrutura no Brasil, no período correspondente ao segundo governo Lula e o governo Dilma, sob o aspecto da concessão dos serviços públicos. Outro trabalho é o de Rosângela Ferreira Conceição, Roberta de Queiroz Salles e Rauana Cavalcante de Oliveira, com o tema “Impactos econômicos e sociais da implantação do Complexo Viário do Imbuí: viadutos Imbuí e marginais”. As autoras trazem a proposta de avaliar as consequências geradas com a implantação do Complexo Viário do Imbuí, localizado na cidade de Salvador, Bahia.

Assim, a edição 189 da C&P oferece discussões de caráter estruturante sobre o planejamento e os desafios para a economia brasileira e baiana. Nesse aspecto, a SEI, sem a pretensão de esgotar o assunto e emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, esboça, através da sua publicação, um panorama do cenário econômico de janeiro a setembro de 2015 e apresenta algumas perspectivas para os próximos meses.



Desempenho da economia baiana no terceiro trimestre de 2015

Carla do Nascimento*
Elissandra Britto**
Jorge Caffé***
Pedro Marques****

Ao longo de 2015, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial continuou mostrando tendências divergentes entre os países desenvolvidos e economias emergentes, que apresentaram desaceleração gradual. O Fundo Monetário Internacional (FMI) atualizou, em outubro de 2015, a expectativa de crescimento da economia global, reduzindo o percentual de expansão de 3,3% para 3,1%, abaixo do resultado de 2014 (3,4%). Para 2016, a instituição projetou crescimento de 3,6%. A retomada modesta nas economias avançadas e a leve desaceleração das economias em desenvolvimento e emergentes foram os elementos que motivaram a revisão das projeções. No conjunto dessas economias, o PIB deverá enfrentar suave desaceleração, passando de 4,6%, em 2014, para 4,0%, em 2015, e 4,5%, em 2016. Para o Brasil, o FMI estima contração de 3,0% em 2015 e de 1,0% em 2016. Ainda de acordo com o organismo internacional, a desaceleração do PIB nos países emergentes foi reflexo do ritmo mais fraco de expansão em países como a China e da recessão em nações como o Brasil e a Rússia (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2015).

A taxa de crescimento anualizada do PIB dos EUA atingiu 2,1% no terceiro trimestre de 2015, mostrando uma desaceleração forte ante o segundo trimestre, quando houve um avanço de 3,9%, considerando a taxa anualizada. O indicador sugere que a economia norte-americana está a caminho de fechar o ano com um crescimento modesto para os padrões do país. O desempenho foi influenciado por uma desaceleração menos severa nos estoques dos negócios (BILENKY, 2015). As altas mais fortes entre o terceiro trimestre de 2014 e o mesmo período de 2015 aconteceram na Índia (7,1%), China (6,9%) Turquia (5,3%) e Indonésia (4,7%) (PIB..., 2015).

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

** Mestre em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

*** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). tadeu@sei.ba.gov.br

**** Mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em produção de informações econômicas, sociais e geoambientais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). pedromarques@sei.ba.gov.br

Um os fatores de risco para o desempenho da economia mundial que devem ser incluídos nesse cenário é a maior volatilidade no mercado financeiro, que poderia gerar uma reversão dos fluxos de capitais, redirecionando-se para os países desenvolvidos, principalmente no caso de aumento das taxas de juros dos EUA. A turbulência no mercado também poderá crescer devido às apreensões com o futuro da zona do euro, com a continuidade da queda dos preços do petróleo e com o ritmo mais fraco da demanda chinesa.

O menor crescimento da economia brasileira no período recente decorreu do esgotamento de elementos endógenos e exógenos que condicionaram o ciclo de expansão alcançado entre 2004-2010. O país havia sido favorecido pela aceleração do crescimento mundial e pelo aumento da liquidez global e da demanda mundial por *commodities*. No âmbito interno, houve a adoção de medidas para a expansão do crédito e do consumo, que se refletiram no aumento da produção de bens e serviços e do emprego. A política econômica beneficiou-se da apreciação cambial, que permitiu o crescimento da demanda acima da produção, e dos salários acima da produtividade, com controle da inflação, ainda que ao custo da redução da competitividade da indústria e do aumento do déficit em conta corrente advindo da ampliação das importações para suprir o mercado interno.

Esse cenário se modificou a partir da crise financeira internacional de 2007-2009, que exigiu uma política

O menor crescimento da economia brasileira no período recente decorreu do esgotamento de elementos endógenos e exógenos que condicionaram o ciclo de expansão alcançado entre 2004-2010.

A elevação da inflação foi outro elemento que contribuiu para comprimir o consumo e a atividade econômica, principalmente nos setores da indústria e do comércio, com repercussões negativas no poder de compra dos salários.

econômica de reversão cíclica, pautada no consumo, que se manteve mesmo após o período mais crítico da crise. No *front* externo, a retomada do crescimento mundial foi lenta, o que prejudicou a demanda no comércio internacional (exportações) e os preços das *commodities*. No mercado interno, houve o comprometimento elevado da renda das famílias, com o conseqüente inadimplemento do crédito, que se refletiu na redução do consumo. Também se verificou a ampliação dos gastos públicos, com a concessão de subsídios e a renúncia de tributos diversos para segmentos do setor manufatureiro. Isso suscitou a necessidade de ajuste fiscal para tentar manter o equilíbrio macroeconômico da dívida pública avolumada.

A elevação da inflação foi outro elemento que contribuiu para comprimir o consumo e a atividade econômica, principalmente nos setores da indústria e do comércio, com repercussões negativas no poder de compra dos salários. Os motivos para a alta dos preços são muitos: a correção dos preços administrados, o repasse cambial, a manutenção de regras de indexação e as expectativas dos agentes econômicos com relação à política monetária. A inflação elevada diminuiu o potencial de crescimento da economia e a geração de empregos e de renda no país.

Somado a esses fatores, o ambiente político bastante complexo tem dificultado a concretização do ajuste fiscal, tão necessário para estabilizar a relação entre a dívida pública bruta e o PIB. O maior risco está no nível

de confiança do mercado na capacidade do governo de manter as metas dos superávits fiscais.

Após várias decepções com os resultados fiscais, que acarretaram perda do status de grau de investimento do país e forte depreciação da moeda local, as expectativas futuras de inflação também sofreram deterioração significativa. Apesar disso, o Banco Central continuou reiterando sua percepção estratégica de que manter a taxa Selic em 14,25%, por um período suficientemente prolongado, será suficiente para promover a convergência da inflação para o centro da meta no horizonte relevante para a política monetária.

As perspectivas de agravamento da crise da economia brasileira aumentam constantemente. O desânimo generalizado – tanto no setor manufatureiro, cujos estoques continuam em alta, quanto no setor de serviços – mostra a deterioração da confiança dos agentes econômicos, que vem atingindo índices mínimos históricos. Além disso, é muito baixa a probabilidade de ocorrência, em curto prazo, de qualquer mudança capaz de induzir a recuperação do crescimento, como a redução da incerteza política atual ou a aprovação de medidas eficazes para diminuir o desequilíbrio fiscal.

Os resultados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015) para o acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2015 confirmaram as expectativas de retração da economia, apontando um recuo de 3,2% do PIB em relação a igual período de 2014. Nesta base de comparação, apenas a Agropecuária teve desempenho favorável, com crescimento de 2,1%. O setor industrial e o de serviços exibiram queda de 5,6% e 2,1%, respectivamente.

De acordo com o Sistema de Contas Nacionais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015) sob a ótica da demanda agregada, destaca-se a forte queda de 12,7% da formação bruta de capital fixo (FBCF). O consumo das famílias (-3,0%) e o consumo do governo (-0,4%) também acumularam redução no período. No setor externo, as importações de bens e serviços tiveram variação negativa de 12,4%, enquanto que as exportações de bens e serviços expandiram-se em 4,0%.

A produção industrial registrou queda de 7,4%, no acumulado até setembro de 2015. No setor de serviços, houve redução de 2,8% no mesmo período. Comportamento semelhante foi observado no comércio varejista ampliado, com decréscimo de 7,4% no volume de vendas, resultado da queda de 3,3% do varejo, 16,1% nas vendas de veículos e motos, partes e peças e de 6,4% nas vendas de material de construção. Como consequência, a taxa de desocupação alcançou 8,9%, aumentando tanto em relação ao segundo trimestre de 2015 (8,3%) quanto frente ao terceiro trimestre de 2014 (6,8%), com fechamento de cerca de 170 mil postos de trabalho.

A debilidade da atividade econômica provocou uma arrecadação de impostos muito aquém da esperada ao longo do ano. O governo não conseguiu a aprovação no Legislativo de medidas do ajuste fiscal necessárias para compensar a redução das receitas. Consequentemente, o país está progressivamente se afastando das metas fiscais estabelecidas para os próximos anos. Dada a falta de apoio político do governo e as dificuldades do Congresso para realizar o ajuste fiscal, as expectativas apontam resultados fiscais ruins em 2015 e 2016.

As projeções de analistas de mercado (CUCOLO, 2015) indicam, para 2016, retração um pouco menor do que a observada no ano de 2015, com variação em torno de -3,5% e expansão acima de 1,0% a partir de 2017. As expectativas apontam para a superação da crise com controle da inflação a partir de 2017, mas com

Dada a falta de apoio político do governo e as dificuldades do Congresso para realizar o ajuste fiscal, as expectativas apontam resultados fiscais ruins em 2015 e 2016.

crescimento modesto. Isto porque o mau desempenho econômico e fiscal deve persistir, e as incertezas políticas continuam pressionando a confiança dos agentes econômicos. Esses fatores atrasam a recuperação do investimento e do crescimento, aumentando os riscos para a consolidação fiscal em médio prazo, tão necessária para a estabilização da dívida interna.

O cenário da Bahia acompanha de perto o quadro econômico do país. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, a atividade econômica baiana caiu 2,2%, de acordo com as estimativas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2015). As próximas seções trazem o desempenho setorial da economia baiana ao longo dos primeiros três trimestres de 2015.

AGRICULTURA BAIANA COLHE BONS FRUTOS EM 2015

O valor agregado bruto (VAB) da agropecuária baiana apresentou crescimento de 5,6% no terceiro trimestre de 2015 (Gráfico 1), apesar da retração de 1,9% no ritmo da atividade econômica do estado no mesmo período, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2015). O resultado reflete, sobretudo, a estimativa de bom desempenho das lavouras de soja (40,6%), café (10,8%) e algodão (2,8%).

O décimo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado em outubro pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revisou a estimativa de crescimento da safra de grãos na Bahia em 2015, passando de 17,3% para 14,7% na comparação com 2014. Com isso, o volume de produção ficou estimado em 9,1 milhões de toneladas para o ano corrente, resultado do incremento das áreas plantada (4,3%) e colhida (11,0%) em relação a 2014 (Tabela 1).

A colheita da soja encerrou-se em maio, com estimativa de produção de 4,5 milhões de toneladas, representando um crescimento de 40,6% em relação à safra anterior. As áreas plantada e colhida aumentaram 12,6%, alcançando uma extensão de 1,4 milhão de hectares, com produtividade média de 3,1 t/ha, resultado 24,8% maior do que alcançado em 2014. Nos últimos três meses, a cotação média da oleaginosa no estado (saca de 60 kg) manteve-se firme, atingindo o maior valor (R\$ 76,35) em outubro. A explicação continua sendo a valorização do dólar, mas a entrada no mercado das safras recordes da Argentina e dos Estados Unidos pressionam os preços internacionais para baixo.

A lavoura baiana de café superou em 10,8% a produção de 2014, totalizando 223,5 mil toneladas, numa área plantada de 176,2 mil hectares. A principal contribuição veio da variedade arábica, com 134,9 mil toneladas, suplantando em 8,9% a safra anterior. Já a variedade *canephora* colhida alcançou 88,6 mil toneladas, resultado 13,9% superior ao do ano passado. Especulações quanto ao volume da safra nacional de café, aliadas à desvalorização do real, produziram volatilidade nos preços. No entanto, a cotação média da saca de 60 kg do grão arábica no estado atingiu o valor de R\$ 430,70.

A estimativa para a lavoura do feijão foi novamente revisada, apontando para uma redução de 9,7% na produção. A principal contribuição veio da primeira safra, com uma colheita 42,8% superior à de 2014, alcançando 135,4 mil toneladas. A projeção para a segunda safra, em fase final de colheita, indica queda de 28,8% na produção (186,3 mil toneladas), na mesma base de comparação, e redução de 18,7% da área plantada. A lavoura, portanto, deve totalizar 321,7 mil toneladas, numa extensão de 528 mil hectares de área plantada.

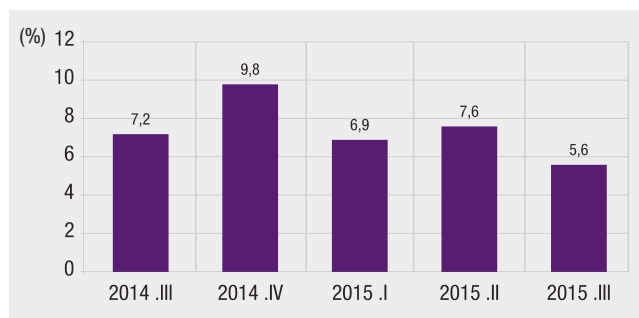


Gráfico 1
Taxa trimestral de crescimento do VAB agropecuário (%) (1)

Fonte: IBGE/SEI

Elaboração: SEI/CAC

(1) trimestre atual/mesmo trimestre ano anterior

Tabela 1
Estimativa de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos – Bahia – 2014/2015

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área Plantada (mil ha)			Área Colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)	2014 (3)	2015 (3)	Var. (%) (3)
Mandioca	2.131	2.096	-1,65	343	291	-15,21	194	181	-6,84	11.001	11.614	5,57
Cana de açúcar	6.705	6.129	-8,59	129	121	-6,27	119	111	-6,15	56.515	55.047	-2,60
Cacau	161	141	-12,41	564	499	-11,52	547	478	-12,72	294	295	0,36
Grãos	7.972	9.144	14,71	3.318	3.462	4,35	3.046	3.382	11,04	2.617	2.704	3,31
Algodão	1.164	1.197	2,80	342	332	-2,95	341	332	-2,77	3.413	3.608	5,73
Café	202	223	10,80	171	176	2,94	161	167	3,96	1.253	1.335	6,58
Feijão	356	322	-9,72	582	528	-9,35	498	504	1,03	715	639	-10,64
Milho	2.921	2.724	-6,73	826	849	2,76	657	802	22,09	4.448	3.398	-23,60
Soja	3.206	4.507	40,58	1.276	1.438	12,67	1.276	1.438	12,67	2.512	3.134	24,77
Sorgo	123	171	39,45	121	140	15,89	113	140	24,32	1.089	1.221	12,18
TOTAL	-	-	-	4.353	4.372	0,44	3.906	4.152	6,30	-	-	-

Fonte: IBGE–LSPA.

Elaboração: CAC/SEI.

(1) PAM/IBGE safra 2014.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra 2015 (Out. 2015).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

Para a lavoura do algodão, manteve-se a expectativa de crescimento de 2,8%, superando as previsões iniciais de queda de 5,6% na produção e alcançando cerca de 1,2 milhão de toneladas. Apesar da redução de 10 mil hectares da área plantada, o rendimento deve atingir 3,6 t/ha, um aumento de 5,7% em relação ao ano anterior. A trajetória de preços da pluma segue firme no mercado doméstico, sustentada, principalmente, pela valorização do dólar, apesar da retração da demanda. Os estoques mundiais continuam elevados, sobretudo na China, que detém 58,1% dos excedentes.

A projeção para a lavoura do milho acentuou a queda nesta safra, que deve totalizar 2,7 milhões de toneladas,

volume 6,7% abaixo do produzido em 2014. A principal razão foi a frustração da primeira safra, que atingiu 2,2 milhões de toneladas, ficando 12,2% abaixo da safra anterior. A estimativa para a segunda safra, no entanto, é positiva e prevê um crescimento de 24,0% em relação a 2014, alcançando 547 mil toneladas. O preço da saca do milho com 60 kg no estado vem reagindo nos últimos meses e atingiu a média de R\$ 29,85. No mercado doméstico, a forte desvalorização do real frente ao dólar tem sido responsável pela manutenção dos preços em níveis mais altos. Ao contrário da tendência nacional de recorde, a safra do milho na Bahia sofreu uma redução em 2015, devido à queda de rendimento, sobretudo da lavoura de segunda safra. O veranico de janeiro, assim como a incidência de pragas, prejudicou a lavoura de verão do grão. Apesar do clima favorável, a segunda safra foi afetada pelos baixos preços, que inibiram os produtores.

A trajetória de preços da pluma segue firme no mercado doméstico, sustentada, principalmente, pela valorização do dólar, apesar da retração da demanda.

O levantamento ainda apontou queda de 1,6% na lavoura da mandioca, em função da redução de 52 mil hectares de área plantada. Cacau (-12,4%) e cana-de-açúcar (-8,6%) também apresentam projeções de declínio na produção, em função de cortes de 65 mil hectares e 8 mil hectares em área plantada, respectivamente. Os baixos preços aos produtores e problemas de demanda afetaram as decisões de plantio dessas lavouras na safra atual.

Tabela 2
Exportações baianas de produtos agrícolas – Jan./out. 2015

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio
	2014	2015			
Soja e Derivados	1.235.219	1.222.532	-1,03	36,69	-24,58
Papel e Celulose	1.369.186	1.185.150	-13,44	35,57	-14,40
Algodão e Seus Subprodutos	313.822	253.388	-19,26	7,61	-14,44
Cacau e Derivados	164.628	203.134	23,39	6,10	4,28
Frutas e Suas Preparações	107.921	114.873	6,44	3,45	-12,74
Couros e Peles	125.364	105.297	-16,01	3,16	-8,45
Café e Especiarias	119.372	99.501	-16,65	2,99	-34,25
Sisal e Derivados	88.190	98.347	11,52	2,95	19,75
Fumo e Derivados	31.151	23.628	-24,15	0,71	-9,06
Milho e Derivados	7.594	18.462	143,12	0,55	-22,71
Carne e Miudezas de Aves	9.767	7.351	-24,74	0,22	-4,26
Total	3.572.214	3.331.664	-6,73	100,00	-

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 06/11/2015.

Elaboração: SEI.

No cenário externo, as matérias-primas e os bens agropecuários da pauta de exportação baiana sofreram os efeitos da queda de preços das *commodities*. Isso se refletiu na variação negativa do preço médio, em dólar, da maioria dos produtos ao longo dos dez primeiros meses do ano (Tabela 2), não obstante o crescimento do volume negociado. Observa-se que soja e celulose concentram a maior participação (62,26%) dentre os produtos agropecuários e silvícolas exportados pelo estado. Destaques positivos também para as vendas de milho (143,12%), cacau (23,39%), frutas (9,68%) e sisal (11,52%). Por outro lado, as receitas em dólar tiveram queda acentuada para produtos como algodão (-19,26%), papel e celulose (-13,44%) e carnes (-24,74%).

INDÚSTRIA E EXPORTAÇÕES MANTÊM RITMO DE QUEDA

O valor adicionado pela indústria caiu 3,0% no acumulado até o terceiro trimestre do ano, resultado superior ao nacional (que apresentou queda de 5,6%). Os piores números concentram-se na *Indústria de transformação*, que, em termos de valor adicionado, recuou 8,8%. Os dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE de 2015 mostraram que, no acumulado de janeiro a setembro, a produção desse setor contraiu-se 6,2%, na Bahia, e 9,2%, em nível nacional. Esse resultado pode ser parcialmente explicado pela base de comparação elevada,

devido à recuperação da produção esboçada em 2013 e 2014, induzida por uma série de incentivos do governo, como a prorrogação do IPI reduzido para a compra de automóveis e de eletrodomésticos e os estímulos do programa Minha Casa Melhor. Porém, quase todos os setores relevantes da indústria baiana registraram queda em 2015, reproduzindo o padrão nacional.

Esse resultado pode ser parcialmente explicado pela base de comparação elevada, devido à recuperação da produção esboçada em 2013 e 2014, induzida por uma série de incentivos do governo, como a prorrogação do IPI reduzido para a compra de automóveis e de eletrodomésticos e os estímulos do programa Minha Casa Melhor.

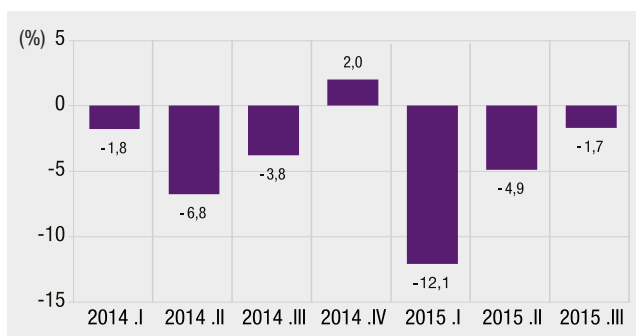


Gráfico 2
Variações Trimestrais da Produção Física Industrial (1)
Bahia – 2014/2015

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

A análise trimestral ilustrada no Gráfico 2 confirma a queda do crescimento da indústria baiana nos três trimestres de 2015.

Em 2015, no acumulado até setembro, o desempenho da Indústria de Transformação decorreu da contração na produção de *Derivados do petróleo e biocombustíveis* (14,6%), pressionada, especialmente, pela menor produção de óleos combustíveis, óleo diesel, gasolina automotiva e naftas para petroquímica; *Metalurgia* (-16,2%), devido à menor produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre, lingotes, blocos e placas de aço ao carbono, vergalhões de aço ao carbono e fio-máquina de aços ao carbono; *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-54,6%), em razão da queda na produção de computadores pessoais de mesa (PC desktops) e gravadores ou reprodutores de sinais de áudio e vídeo (DVD, *home theater* e semelhantes); *Produtos químicos* (-4,2%), por conta da menor produção de polietileno de alta densidade (Pead), policloreto de vinila (PVC), amoníaco e princípios herbicidas; e *Produtos alimentícios* (-3,8%), segundo a Pesquisa Industrial Mensal (2015) do IBGE (Gráfico 3).

Em sentido oposto, os ramos *Veículos* (22,1%), impulsionado pela maior fabricação de veículos automotores; *Celulose, papel e produtos de papel* (3,8%); e *Couros, artigos para viagem e calçados* (2,1%) tiveram as contribuições positivas mais importantes sobre o total da indústria baiana.

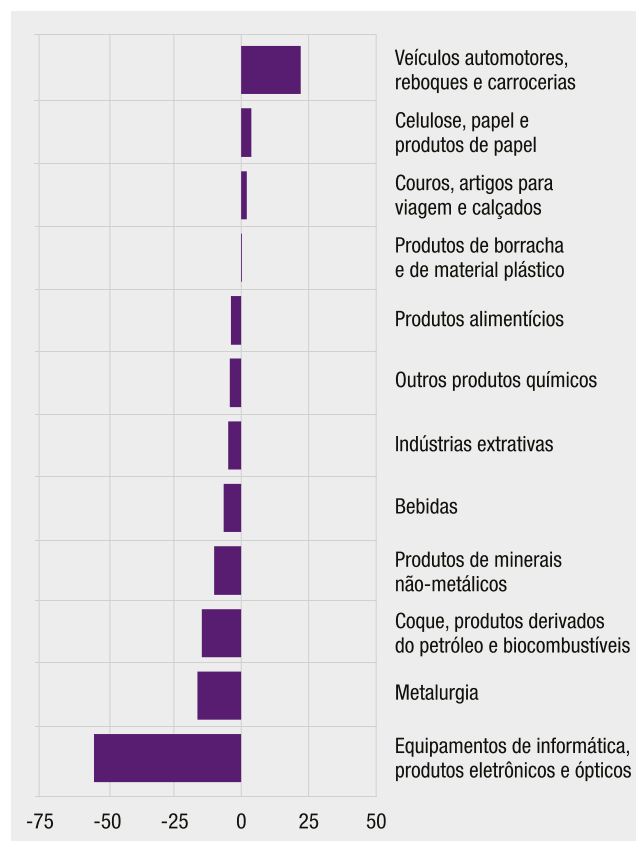


Gráfico 3
Produção Física da Indústria Geral – Bahia – Jan.-set. 2015 (1)

Fonte: Produção Física Industrial (2015).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

O aumento na produção de veículos é fruto principalmente da baixa base de comparação com o ano anterior, quando o segmento retraiu-se 30,5% no período de janeiro a setembro. Além do efeito-base e da desaceleração da demanda nacional, a crise na economia argentina também trouxe dificuldades para alguns segmentos industriais do estado, como o automotivo. O setor teve forte retração no país no acumulado de janeiro a setembro de 2014, fruto da queda de confiança do consumidor quanto ao futuro da economia, da restrição do crédito e da crise argentina (país de destino de 76% das exportações baianas de veículos).

Segundo informações da Federação Nacional de distribuição de Veículos Automotores (2015), entre janeiro e setembro de 2015, foram vendidas 7.693 de unidades, frente a 13.010 no mesmo período de 2014, representando um recuo de 22,9% no período.

Por outro lado, setores intensivos em trabalho e tradicionais na estrutura produtiva estadual, como a de calçados e equipamentos eletrônicos, já vinham enfrentando dificuldades ao longo dos últimos anos, tendência que se manteve em 2015.

A produção física da Indústria Extrativa assinalou retração de 4,8% no acumulado de janeiro a setembro de 2015, basicamente influenciada pela queda de 8,6% na extração de petróleo no período citado, de acordo com dados divulgados pela Agência Nacional de Petróleo (2015).

O encolhimento da indústria também se refletiu nas exportações estaduais. A balança comercial registrou déficit de US\$ 405 milhões no acumulado de janeiro a outubro de 2015, repetindo resultado desfavorável observado em 2014, quando o saldo apresentou déficit de US\$ 4 bilhões. Apesar da queda de 5,7% das importações, decorrente da redução das compras de bens intermediários, de capital e de bens duráveis e não duráveis e do desaquecimento da demanda interna, a diminuição das exportações foi ainda maior (-15,7%) (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2015).

Na comparação com período de janeiro a outubro de 2014, o valor das exportações de básicos recuou 0,88%, e o de manufaturados, 32,8%. A queda nos preços de venda (redução média de 21,3%) gerou a diminuição no valor exportado.

Segundo o Informe Conjuntural (2015) da CNI,

[...] o crescimento das exportações não será maior porque o câmbio mais favorável demora a se refletir na estratégia de comercialização das empresas, já que o processo de exportação geralmente respeita relações contratuais de longo prazo, dificultando uma reinserção imediata no mercado internacional, especialmente no caso dos produtos manufaturados. Além disso, a perda de competitividade dos últimos anos afastou a indústria brasileira [e, consequente, a indústria baiana] de diversos mercados. Essa retomada pode ser lenta e custosa, especialmente enquanto a taxa de câmbio permanecer volátil, dificultando o planejamento estratégico das empresas exportadoras.

Em relação aos principais parceiros comerciais da Bahia, observa-se retração das exportações no período para quase todos os blocos econômicos, com exceção da China, que registrou expansão de 28,9%. Nos demais, destacam-se as quedas de 27,8% para os EUA e de 22,4% para a União Europeia.

VAREJO SENTIU OS EFEITOS DA CONTRAÇÃO ECONÔMICA

O volume de negócios ao longo dos últimos meses revela que as vendas no comércio varejista em 2015 estão comprometidas. Segundo dados apurados pela Pesquisa Mensal de Comércio (2015) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o setor registrou, nos primeiros nove meses do ano, queda de 3,3%. Na Bahia, a variação negativa para esse mesmo período foi mais intensa, alcançando a taxa de 6,6%.

Quando observado o comportamento na Bahia no trimestre durante os anos de 2014/2015, constata-se que o setor perdeu o dinamismo gradativamente. No terceiro trimestre deste ano, a taxa atingiu a variação negativa de 10,0% (GRÁFICO 4). Esse resultado foi reflexo da frágil confiança dos empresários e dos consumidores, dado o momento de retração. O enfraquecimento da atividade econômica, com reflexo no mercado de trabalho, compromete a renda familiar. Diante da desaceleração do crescimento real da massa de salários, aceleração da inflação, escassez de crédito, elevação da taxa de juros e aumento da incerteza, a demanda se retrai, já que os agentes econômicos ficam mais temerosos em realizar novos gastos.

O volume de negócios ao longo dos últimos meses revela que as vendas no comércio varejista em 2015 estão comprometidas.

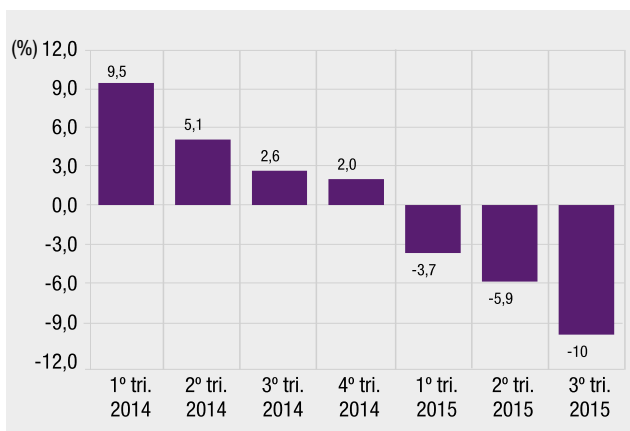


Gráfico 4
Variações Trimestrais do Volume de Vendas do Varejo (1)
Bahia – 2014/2015

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

A análise por atividade indica que o setor mais comprometido no âmbito do comércio varejista restrito foi *Móveis e eletrodomésticos*. A modalidade de crédito consignado, que até então havia sido um dos líderes do ciclo de expansão, sustentado, em grande parte, pela manutenção da renda elevada, apresentou arrefecimento. Esse comportamento é atribuído ao aumento da taxa de juros, associado à retirada gradual dos incentivos direcionados à linha branca, como a redução do imposto sobre produtos industrializados (IPI). No ampliado, que inclui o varejo e as atividades *Veículos, motos, partes e peças* e *Material de construção*, identifica-se que o mais comprometido foi o segmento referente à comercialização de veículos.

No acumulado, com exceção de *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (4,3%), todos os demais segmentos que compõem o indicador de volume de vendas do comércio varejista registraram variações negativas, como *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-22,6%); *Móveis e eletrodomésticos* (-14,2%); *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-13,8%); *Tecidos, vestuário e calçados* (-12,7%); *Combustíveis e lubrificantes* (-8,9%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-2,8%); e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (-1,8%) (Gráfico 5).



Gráfico 5
Volume de vendas das atividades do comércio varejista (1)
Bahia – Jan.-set. 2015

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: CAC/SEI.

(1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

O segmento *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, de maior peso para o indicador de volume de vendas do comércio varejista, também sentiu os efeitos da retração econômica. No Brasil, as taxas dessa atividade foram negativas, consecutivamente, desde fevereiro de 2015, e na Bahia, desde maio de 2015. Entretanto, a despeito do mau comportamento das vendas do ramo, a reação do consumidor diante da elevação de preços não foi tão drástica. Isso revela que, diante da crise, os consumidores estão mais cautelosos na hora de consumir, mas como se trata de um segmento que comercializa bens essenciais, não deixam de comprar.

Já a atividade *Móveis e eletrodomésticos* registrou queda sistemática nas vendas na Bahia desde dezembro de 2014. Em setembro de 2015, a variação foi negativa em 22,9% em relação a igual mês do ano anterior, levando o segmento a ser o maior impulsionador da retração do

setor no mês. No acumulado do ano, a taxa negativa alcançou o percentual de 14,2% para o volume de vendas.

O comportamento do segmento de *Móveis e eletrodomésticos*, bem como o de *Veículos, motos, partes e peças*, encontra justificativa no fato de essas atividades serem mais sensíveis ao nível de confiança, já que exigem um planejamento mais estruturado. Assim, ante as incertezas, os consumidores preferem adiar a compra dos produtos comercializados por esses ramos, concentrando atenção nos itens indispensáveis.

Perante um cenário recessivo, o volume de vendas do comércio varejista não deverá mudar sua trajetória de queda nos próximos meses, sendo possível afirmar que o ano de 2015 para o setor está comprometido. Para mudar essa situação será necessária uma sucessão de boas notícias no âmbito político-econômico, de forma a recuperar a confiança dos agentes econômicos.

Segundo os dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) recuou 5,3% entre agosto e setembro de 2015. Essa tendência também foi percebida no Índice de Confiança do Comércio (Icom) da FGV, que variou negativamente em 4,1%, representando a quinta queda consecutiva (SONDAGEM DO COMÉRCIO E ÍNDICE DE CONFIANÇA 2015).

A perda de fôlego evidenciada no indicador do comércio varejista é resultado de uma perspectiva apática quanto ao comportamento da economia brasileira. Esse quadro

Diante das incertezas e na ausência de mudança no cenário econômico, as vendas deverão permanecer enfraquecidas, caso não seja adotada nenhuma medida de estímulo por parte do governo.

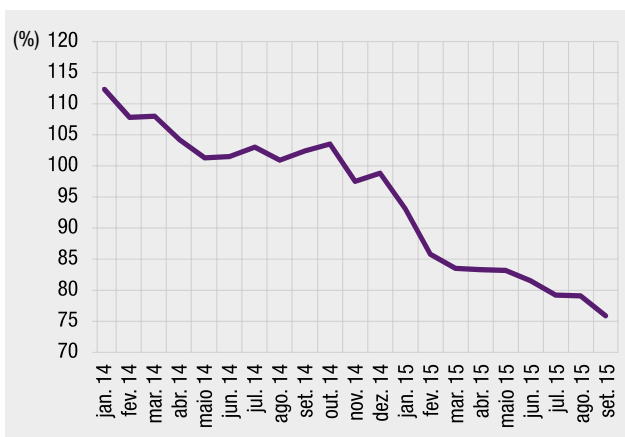


Gráfico 6
Índice de Confiança do Consumidor
Brasil – Jan. 2014-set. 2015

Fonte: FGV-Sondagem de Expectativas do Consumidor.
Elaboração: CAC/SEI.

é reforçado quando se observa o comportamento do ICC ao longo de 2015 (Gráfico 6).

O ICC mostra uma trajetória descendente desde janeiro de 2014 até setembro de 2015. A partir de dezembro de 2014, o ritmo de queda foi intensificado. Assim, para o ano de 2016, a expectativa é que o consumidor continue inseguro quanto aos rumos da economia brasileira, o que deverá se refletir no indicador do volume de vendas. Diante das incertezas e na ausência de mudança no cenário econômico, as vendas deverão permanecer enfraquecidas, caso não seja adotada nenhuma medida de estímulo por parte do governo.

Assim, embora ainda não se possam definir os rumos do comércio varejista em 2016, a trajetória descrita até o momento revela que, nos próximos meses, as decisões sobre a política econômica vigente no país serão decisivas para manter ou mudar o caminho percorrido pelo setor em 2015.

DECLÍNIO DA EMPREGABILIDADE NO PAÍS E NA BAHIA

Os mercados de trabalho brasileiro e baiano, no período acumulado de nove meses (janeiro a setembro de 2015), apresentaram trajetórias convergentes de queda contínua no nível de emprego, segundo dados da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2015) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2015).

O declínio da empregabilidade enquadra-se na atual conjuntura de crise da economia brasileira, que vem passando por incertezas e baixa confiança dos agentes econômicos. As razões para esse quadro de descon-fiança podem ser encontradas na queda do PIB (-3,2% no acumulado do ano até setembro), já observada desde a segunda metade de 2014; na alta da inflação o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou 9,91% até setembro; no aumento da taxa dos juros básicos, que atingiu 14,25%; e na valorização cambial (US\$1,00/R\$ 3,41) em igual período. Esses fatores repercutiram negativamente no panorama do mercado de trabalho, com retração acentuada dos investimentos, cuja formação bruta de capital fixo (FBKF) declinou 12,7% no acumulado até o terceiro trimestre de 2015.

Em termos quantitativos, o tamanho da crise conjuntural que se instalou no mercado de trabalho pode ser avaliado por meio de indicadores oficiais a seguir apresentados.

No Brasil, segundo dados do Caged (BRASIL, 2015), ocorreu a extinção de 657.761 empregos formais ou celetistas no acumulado do ano (janeiro a setembro de 2015), na série ajustada com declarações fora do prazo. Na Bahia, ainda de acordo com o Caged (BRASIL, 2015) foram

eliminados 40.471 postos celetistas (-2,21%) nos primeiros nove meses do corrente ano (janeiro a setembro de 2015).

Setorialmente, a Indústria de Transformação capitaneou a queda do emprego formal em âmbito nacional, apresentando saldos negativos de 276.557 e 10.915 postos de trabalho, no acumulado do ano e em setembro de 2015, respectivamente. A atividade Construção civil liderou o declínio do emprego formal no estado da Bahia, com os resultados de -26.967 e -1.899 postos de trabalho, respectivamente, para ambos os períodos considerados (gráficos 7 e 8). Entretanto, foi observado declínio generalizado do emprego em setores importantes da atividade econômica. As exceções foram Agropecuária, Administração pública e Serviços, que apresentaram saldos positivos no mercado de trabalho formal no Brasil. Já os setores superavitários na Bahia, em termos de

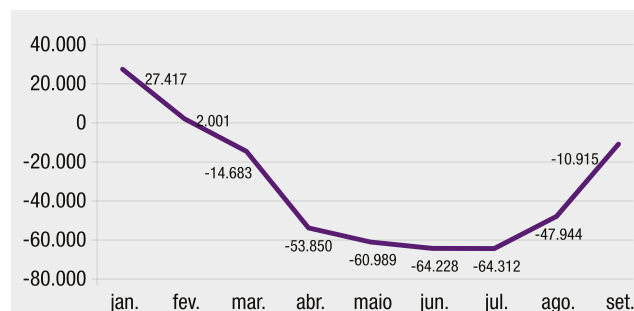


Gráfico 7
Saldo de empregos formais na Indústria de Transformação
Brasil – Jan.-set. 2015

Fonte: Caged (2015).
Elaboração: SEI/CAC.

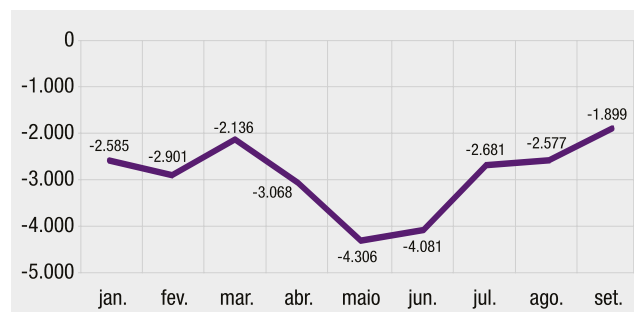


Gráfico 8
Saldo de empregos formais na construção civil
Bahia – Jan.-set. 2015

Fonte: Caged (2015).
Elaboração: SEI/CAC.

Esses fatores repercutiram negativamente no panorama do mercado de trabalho, com retração acentuada dos investimentos, cuja formação bruta de capital fixo (FBKF) declinou 12,7% no acumulado até o terceiro trimestre de 2015.

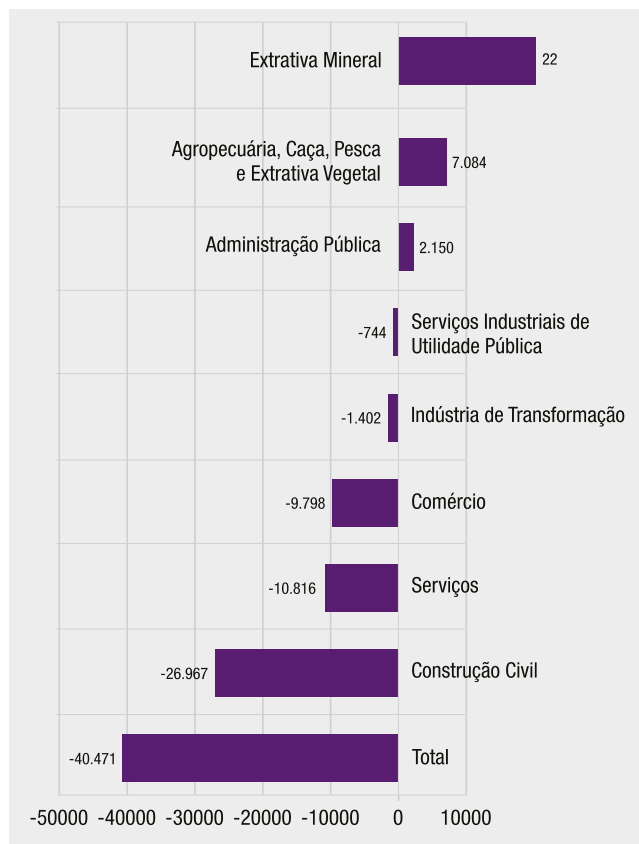


Gráfico 9
Saldo de emprego celetistas por setor de atividade
Bahia – Jan.-set. 2015

Fonte: Caged (2015).
Elaboração: SEI/CAC.

geração de emprego, foram Agropecuária, Administração pública e Indústria extrativa mineral (Gráfico 9).

Sob o ângulo dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2015), a taxa de desocupação ou desemprego registrou crescimento na Bahia, passando de 9,7 pontos percentuais, no trimestre jul/set de 2014, para 12,8, no mesmo período de 2015, com uma variação de 3,1 p.p. (Gráfico 10).

A Bahia mostrou a maior taxa de desocupação (12,8%), e Santa Catarina (4,4%), a menor. Entre os 27 municípios das capitais, Salvador tinha a maior taxa (16,1%), e Rio de Janeiro (5,1%), a menor. Entre as 21 regiões metropolitanas investigadas, Salvador (17,0%) tinha a maior taxa de desocupação, e Curitiba (5,7%), a menor. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

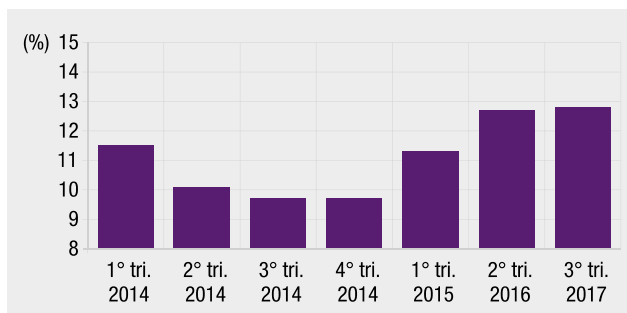


Gráfico 10
Taxa de desocupação (1) – Bahia – 1º tri. 2014-3º tri. 2015

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

A taxa de participação na força de trabalho se elevou em 1,3 p.p., e, em sentido inverso, o nível de ocupação declinou 0,8 p.p., na comparação com o mesmo trimestre de 2014. Esses dados evidenciaram que a taxa de desocupação foi pressionada não só por um aumento na participação da força de trabalho como também por uma queda no nível de ocupação (Tabela 3).

Em relação aos indicadores da população no mercado de trabalho, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2015) do terceiro trimestre de 2015 expressaram acréscimo da população em idade de trabalhar (1,3%), da força de trabalho (3,4%) e da população desocupada¹ (36,2%). Observou-se também uma leve evolução da massa salarial (0,3%), considerada estatisticamente estável, na passagem do terceiro trimestre de 2014 para o mesmo período de 2015.

Por outro lado, houve queda da população ocupada (-0,2%) e da população fora da força de trabalho (-2,0%), que, na Bahia, representou um contingente em torno de 4,5 milhões de pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas, porém em idade de trabalhar².

1 São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas não ocupadas nesse período que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência. Também são classificadas como desocupadas as pessoas não ocupadas e disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência que, no entanto, não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho para começar após a semana de referência.

2 Pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência.

Tabela 3
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade
Bahia – Jul.-set. 2015

Taxas (em pontos percentuais)		Estimativas dos trimestres			Variação em relação ao trimestre anterior			Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior		
		Jul.-set. 2014	Abr.-jun. 2015	Jul.-set. 2015	Situação	Diferença		Situação	Diferença	
Taxa de Desocupação		9,7	12,7	12,8	*	0,1		#	3,1	
Nível da Ocupação		55,3	54,4	54,5	*	0,1	0,3	*	-0,8	
Taxa de Participação na Força de Trabalho		61,2	62,3	62,5	*	0,2	0,1	#	1,3	
Indicadores (em mil pessoas)		Estimativas dos trimestres			Variação em relação ao trimestre anterior			Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior		
		Jul.-set. 2014	Abr.-jun. 2015	Jul.-set. 2015	Situação	Var. %	Diferença	Situação	Var. %	Diferença
População	Em idade de trabalhar	11.853	12.019	12.009	*	-0,1	-10	#	1,3	156
	Na força de trabalho	7.255	7.486	7.502	*	0,2	16	#	3,4	246
	Ocupada	6.549	6.534	6.539	*	0,1	5	*	-0,2	-10
	Desocupada	707	952	963	*	1,1	11	#	36,2	256
	Fora da força de trabalho	4.597	4.533	4.507	*	-0,6	-26	*	-2,0	-90
Massa de rendimento médio real habitual										
Indicador (em milhões de reais)		Estimativas dos trimestres			Variação em relação ao trimestre anterior			Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior		
		Jul.-set. 2014	Abr.-jun. 2015	Jul.-set. 2015	Situação	Var. %	Diferença	Situação	Var. %	Diferença
Pessoas ocupadas (Todos os trabalhos)		8.077	8.089	8.104	*	0,2	15	*	0,3	27

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, jul.-set. 2015.

Frente à conjuntura atual, em que os indicadores da atividade econômica e, particularmente, do mercado de trabalho se mostraram evolutivamente restritivos à expansão do emprego no país e na Bahia, as expectativas se tornaram impresumíveis quanto à recuperação da economia no curto prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PIB baiano apresentará retração neste ano, após crescer a uma taxa de 1,9% em 2014. No acumulado

do ano até o terceiro trimestre, a atividade econômica baiana caiu 2,2%. O resultado reflete o arrefecimento do crescimento nacional e o ambiente de incertezas dos mercados internacionais. O cenário macroeconômico de inflação alta, restrição de crédito e aumento do desemprego afetou o consumo das famílias, reduzindo as expectativas de crescimento do setor de serviços. A demanda contida e as taxas de juros elevadas também inibiram a produção industrial, especialmente a Indústria de Transformação e a Construção civil. O setor agropecuário, por sua vez, apresentou desempenho favorável, estimulado principalmente pela produção de grãos.

A Construção civil, segmento que vinha apresentando crescimento satisfatório nos últimos anos, apesar da estagnação da Indústria, registrou valor adicionado de -7,3% no estado, no acumulado até o terceiro trimestre. Nos últimos anos, essa atividade foi beneficiada por uma conjuntura extremamente favorável, sendo que a expansão da renda e do crédito gerou um *boom* no mercado imobiliário. Políticas públicas garantiram o acesso da população de baixa renda à aquisição de moradias, pelo programa Minha Casa Minha Vida. Obras de infraestrutura necessárias para o desenvolvimento do país foram financiadas com recursos subsidiados pelo Tesouro Nacional. A organização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos ampliou as encomendas ao setor. Assim, uma diminuição no nível da atividade já era esperada, mas coincidiu com o encolhimento da economia brasileira. A habitação popular retraiu-se com os cortes orçamentários, e há registros de atrasos no pagamento do que já foi contratado, pois os repasses foram suspensos devido à necessidade do ajuste fiscal por parte da União. Outras perdas de financiamento para Construção civil referem-se à queda no saldo da poupança, do qual 52% são utilizados para financiar habitação, e 13% estão disponíveis para empréstimos ao mercado imobiliário. As perdas também vieram da redução do FGTS, por conta do elevado desemprego e do aumento nos saques.

A Indústria de transformação acumula retração pelo segundo ano consecutivo. E o setor de Serviços, que inclui o comércio varejista, após muitos anos de resultados positivos, apresenta queda, contribuindo para desestimular a já tão reduzida produção industrial.

Em síntese, em 2015, as variáveis exógenas, que fogem da alçada dos governos regionais, foram determinantes para os resultados econômicos registrados no estado da Bahia. Os reflexos da orientação macroeconômica do governo federal reduziram a dinâmica do setor industrial, traduzida na desaceleração dos níveis de atividade no país e, conseqüentemente, na Bahia.

Os índices de confiança sinalizam o sentimento dos brasileiros com relação à situação e às expectativas do consumidor, do empresário e do país. Todos evidenciam o ambiente de incerteza econômica frente ao cenário

político brasileiro, o que compromete as decisões de curto prazo para a economia.

O atual cenário nacional de crise econômica, com queda na produção, nas vendas, na oferta de empregos e inflação alta, deve ser superado somente a partir de 2017, com uma retomada modesta do crescimento.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Dados estatísticos mensais*. set. 2015. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=64555&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1381866081745>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

BILENKY, Thais. EUA revisam para cima e PIB cresce 2,1% no terceiro trimestre do ano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, nov. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1710278-eua-revisam-para-cima-e-pib-cresce-21-no-terceiro-trimestre-do-ano.shtml>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, out. 2015. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_out_2015.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

BOLETIM TÉCNICO: CAGED. Salvador: SEI, 2015. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_jul15.pdf>. Acesso em: 8 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Brasília: MDIC, jul. 2015a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>. Acesso em: 5 set. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, nov. 2015. Disponível em: <<https://granulito.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

CUCOLO, Eduardo. Analistas acreditam em aumento de apenas 1% do PIB em 2017. *Folha de São Paulo*, São Paulo, dez. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1716208-analistas-acreditam-em-aumento-de-apenas-1-do-pib-em-2017.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. Índices e números: emplacamentos. São Paulo: FENABRAVE, set. 2015. Disponível em: <<http://www3.fenabreve.org.br:8082/plus/modulos/listas/index.php?tac=indices-e-numeros&idtipo=1&layout=indices-e-numeros>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

ÍNDICE DE COMMODITIES AGRÍCOLAS DA BAHIA.

Salvador: SEI, out. 2015. Mensal. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/icab/rel_ICAB_out15.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2015.

INFORME CONJUNTURAL. São Paulo: CNI, v. 31, n. 3, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://www.cni.org.br>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *A economia brasileira no 3º trimestre de 2015: visão geral*. Comentário. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Comentarios/pib-vol-val_201503comentarios.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World economic outlook: a survey by the staff of the International Monetary Fund*. Washington, DC: IMF, Oct. 2015. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/02/>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default_publ_completa.shtm>. Acesso em: 22 nov. 2015.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&c=1618>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/comerc/default.asp>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍCIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2015. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=3040>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

PIB do Brasil é destaque negativo entre países do G20 no 3º trimestre. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/pib-do-brasil-e-destaque-negativo-entre-paises-do-g20-no-3-trimestre.html>>. Acesso em: 1 dez. 2015.

SONDAGEM DO COMÉRCIO E ÍNDICE DE CONFIANÇA. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, set. 2015. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880F83322BF2F0133273B4D9B1327>>. Acesso em: 1 dez. 2015.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Com queda de 1,9% no terceiro trimestre, SEI estima que economia baiana recue 2,1% em 2015*. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2015_3.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

Reinaldo Gonçalves

A crise econômica brasileira

“A gravidade da crise é que os problemas econômicos geram tensão política e desequilíbrios sociais. Essa tensão e esses desequilíbrios causam a perda de legitimidade do Estado, que, por sua vez, provoca crise institucional. Crise política e institucional afeta negativamente as expectativas de investidores e o grau de confiança nos governantes e na economia. Como consequência, agrava-se a crise econômica e social”. A análise é de um dos maiores especialistas em desenvolvimento e economia internacional, o economista Reinaldo Gonçalves, professor titular de Economia Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 1993. Autor de mais de três centenas de trabalhos, publicados em 21 países, Reinaldo Gonçalves fala, nesta entrevista, dos principais impactos da crise e defende que o modelo de desenvolvimento liberal periférico, adotado no Brasil, implica uma trajetória de instabilidade e crise.



C&P – Quais são as causas da crise econômica que vivemos hoje no Brasil e qual é a sua proporção em relação a outros momentos de crise no país?

Reinaldo Gonçalves – O Brasil vive uma das mais graves crises da sua história. O país experimenta crise sistêmica com fortes raízes estruturais. A crise abarca as dimensões econômica, social, ética, política e institucional. A principal causa estrutural da crise é que há 20 anos o país tem um modelo de desenvolvimento denominado de modelo liberal

periférico (MLP). O MLP tem como características marcantes: liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro. O MLP tem padrões específicos de dominação, acumulação e distribuição. No que se refere ao padrão de dominação, o MLP envolve pacto dos grupos dirigentes com os setores dominantes (empreiteiras, bancos, agronegócio e mineradoras), cuja consequência é o aumento da concentração de riqueza e poder. O padrão de

acumulação envolve, além de baixas taxas de investimento, o deslocamento da fronteira de produção na direção do setor primário-exportador. E, por fim, o padrão de distribuição limita-se à redistribuição incipiente da renda entre os distintos grupos da classe trabalhadora, de tal forma que os interesses do grande capital são preservados, ou seja, não há mudanças na estrutura primária de distribuição de riqueza e renda (rendimentos da classe trabalhadora versus renda do capital).

No MLP brasileiro, a trindade da economia política (dominação-acumulação-distribuição) é perversa, visto que é sustentada por um sistema político corrupto e clientelista. Esse sistema não se restringe às relações entre grupos dirigentes e setores dominantes. De fato, ele envolve sindicatos, entidades estudantis, ONGs, intelectualidade etc. De fato, esse sistema gera o Brasil invertebrado, ou seja, a perda de legitimidade do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) e das instituições representativas da sociedade civil (partidos políticos, centrais sindicais e estudantis, ONGs etc.). Trata-se de um social-liberalismo corrompido por patrimonialismo, clientelismo e corrupção e garantido pelo invertebramento e fragilidade da sociedade civil.

“A gravidade da crise é que os graves problemas econômicos geram tensão política e desequilíbrios sociais. Essa tensão e esses desequilíbrios causam perda de legitimidade do Estado, que, por sua vez, provoca crise institucional. Crises política e institucional afetam negativamente as expectativas de investidores e o

grau de confiança nos governantes e na economia. Como consequência, agrava-se a crise econômica e social. O MLP implica uma trajetória de instabilidade e crise. Esses argumentos estão no meu livro *Desenvolvimento às Avessas* (Rio de Janeiro: LTC, 2013).”

C&P – O que poderia ter sido feito para evitar a crise econômica?

RG – A eliminação das causas estruturais implica a ruptura com o MLP. Esse modelo foi introduzido por Collor, efetivado por FHC e consolidado e aprofundado por Lula e Dilma. Naturalmente, há catalisadores da crise atual, como o megadéficit de governança do governo Dilma, os escândalos e casos de corrupção, as disputas derivadas da fragmentação do sistema político, desequilíbrio de poder entre Executivo e Legislativo, os protestos populares, a percepção de grupos políticos de que há chances razoáveis de sucesso no processo que leva à interrupção do mandato de Dilma e, por fim, a acelerada deterioração das condições econômicas.

C&P – A inflação tende a superar 10%. As causas da inflação de antes e de hoje são diferentes?

RG – O fracasso da gestão macroeconômica nos governos Lula e Dilma é causa determinante da inflação atual. São as chamadas falhas de governo, tanto no gerenciamento da demanda como da oferta. Lula criou o “Brasil negativado” com a absurda expansão do crédito. Famílias e empresas (inclusive, Petrobras) se endividaram acima do nível prudencial. O

Crises política e institucional afetam negativamente as expectativas de investidores e o grau de confiança nos governantes e na economia

mesmo aconteceu com governos estaduais e o governo federal. Ao mesmo tempo, há o reduzido multiplicador de renda de gastos com megaeventos e projetos de infraestrutura com prioridade duvidosa. Além, naturalmente, da má alocação de recursos derivada das práticas oportunistas e das atividades ilícitas. A fragilização das finanças públicas é um fato importante. Pelo lado da demanda, famílias, empresas e governos não podem gastar. Falta demanda agregada devido aos erros dos governos. Pelo lado da oferta, a apreciação cambial está na origem da megadesvalorização que gera inflação. O mesmo ocorre em relação à compressão artificial das tarifas públicas durante o último ciclo político-eleitoral.

C&P – O ajuste fiscal da equipe econômica está na direção correta para a retomada do crescimento?

RG – Ainda que haja algumas ideias positivas, o eixo central do ajuste fiscal envolve regressividade (injustiça fiscal) – por exemplo, a CPMF. As propostas seguem a linha de menor resistência e têm evidente viés contracionista.

A principal causa estrutural da crise é que há 20 anos o país tem um modelo de desenvolvimento denominado de modelo liberal periférico

C&P – O ajuste fiscal pode agravar a situação do emprego no país, como alguns economistas afirmam?

RG – É evidente. Menos gasto público implica menor demanda agregada e, portanto, menor renda, menos consumo e menos investimento.

C&P – Qual é a sua visão sobre os efeitos da desvalorização do real frente ao dólar em curto e médio prazo? A indústria pode ser beneficiada?

RG – O modelo liberal periférico causa perda de competitividade sistêmica. Ademais, as falhas dos governos FHC, Lula e Dilma agravaram as falhas de mercado. Alguma recuperação de lucro derivada da depreciação cambial é neutralizada pela queda da demanda doméstica e pelo acirramento da concorrência internacional.

C&P – E quais são as principais vulnerabilidades externas da economia brasileira no contexto da crise contemporânea?

RG – Houve aumento da vulnerabilidade externa estrutural nos governos FHC, Lula e Dilma nas esferas comercial (reprimarização da estrutura de produção e de comércio exterior), tecnológica (atraso do sistema nacional de inovações), produtiva (maior desnacionalização e ineficiência sistêmica dos setores secundário e terciário) e financeira (liberalização e crescimento do passivo eterno). Para ilustrar, atualmente, o país tem um passivo externo da ordem de US\$ 1,6 trilhão. Reservas internacionais da ordem de US\$ 350 bilhões deixam o país completamente a descoberto (vendido). Melhoras na

conjuntura internacional não resolvem esses problemas estruturais. Esses problemas se agravaram durante o governo Lula, na fase ascendente da economia mundial (2003-2007).

C&P – Na sua opinião, quais são os principais efeitos da desaceleração do ritmo de crescimento da economia chinesa sobre a economia brasileira?

RG – No governo Lula, o Brasil virou vagão de terceira classe na economia mundial, visto que atrelou a economia brasileira à economia chinesa via exportação de *commodities*. No governo Dilma, a situação agrava-se com a política de atração do capital chinês, inclusive na infraestrutura. Ou seja, maior vulnerabilidade externa nas esferas comercial e produtiva. No século XIX, o Brasil dependia da Inglaterra para vender produtos primários (algodão, açúcar etc.) e para o financiamento externo das finanças públicas e da infraestrutura. Ou seja, o Brasil era membro não oficial do império britânico. No século XX, o Brasil atrelou-se à nova potência dominante (EUA), que foi seu principal mercado para exportação de *commodities* (café, borracha etc.). No século XXI, há dependência em relação à China, que compra ativos no país, principalmente aqueles vinculados à exportação de produtos primários. Os chineses financiam a compra de seus produtos e serviços intensivos em capital humano e tecnologia (locomotivas, equipamentos da indústria de petróleo etc.). E eles financiam também nossas exportações de *commodities*. A quase totalidade das nossas exportações para esse país é de minério de ferro, soja, petróleo e celulose. O modelo liberal periférico

Não há saída econômica possível para o país se o foco continuar sendo a política de ajuste macroeconômico de curto prazo

revitaliza a vocação colonial do Brasil, mais uma vez, como satélite da nova potência mundial.

C&P – Tendo em vista as mudanças nas relações internacionais de poder, quais são as opções para a inserção internacional do Brasil em longo prazo?

RG – O problema central para o Brasil é o seguinte: o país tem uma extraordinária base material de poder, ou seja, um elevado poder potencial, ao mesmo tempo em que apresenta uma grande vulnerabilidade externa, o que implica reduzido poder efetivo. A especificidade do Brasil está tanto no elevado poder potencial quanto na alta vulnerabilidade externa. E mais, pode-se afirmar que a especificidade de maior destaque do Brasil está no enorme diferencial entre o poder potencial e o poder efetivo do país no sistema internacional. Em outras palavras, o Brasil tem enorme “hiato de poder”, mais precisamente, um déficit de poder efetivo na arena internacional. Esses argumentos são discutidos empiricamente no meu livro *Economia Política Internacional* (Rio de Janeiro: Elsevier, edição nova, 2016). Portanto, o país não se qualifica para exercer papel de liderança global e, muito provavelmente, também não

se qualifica para liderança regional. Há um mega-hiato entre potencialidade e realidade. Deixando de lado os arrebatamentos poéticos do século XIX e a visão do Brasil potência no século XX, o fato é que o discurso do Brasil líder global expresso no século XXI reflete a combinação de ignorância, ilusão, oportunismo e má-fé.

C&P – Qual é a sua opinião sobre as cadeias globais de valor?

RG – O Brasil deve ficar nos segmentos iniciais das cadeias globais de valor, ou seja, naqueles segmentos com menor valor agregado. A reprimização da economia brasileira, principalmente com os governos Lula e Dilma, e a ineficiência sistêmica geram a inserção passiva e, portanto, condenam o país ao papel de figurante menor nas cadeias globais de valor.

C&P – Como o senhor vê o Tratado Transpacífico, que, para alguns, é o maior acordo comercial regional da história?

RG – É natural que os países que têm estratégias ativas de inserção internacional procurem aumentar o seu *policy space*, isto é, obter maior grau de liberdade nas políticas econômicas. Guerra comercial e guerra fiscal fazem parte do arsenal de medidas. O mesmo ocorre em relação à criação e ampliação de arranjos jurídico-institucionais que geram melhores condições de acesso a mercado.

C&P – O Mercosul ainda tem futuro diante dessa nova configuração comercial? O Brasil deveria buscar novos acordos comerciais?

RG – O Mercosul morreu antes de completar 25 anos. Houve queda significativa do grau de integração comercial com os países-membros nos últimos 20 anos. Há várias explicações. Uma delas é a crescente divergência de modelos de desenvolvimento no grupo. Uruguai com um modelo liberal, Argentina com um modelo antiliberal e Brasil e Paraguai com modelos liberais periféricos. Divergência de modelos inviabiliza esquemas de integração regional. Outra explicação é a perda de eficiência sistêmica da economia brasileira.

C&P – Como podemos notar, o Brasil tem desafios tanto internamente como externamente. Como enfrentá-los?

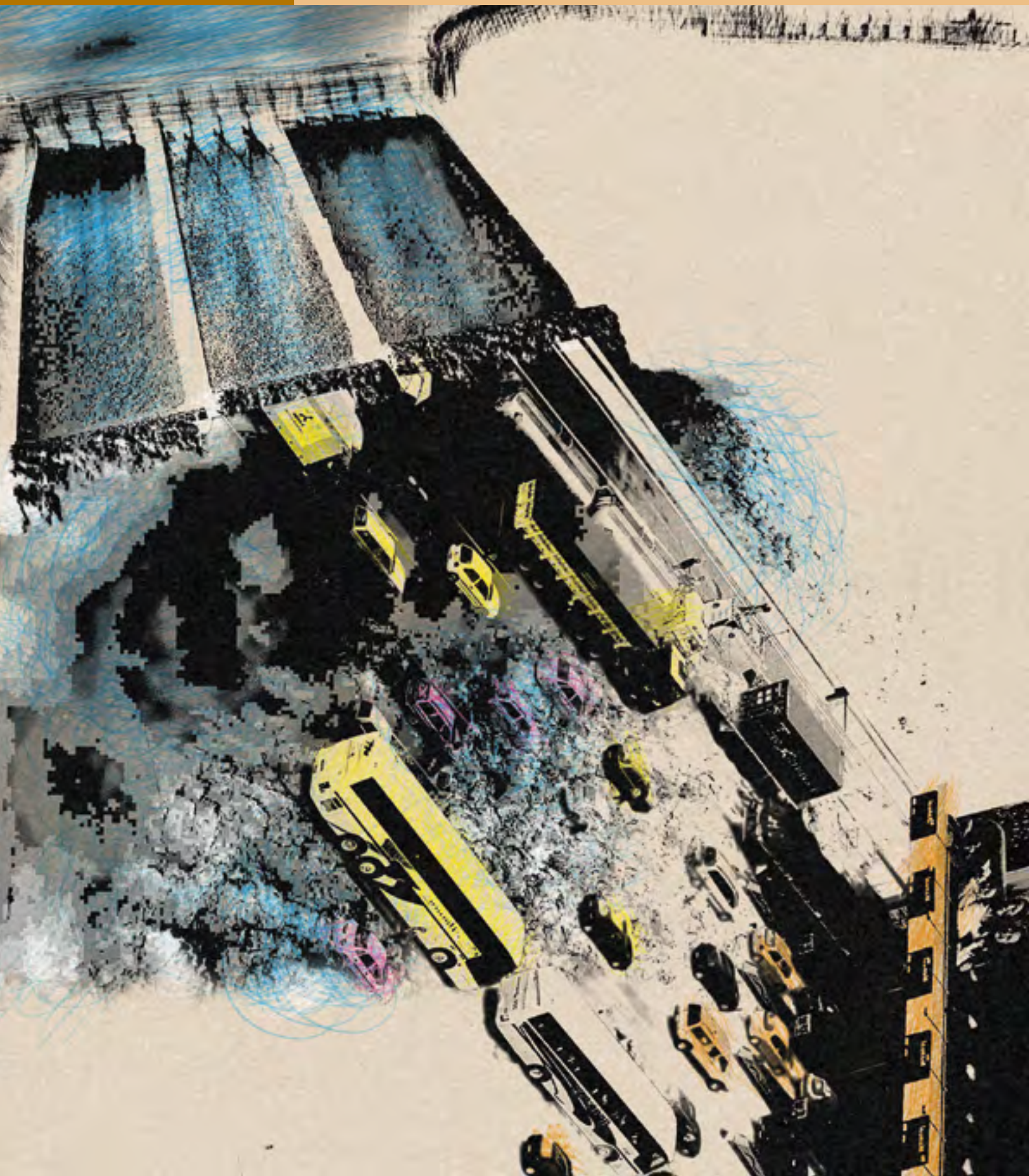
RG – Desafio é eufemismo. De fato, o Brasil tem graves problemas econômicos, sociais, políticos, éticos e institucionais. Não há saída econômica possível para o país se o foco continuar sendo a política de ajuste macroeconômico de curto prazo. Esse ajuste está centrado nas políticas restritivas de natureza fiscal e monetária. Além das falhas de governo e de mercado, o Brasil sofre de falhas estruturais. O MLP condena o Brasil a uma trajetória de instabilidade e crise em curto e médio prazo

No âmbito da economia, é preciso mudar o modelo, em geral, e o viés pró-setor primário-exportador, em particular.

e ao desenvolvimento às avessas em longo prazo. O estrutural condiciona o conjuntural. No âmbito da economia, é preciso mudar o modelo, em geral, e o viés pró-setor primário-exportador, em particular. Não se trata de uma questão abstrata. Muito pelo contrário, é o imperativo de mudanças de estratégia, políticas, de estruturas de produção e de institucionalidade.

C&P – Dada a atual conjuntura, quais são as perspectivas para o Brasil nos próximos anos? Podemos perder os ganhos sociais da última década?

RG – Já estamos perdendo. Os ganhos sociais foram conjunturais e incipientes. Não houve mudança de modelo, não houve mudanças estruturais. As mudanças conjunturais somente terão efeitos duradouros e de longo prazo se forem acompanhadas por transformações estruturais. Não se trata, aqui, de reformas pontuais referenciadas à tributação, previdência ou ao mercado de trabalho. Muito pelo contrário, essas transformações significam, na prática, a ruptura com o MLP. A agenda de ruptura é ampla. Para ilustrar, algumas questões estruturais: deslocamento da fronteira de produção na direção do setor primário-exportador; vulnerabilidade externa estrutural; dominação financeira; concentração de riqueza; e desigualdade funcional da renda. Em perspectiva histórica, o desempenho econômico foi medíocre no governo FHC, fraco no governo Lula e ruim no governo Dilma (Eduardo Pinto e Reinaldo Gonçalves, “Desempenho macroeconômico e modelos de desenvolvimento: a experiência brasileira”. *Revista de Conjuntura*, Corecon-DF, No. 56, p. 20-26, 2015).



Perspectivas de desenvolvimento para o Brasil: uma análise dos investimentos em infraestrutura no período de 2007 a 2013

Ana Maria Ferreira Menezes*

Manoel Justiniano Melo da Fonseca**

Joaquim Ramos Silva***

Os investimentos em infraestrutura econômica são de fundamental importância para a geração de um ambiente propício ao desenvolvimento, pois possibilitam o aumento da competitividade da economia, na medida em que aprimoram as condições de transporte, de comunicação e de fornecimento de energia.

Neste contexto é que se pode explicitar o objetivo deste trabalho, que se volta para a análise dos investimentos em infraestrutura no Brasil, no período compreendido entre 2007 e 2013. Essa análise será particularizada através do processo de concessão dos serviços públicos a partir do segundo governo Lula e do governo Dilma. Este processo distingue-se da privatização em função de que não ocorre venda do patrimônio público, e sim concessão para construção, modernização e ampliação, com a exploração por um determinado período de tempo, sem que esse patrimônio deixe de ser público.

* Doutora em Administração Pública e mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora plena do curso de Administração e coordenadora do curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e professora permanente do Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC) da UFBA e Uneb. ana_mmenezes@hotmail.com

** Doutor em Sociologia Econômica e das Organizações e mestre em Economia Internacional pela Universidade Técnica de Lisboa (UTL). Analista de Processos Organizacionais da Companhia de Governança Eletrônica do Salvador (Cogel) à disposição da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan). manoeljmfonseca@hotmail.com

*** Doutor em Análise de Políticas Econômicas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Professor-associado com agregação e pesquisador do Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações (Socius) do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa (UTL). jrsilva@iseg.utl.pt

Para atingir esse objetivo, em primeiro lugar, será explicitada a importância dos investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento. Em seguida será apresentado um contraponto entre privatização e concessão no contexto brasileiro, a partir de uma perspectiva teórica. Posteriormente, faz-se um cotejamento do processo de concessão do governo federal, que se iniciou em 2007, no governo Lula, com as rodovias federais e a construção de usinas hidrelétricas, e que teve seu prolongamento no governo Dilma, com o Programa de Investimentos em Logística (PIL) e o recente arranjo de concessão do Campo de Libra. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, nas quais se explicitam os principais argumentos desenvolvidos.

IMPORTÂNCIA DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

A inadequada oferta de infraestrutura é considerada como um dos maiores entraves para o desenvolvimento econômico do Brasil. Os investimentos em infraestrutura têm elevado efeito multiplicador, proporcionam a eliminação de gargalos e a redução de custos de transporte e de produção em geral. São vários os estudos que apontam a relação positiva entre esses investimentos e o desenvolvimento econômico. Segundo Araújo Júnior (2006, p. 162),

[...] o aumento do estoque de infraestrutura contribui diretamente para a evolução do valor adicionado por constituir um produto final mensurável. Entretanto, sua maior contribuição para o desenvolvimento econômico pode ser verificada examinando os efeitos indiretos que pode proporcionar, ao elevar a produtividade dos fatores de produção. A nova teoria do crescimento econômico destaca que as infraestruturas são responsáveis por externalidades positivas. Elas estimulam as decisões de investimento privado, resultando numa aceleração do crescimento de longo prazo.

Desta forma, não se pode pensar em desenvolvimento econômico sem que se leve em conta a questão da infraestrutura. Os sistemas de transporte (rodoviário, hidroviário, aéreo e portuário), por exemplo, são elementos essenciais da base econômica, pois possibilitam a

Os sistemas de transporte (rodoviário, hidroviário, aéreo e portuário), são elementos essenciais da base econômica, pois possibilitam a integração entre as regiões produtoras e consumidoras dos bens e serviços.

integração entre as regiões produtoras e consumidoras dos bens e serviços. A taxa de crescimento da economia fica restringida na medida em que não se tenha uma rede de transporte suficientemente desenvolvida. Um sistema deficiente de transporte constitui-se em um gargalo ou ponto de estrangulamento na estrutura da economia, travando o desenvolvimento.

Os pontos de estrangulamento induzem custos de produção mais elevados, o que possibilita a pressão para cima da taxa de inflação e do custo de vida. Também pressionam para baixo a competitividade externa da economia, na medida em que tornam os produtos exportados mais caros.

Os investimentos em infraestrutura também podem ter importante impacto na redução da pobreza e na melhoria da qualidade de vida da população de menor renda, pois há um efeito direto de aumento da oferta de empregos e salários quando a economia cresce e se torna mais eficiente e competitiva. Segundo Suprani (2012, p. 16),

[...] é importante agora destacar aspectos do investimento em infraestrutura econômica que fazem dele uma ferramenta para o crescimento e para o desenvolvimento de uma nação. A produtividade e a competitividade da economia são multiplicadas, e todos os setores, tanto os mais relevantes quanto os incipientes, acabam sendo induzidos a investir devido ao impulso inicial no setor de infraestrutura. O bem-estar da população também

aumenta, já que transportes, comunicação e energia são necessários à produção, mas também para suprir cidadão e seus domicílios.

Considerando que o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de transformações econômicas, políticas e, sobretudo, humanas e sociais, pode-se entender, portanto, a importância de se incrementar os investimentos em infraestrutura, na medida em que estes proporcionam impactos positivos sobre o desenvolvimento de um país.

Tendo salientado a importância desses investimentos como ferramenta para se alcançar o desenvolvimento, serão analisadas as aplicações de recursos em infraestrutura ocorridas no Brasil no período compreendido entre 2007 e 2013. Como essa análise será particularizada no processo de concessão dos serviços públicos a partir do segundo governo Lula e do governo Dilma, inicia-se com um contraponto entre os termos privatização e concessão no contexto brasileiro.

CONTRAPONTO ENTRE PRIVATIZAÇÃO E CONCESSÃO: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Na perspectiva desse contraponto, salienta-se que privatização e concessão são termos técnicos que contêm conceitos ideológicos quanto ao papel do Estado na sociedade. Para se entender esses termos, primeiramente, será feita uma síntese teórica acerca do papel do Estado na sociedade.

O papel do Estado¹, historicamente, tem tido diferentes definições. Para os clássicos² (Adam Smith, Jevons, Walras, Marshall), por exemplo, o Estado é definido como a intuição que deve desempenhar a função de guardião e de polícia (proteger a nação, como também o cidadão). Para os keynesianos, o Estado tem, entre outras, a função de interventor para assegurar a demanda efetiva e eliminar

o “desemprego involuntário”, com a consequente manutenção dos níveis de produção, possibilitando, assim, a retomada do crescimento da atividade econômica. Os neoliberais (representados por Friedman) retornam aos clássicos, mas admitem a possibilidade de o Estado assumir a função de controle da política monetária.

Relativamente à questão específica da participação do Estado na economia, estas concepções teóricas entabulam também uma polêmica: por um lado, a discussão de que o Estado não deve intervir, mas deixar que o livre jogo das forças de mercado aja de forma a promover o “equilíbrio natural” do mercado com pleno emprego (concepção clássica); por outro lado, a discussão se dá ao nível da demonstração de que o livre jogo das forças de mercado não é suficiente para resolver os possíveis desequilíbrios, sendo, portanto, necessária a presença do Estado, que passa a ter a função, entre outras, de regulador da economia (concepção keynesiana).

A problemática do intervencionismo versus liberalismo econômico surgiu no Brasil nos anos 1930. A visão intervencionista passou a predominar no final da década de 1940, com a adoção do modelo desenvolvimentista pautado na concepção cepalina, caracterizada

O papel do Estado, historicamente, tem tido diferentes definições, o Estado é definido como a intuição que deve desempenhar a função de guardião e de polícia a função de interventor para assegurar a demanda efetiva e eliminar o “desemprego involuntário”, mas admitem a possibilidade de o Estado assumir a função de controle da política monetária.

1 A questão do Estado e do seu papel será abordada de acordo com as concepções dos grandes paradigmas da teoria econômica. Sabe-se, na verdade, que essa discussão é muito mais ampla e envolveria outras referências.

2 O termo clássico é utilizado por Keynes para designar os clássicos propriamente ditos, como também os neoclássicos. Estamos adotando essa mesma denominação.

pelo processo de substituição de importações e pelo aumento da participação do Estado na economia. Esse modelo prevaleceu até meados dos anos 1970, quando os choques internacionais (petróleo, juros, déficit fiscal dos EUA etc.) induziram uma segunda grande crise na economia mundial, cuja característica básica foi a estagnação (estagnação do processo produtivo e baixa produtividade, associadas a elevadas taxas do nível de preços).

Essa conjuntura fez com que ressurgissem as propostas de “eliminar” o Estado da atividade econômica, consubstanciadas nas concepções neoliberais, que argumentam no sentido de que o “inchaço” do Estado estaria fazendo com que ele se tornasse um “mal” (o Leviatã). Sendo assim, seria necessário que o Estado se retirasse da atividade econômica, ou pelo menos que tivesse sua participação reduzida a um “mínimo”, situação que seria alcançada via privatização. Tal debate se corporificou na Inglaterra, com as políticas adotadas pelo governo da primeira-ministra Margaret Thatcher, e nos EUA, com Ronald Reagan, no início dos anos 1980. No Brasil, essa discussão tomou corpo no final dos anos 1980.

Esse cenário, no Brasil, levou a uma busca de reorientação do Estado e a uma revisão das formas de participação deste na sociedade, especificamente na economia. Dentro desse contexto surgiram as proposições de reforma do Estado que passavam necessariamente pelas privatizações e concessões. Na perspectiva neoliberal seria necessário que o Estado se reorganizasse de forma a “eliminar” seu déficit fiscal. Para isso, deveria vender/privatizar seu patrimônio, constituído por empresas públicas deficitárias que impactavam negativamente as contas públicas do país. Foi o caso da alienação do patrimônio público a partir do início dos anos 1990 e, particularmente, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Segundo Kliass (2012),

[...] essa ampla onda de desconstrução da ordem existente foi a característica central do processo de privatização. As formas de promover a ampliação da presença do setor privado e da aniquilação do espaço do Estado foram variadas. A mais evidente e simbólica, sem dúvida alguma, era a venda pura e simples de uma empresa estatal ao novo proprietário – o empresário privado. Mas mesmo a simples transferência do patrimônio público

para o capital contemplava múltiplas modalidades: venda direta por licitação; venda por leilão de melhor preço; venda da maioria de ações com direito a voto; venda da totalidade de ações, com manutenção das chamadas “golden shares” – quando o Estado ainda ficava com direito a veto em questões estratégicas; estímulo à formação de parcerias entre o setor público e o setor privado (PPPs) depois da venda; etc.

No entanto, segundo ainda Kliass (2012), para além dessas inúmeras formas de transferência da propriedade da empresa estatal, o processo de privatização previa – e ainda prevê – outras modalidades de redução da presença do setor público e de ampliação do espaço de atuação para o capital privado. Aqui entra um conjunto amplo de medidas, tais como a quebra do monopólio estatal de setores considerados estratégicos; a desregulamentação de setores monopolizados; a ampliação da concessão de setores e atividades para a área privada; a liberalização de certas áreas à concorrência para grandes grupos internacionais; a abertura de setores de bens e serviços públicos à gestão pelo capital privado; entre outras.

A partir dos argumentos apresentados acima, pode-se observar que o termo privatizar não comporta uma definição precisa, pois pode se apresentar de diversas maneiras. De acordo com Danahue (1992), pode significar também algo

Na perspectiva neoliberal seria necessário que o Estado se reorganizasse de forma a “eliminar” seu déficit fiscal. Para isso, deveria vender/privatizar seu patrimônio, constituído por empresas públicas deficitárias que impactavam negativamente as contas públicas do país.

tão amplo como reduzir o Estado do bem-estar social – como ocorreu na Europa, de forma geral, e nos EUA, com a diminuição dos gastos públicos em políticas sociais – ou algo tão estrito como a alienação de ativos públicos.

Como visto nos argumentos apresentados por Kliass (2012), as concessões aparecem como uma modalidade de privatização. Todavia, existem argumentos no sentido de diferenciar privatização de concessão. De acordo com Garafalo citado por Roman (2012), os dois processos são muito diferentes. No modelo de concessão, como ocorreu nos governos de Lula e agora no governo de Dilma, a empresa não é vendida, mas “emprestada” por um período de tempo. O governo repassa aos compradores a administração dos aeroportos, por exemplo, mas continua “dono” do negócio e, portanto, com maior possibilidade de fiscalização.

Segundo ainda Garafalo citado por Roman (2012), o mesmo processo de concessão foi feito com rodovias, como a Fernão Dias, e rodoviárias, como Tietê e Jabaquara, em São Paulo. Além de reaver a empresa depois de um período, o modelo de Dilma Rousseff blindou possíveis demissões em massa ao manter a Infraero com 49% desses aeroportos e estipular investimentos obrigatórios. Já na “[...] privatização, o novo dono racionaliza todo processo produtivo, o que vai passar pela demissão de pessoas. O Partido dos Trabalhadores (PT), dentro de seu corporativismo, não queria quadro de demissões”, diz Garafalo citado por Ramon (2012).

Levando em conta que existem diferenças entre privatização e concessão e que na concessão não existe venda do patrimônio público, serão analisados os investimentos em infraestrutura realizados no Brasil durante o período compreendido entre o segundo mandato do presidente Lula e o primeiro da presidenta Dilma Rousseff.

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA NO MODELO DE CONCESSÕES NO GOVERNO LULA: 2007-2010

Em 2007, iniciaram-se as concessões de rodovias federais, no governo Lula. Segundo o documento Balanço de Governo 2003-2010, somente

[...] em 2007, foi finalizado o leilão da segunda etapa de concessões de rodovias federais, por meio do qual foram concedidos 2,6 mil km de rodovias aos investidores privados, com uma tarifa básica de pedágio, em média, 51% inferior àquelas cobradas na etapa de concessões finalizada em 1998. A concessão das rodovias BR-324/116 BA (que ligam Salvador a Feira de Santana e à divisa de Minas Gerais), realizada em 2009, introduziu uma modificação adicional ao prever a antecipação dos investimentos a serem realizados pelos concessionários caso fosse observado um volume de tráfego maior que o originalmente esperado. (BRASIL, 2010).

Segundo Clemente, Leal e Neves (2007), o grande vencedor do leilão da segunda etapa de concessões de rodovias federais foi o grupo espanhol OHL, que obteve o direito de explorar por 25 anos pedágios nas seguintes rodovias: BR-381 Belo Horizonte (MG)-São Paulo (SP); BR-101 Ponte Rio-Niterói (RJ)-(ES); BR-116 São Paulo (SP)-Curitiba (PR); BR-116 Curitiba (PR)-Divisa (SC-RS); e BR-116/376/PR-101/SC Curitiba (PR)-Florianópolis (SC). As empresas vitoriosas na licitação vão administrar as estradas por um pedágio médio de R\$ 0,02 por quilômetro. Em troca, comprometem-se a investir R\$ 19 bilhões em manutenção, melhorias e, em alguns casos, duplicação das estradas.

De acordo com Silva (2007), Geraldo Vianna, presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística), em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, no caderno *Economia & Negócios*, do dia 10/10/2007, disse que

[...] já havia clamor em relação aos altos preços dos pedágios, mas agora é possível que ocorra pressão política maior para que seja aberto um processo para renegociar as tarifas atuais, que precisam ser mais flexíveis.

Em relação aos novos trechos a serem leiloados, ele diz que o governo de São Paulo terá de rediscutir suas propostas. Até agora, pelas informações divulgadas, os preços cogitados para as praças de pedágio do Rodoanel, por exemplo, estavam nos mesmos níveis daqueles cobrados atualmente.

Segundo Vianna, em sistemas como o Anhangüera/Bandeirantes, por exemplo, o custo do pedágio por quilômetro de estrada é de R\$ 0,12. Os valores apresentados ontem pelos vencedores do leilão ficam na casa de R\$ 0,02, segundo cálculos preliminares feitos pela entidade. Isso confirma o que dizíamos, que é possível cobrar mais barato pelo uso das estradas.

A Rodovia dos Bandeirantes, que, com a Via Anhangüera, forma o sistema rodoviário entre São Paulo e a região de Campinas, foi privatizada em 1998, no âmbito do Programa Estadual de Desestatização (PED), instituído em 1996, pelo Governo do Estado de São Paulo, antes da criação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em 2001. A agência, vinculada ao Ministério dos Transportes, é responsável pela concessão de ferrovias, rodovias e transporte ferroviário relacionado à exploração da infraestrutura.

O fato de o processo de concessão das rodovias federais no governo Lula ter sido regido por uma nova regulamentação, segundo a qual as empresas vencedoras dos leilões eram as que apresentavam a menor tarifa de pedágio a partir do valor-teto previamente estipulado em edital, possibilitou a redução dos preços pagos pelos usuários. As concessões anteriores à criação da ANTT, realizadas pelo estado de São Paulo sem essa regulamentação, permitiram a negociação da malha rodoviária mais eficiente e de maior qualidade do país, que demandava menos investimentos das concessionárias, com custos de pedágio por quilômetro de estrada mais elevados.

No que diz respeito ao setor de energia, em dezembro de 2007, foi realizado o leilão de concessão para

a construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira, na cidade de Porto Velho, em Rondônia. O vencedor foi o Consórcio Madeira Energia, liderado pelas empresas Odebrecht e Furnas. A usina, com previsão de conclusão em 2015, vai gerar 3.150 MW e faz parte do Complexo do Rio Madeira.

Em maio de 2008, o Consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), formado pelas empresas Suez Energy, Eletrosul, Chesf e Camargo Corrêa, venceu o leilão de concessão para a construção da Usina Hidrelétrica Jirau, que vai gerar 3.450 MW, também no Rio Madeira. As duas usinas, financiadas pelo BNDES, fundamentais para o suprimento de energia elétrica no Brasil, estão entre as obras mais importantes do governo federal. Nos dois leilões, baseados na modalidade “menor tarifa” do novo modelo do setor elétrico brasileiro, com contratos de longo prazo, o governo obteve deságios no preço inicial do megawatt.hora (MWh) (BRASIL, 2010).

Essa etapa distingue-se das demais em função de que não ocorre venda do patrimônio público, e sim concessões para construção, modernização e exploração, por um determinado período de tempo, sem que esse patrimônio deixe de ser público.

No Quadro 1 sintetiza-se o processo de concessões do governo Lula, bem como se apresentam os grupos concessionários que adquiriram os serviços. Observa-se que o capital espanhol predominou na obtenção da concessão ligada às rodovias, reafirmando que esse processo também se caracterizou como uma forma de captação de IDE.

Período / Governo	Concessões dos serviços públicos	Período de concessão	Grupos concessionários	Investimento estimado
2007-2010 Lula	Concessão de 2,6 mil km de rodovias federais (sete lotes de rodovias).	25 anos	OHL Brasil (subsidiária do grupo espanhol OHL), Consórcio espanhol Acciona e Consórcio BRVias.	R\$ 20 bilhões
2007-2010 Lula	Concessão para a construção e operação das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.	30 anos	UHE Santo Antônio – Consórcio Madeira Energia, formado por Odebrecht e Furnas. UHE Jirau – Consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), formado pelas empresas Suez Energy, Eletrosul e Chesf.	R\$ 25,1 bilhões
Quadro 1 Concessões dos serviços públicos – Brasil – 2007-2010				

Fonte: Elaboração própria.

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA NO MODELO DE MODELO DE CONCESSÕES NO GOVERNO DILMA: 2011-2013

Em 15 de agosto de 2012, o governo federal lançou o Programa de Investimentos em Logística (PIL), que inclui um conjunto de projetos voltados para o desenvolvimento de um sistema de transporte moderno e eficiente. Esses projetos são conduzidos por meio de parcerias estratégicas com o setor privado, promovendo-se sinergias entre os modais rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroportuário. O objetivo principal é melhorar a integração logística entre os diversos modais de transporte, de forma a trazer ganhos de competitividade ao Brasil. Espera-se que investimentos em infraestrutura impulsionem o crescimento econômico e promovam o desenvolvimento do país. De acordo com Amato (2013a),

[...] o chamado Programa de Investimento em Logística (PIL) viria a ser a principal aposta da presidente Dilma Rousseff para destravar gargalos históricos no setor de transporte, que encarecem produtos brasileiros e tiram competitividade das empresas exportadoras. Além disso, ajudaria a aquecer a economia do país em meio à crise internacional.

Segundo Brasil (2012), o programa rodoviário tem como diretrizes principais a provisão de uma malha rodoviária ampla, moderna e integrada; cadeias de suprimentos eficientes e competitivas; e modicidade tarifária. Nesse setor, o programa prevê a concessão de 7,0 mil km de rodovias, com um investimento estimado de R\$ 46 bilhões.

O modelo de concessão prevê a execução de obras de duplicação que deverão ser concluídas durante os primeiros cinco anos de contrato. Os bancos públicos poderão financiar até 70% do investimento, com juros de até 2,0% ao ano, mais a taxa de juros de longo prazo (TJLP). O vencedor do leilão será selecionado pelo critério de menor tarifa básica de pedágio proposta. A cobrança de pedágio será autorizada após a conclusão de 10% das obras de duplicação previstas no contrato.

O programa ferroviário tem também como diretrizes principais provisão de uma rede ferroviária ampla, moderna e integrada; cadeias de suprimentos eficientes e competitivas; e modicidade tarifária. O programa contempla um novo modelo de concessão, em que os concessionários serão responsáveis pela infraestrutura, sinalização e controle da circulação de trens. Nesse setor os investimentos previstos são da ordem de R\$ 99,6 bilhões, em construção e/ou melhoramentos de 11 mil km de linhas férreas.

O modelo de concessão prevê investimentos a serem realizados durante os primeiros cinco anos de contrato. Os bancos públicos poderão financiar até 70% do investimento, com juros de 1,0% ao ano, mais a TJLP. A Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (Valec) antecipa receitas pela disponibilidade da capacidade operacional durante o período de obras, em valor equivalente a 15% do Capex total de referência, a serem abatidas linearmente durante os anos operacionais da remuneração ordinária, desde que o concessionário cumpra o cronograma de execução física. O Quadro 2 sintetiza o processo de concessão dos serviços públicos para os programas de rodovias e ferrovias no governo Dilma.

Período / Governo	Concessões dos serviços públicos	Período de concessão	Grupos concessionários	Investimento estimado
2011-2013 Dilma	Concessão de 7,0 mil km de rodovias federais (nove lotes de rodovias).	30 anos	Consórcio Planalto; Consórcio Rota do Oeste; Grupo CCR; Odebrecht; Invepar e Triunfo.	R\$ 46 bilhões
2011-2013 Dilma	Concessão para construção e/ou melhoramentos de 11 mil km de linhas férreas (dez ferrovias).	35 anos	As licitações ainda não foram realizadas.	R\$ 99,6 bilhões
2011-2013 Dilma	Concessão para construção e operação do trem de alta velocidade (TAV).	40 anos	Licitação ainda não realizada.	R\$ 35,6 bilhões.
Quadro 2 Concessões dos serviços públicos no Brasil: Rodovias e Ferrovias – Programa de Investimentos em Logística – 2011-2013				

Fonte: Elaboração própria.

Outro investimento previsto é o do trem de alta velocidade (TAV), um serviço de transporte ferroviário de passageiros que conectará as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. O projeto do TAV representa um marco tecnológico para o Brasil, tornando-se uma nova alternativa de transporte. Está estimado em R\$ 35,6 bilhões e reduzirá as pressões impostas pelo crescente aumento no fluxo de passageiros ao longo das rodovias e aeroportos congestionados no eixo Rio-São Paulo.

O projeto hidroviário faz parte dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento-Regional (PAC), tendo como objetivo ampliar e melhorar a navegabilidade dos rios brasileiros. Estão previstas a realização de dragagens, derrocagens, sinalizações, estudos hidroviários, construções de terminais hidroviários de carga e passageiros e a implantação de estaleiros. Assim, haverá diminuição do custo de frete, aumento na segurança da navegação e planejamento do crescimento da navegação nos rios brasileiros.

O estaleiro de Araçatuba, na Hidrovia Tietê-Paraná, fruto de investimentos do PAC-Regional, possui linha de montagem de barcas para transporte de mercadorias. Ele foi criado para atender a uma encomenda da Transpetro e está construindo embarcações que irão transportar etanol pelo Rio Tietê, gerando 400 empregos diretos e 2 mil indiretos na região.

O Brasil conta com um sistema extenso de rios e lagos, alcançando 63 mil km. São 12 bacias hidrográficas, com 42 mil km de rios potencialmente navegáveis. Atualmente, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), somente 20 mil km são utilizados economicamente para o transporte interior. Essa extensão não se reflete na atual distribuição modal de transporte de carga do país: 52%

rodoviário, 30% ferroviário, 8% navegação de cabotagem, 5% navegação interior e 5% dutoviário (BRASIL, 2011).

O programa portuário tem como principais diretrizes planejamento sistêmico; ganhos de escala; licitações por maior capacidade de movimentação com menor tarifa e/ou menor tempo de movimentação; aumento da concorrência; reorganização dos portos; e planejamento de longo prazo. O objetivo é expandir e modernizar a infraestrutura dos portos brasileiros por meio de parcerias estratégicas com o setor privado, promovendo sinergias entre as redes rodoviária, ferroviária, hidroviária, portuária e aeroportuária. Os bancos públicos poderão financiar até 65% do valor do investimento, com uma taxa de juros de até 2,5% ao ano, mais a TJLP, como se vê no Quadro 3.

O programa de aeroportos foi construído com três objetivos principais: melhorar a qualidade dos serviços e a infraestrutura aeroportuária para os usuários; ampliar a oferta de transporte aéreo à população brasileira; e reconstruir a rede de aviação regional. Os bancos públicos brasileiros poderão financiar até 70% do investimento, com juros de 0,9% ao ano, acrescidos do *spread* de risco mais a TJLP.

Em termos de infraestrutura, o programa está estruturado em três partes. A primeira compreende a concessão de dois importantes aeroportos internacionais – Galeão (RJ) e Confins (MG) –, com investimentos estimados em R\$ 9,2 bilhões. A segunda parte, financiada através dos recursos obtidos pelo governo a partir das concessões realizadas na primeira parte, prevê investimentos superiores a R\$ 7,3 bilhões em 270 aeroportos regionais e consiste no fortalecimento e reestruturação da rede de aviação regional brasileira, com expansão da oferta de transporte aéreo e melhorias na qualidade da infraestrutura e dos serviços aeroportuários, por meio de

Período / Governo	Concessões dos serviços públicos	Período de concessão	Grupos concessionários	Investimento estimado
2011-2013 Dilma	Concessões para ampliação e modernização da infraestrutura e gestão do setor portuário (arrendamentos de 159 áreas nos portos organizados (PIL-Portos) e 15 terminais de uso privado.		Arrendamentos e autorizações ainda não realizados.	R\$ 54,6 bilhões para os próximos cinco anos. Também serão investidos R\$ 6,4 bilhões em acessos.

Quadro 3

Concessões dos serviços públicos no Brasil: Portos – Programa de Investimentos em Logística – 2011-2013

Fonte: Elaboração própria.

concessões administrativas. A terceira e última parte consiste na indução da exploração comercial de aeroportos privados dedicados exclusivamente à aviação geral.

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) é acionista de todas as concessões – Guarulhos (SP), Viracopos (SP), Brasília (DF), Galeão (RJ) e Confins (MG) –, com 49% do capital social de cada uma e atuação na governança dos aeroportos na proporção de sua participação acionária, com poder de decisão em temas relevantes, estabelecidos em acordos de acionistas. O Quadro 4 sintetiza o processo de concessão dos serviços públicos para o programa de aeroportos no governo Dilma.

Observa-se que, em relação às concessões aeroportuárias, houve entrada de IDE com a participação de operadoras internacionais de aeroportos como os de Zurique, Munique e Cingapura. Essas operadoras estão presentes nos consórcios vencedores das licitações de concessões dos maiores aeroportos brasileiros, nos quais, certamente, poderão vir a dar uma grande contribuição na qualidade da gestão.

Para a análise da concessão do Campo de Libra deve-se observar, segundo Amato (2013b), que a sua exploração

pode dobrar as reservas nacionais de petróleo, com estimativa de que o volume de óleo recuperável seja de 8 bilhões a 12 bilhões de barris. As reservas nacionais de óleo são hoje de 15,3 bilhões de barris, e as de gás, que também devem duplicar com Libra, somam 459,3 bilhões de metros cúbicos. O Campo de Libra fica na chamada Bacia de Santos, a cerca de 170 quilômetros do litoral do estado do Rio de Janeiro. A sua área abrange cerca de 1.500 quilômetros quadrados, a maior do mundo para exploração de petróleo, segundo o governo federal.

De acordo com Amato, Mello e Thum (2013), o consórcio formado pelas empresas Petrobras – que garantiu a fatia de 10%, além dos 30% aos quais tem direito como única operadora do pré-sal –; Shell, empresa anglo-holandesa, com 20%; Total, empresa francesa, com 20%; China National Petroleum Corporation (CNPC) e China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), empresas chinesas, com 10% cada, arrematou o Campo de Libra no primeiro leilão do pré-sal sob o regime de partilha, em que parte do petróleo extraído fica com a União. Único a apresentar proposta, contrariando previsões do governo, o consórcio ofereceu repassar à União 41,65% do excedente em óleo extraído do campo – percentual mínimo fixado no edital.

Período / Governo	Concessões dos serviços públicos	Período de concessão	Grupos concessionários	Investimento estimado
2011-2013 Dilma	Concessão para conclusão da construção e operação do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, em Natal (RN).	25 anos	Consórcio Inframérica, liderado pelo grupo brasileiro Engevix e pela empresa argentina Corporación América.	O aeroporto foi arrematado por R\$ 170 milhões. O investimento previsto é de R\$ 650 milhões.
2011-2013 Dilma	Concessão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília.	Guarulhos – 20 anos. Viracopos – 30 anos. Brasília – 25 anos.	Guarulhos – Consórcio Invepar, composto pela Invepar-Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. e pela Airport Company South Africa (ACSA). Viracopos – Consórcio Aeroportos Brasil, composto pela Triunfo Participações e Investimentos, UTC Participações e Egis Airport Operation. Brasília – Consórcio Inframérica Aeroportos, composto pelas empresas Infravix Participações S.A. e Corporación América.	Os aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília foram arrematados por R\$ 24,5 bilhões. O investimento previsto para os três aeroportos é de R\$ 16,1 bilhões.
2011-2013 Dilma	Concessão dos aeroportos de Confins e Galeão.	Confins – 30 anos. Galeão – 25 anos.	Confins – Consórcio BH Airport, formado pelo Grupo CCR e operadoras Flughafen Munchen e Flughafen Zürich AG. Galeão – Consórcio Aeroportos do Futuro, formado por Odebrecht e Transport, e operadora do aeroporto de Cingapura.	Total de R\$ 9,2 bilhões até 2016, sendo R\$ 5,7 bilhões para o Galeão e R\$ 3,5 bilhões para Confins.

Quadro 4
Concessões dos serviços públicos no Brasil: Aeroportos – Programa de Investimentos em Logística – 2011-2013

Fonte: Elaboração própria.

O modelo de exploração por partilha regulamenta a exploração de campos estratégicos, em que há grande volume de produção, como o pré-sal. O Campo de Libra deve proporcionar ao governo federal cerca de R\$ 1 trilhão em participações, incluindo R\$ 270 bilhões de royalties, R\$ 15 bilhões do bônus de assinatura, o excedente de óleo produzido no campo e os impostos desembolsados pelas empresas, ao longo dos 35 anos de concessão.

Segundo Leitão (2013), após o leilão do Campo de Libra, a presidenta Dilma Rousseff enfatizou que, pelo modelo de partilha, o Brasil fica com 85% do petróleo retirado do fundo do mar e pode transformar essa riqueza em educação, saúde, desenvolvimento e criação de empregos. Segundo ainda a presidenta, “[...] Libra é a prova de que é perfeitamente possível preservar o interesse do povo brasileiro e atrair o interesse das empresas privadas”. Dilma também explicou que o modelo de partilha é adotado quando há petróleo de boa qualidade e já se sabe a sua localização. Quando há dúvida em relação a esse aspecto, o modelo adotado, segundo ela, é o de concessão.

O contrato do Campo de Libra foi assinado pela presidenta Dilma Rousseff no dia 2 de dezembro de 2013, após o pagamento ao Tesouro Nacional do bônus de assinatura de R\$ 15 bilhões pelo consórcio vencedor. A expectativa é que a produção comece em cinco anos e que atinja, no pico, 1,4 milhão de barris de petróleo e 40 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Atualmente, a produção brasileira é de 2,1 milhões de barris diários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como referência a questão dos investimentos em infraestrutura e sua importância para o desenvolvimento da economia brasileira, o presente trabalho objetivou analisar esse aspecto no período compreendido entre 2007 e 2013. O estudo foi particularizado na concessão dos serviços públicos a partir do segundo governo Lula e do governo Dilma. Esse processo distingue-se da privatização em função de que não ocorre uma venda do patrimônio público, e sim concessão para construção, modernização e ampliação, com exploração por um determinado período de tempo, sem que esse patrimônio deixe de ser público.

O marco diferenciador entre privatização e concessão decorre do fato de que na privatização ocorre venda do patrimônio público, enquanto que no processo de concessão o patrimônio não deixa de ser público, passando para a iniciativa privada por um determinado período de tempo, com regras e compromissos claros.

Sendo assim, pode-se concluir que esse processo contribui para a melhoria das condições infraestruturais do país, o que induz um novo ciclo de desenvolvimento, na medida em que, segundo Wanderley Santos,

[...] durante décadas, o Brasil, seus governantes e mesmo seu empresariado nascente não estavam dispostos ou preparados nem para sonhar com um país moderno, economicamente forte, aquilo que eles diziam que queriam. Na década de 1930, o debate fundamental era se o Brasil só devia exportar ou se devia criar indústria. Então, durante todas essas décadas, em não havendo sonho da possibilidade de um país moderno, não foram lançadas as condições básicas dessa modernidade, rodovia, ferrovia, aeroportos, transportes hídricos, nada. Isso tem a ver com o PIB, hoje dito pequeno, e do qual a oposição brasileira deseja se aproveitar nos próximos anos.

O que está acontecendo agora é justamente um investimento maciço naqueles setores, nas condições absolutamente necessárias para o crescimento do PIB. Porque no contexto existente não haveria mais como crescer o PIB, não tem mais pra onde andar o agronegócio, não tem como as empresas industriais crescerem. Então, o Brasil cresceu enquanto foi possível. Para crescer mais, não tem jeito: tem de expandir isso, e isso obviamente, enquanto está sendo feito, reduz um pouco a capacidade de crescimento. Agora a partir de 2016, 2017 [...].

O Programa de Investimentos em Logística (PIL) do governo Dilma é, de certa forma, um desdobramento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) iniciado no governo Lula, com foco na modernização e ampliação da infraestrutura do país, incorporando capital privado, nacional e internacional, nos investimentos no setor de transporte. Como se viu, o PIL ainda está em estágio inicial, contemplado com financiamento público, com taxas atrativas de retorno do capital, de forma que sua

consolidação poderá contribuir sobremaneira para um novo ciclo de desenvolvimento no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Empresa Brasil de Comunicação. *Dilma diz que leilão do Campo de Libra é "passaporte para o futuro"*. Brasília, 28 out. 2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-28/dilma-diz-que-leilao-do-campo-de-libra-e-%E2%80%9Cpassaporte-para-futuro%E2%80%9D>>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- AMATO, Fábio. *Concessões avançam em 2013, mas ferrovias e portos ficam para 2014*. Brasília, 29 dez. 2013a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/12/concessoes-avancam-em-2013-mas-ferrovias-e-portos-ficam-para-2014.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- _____. *Governo realiza o leilão de Libra, a maior reserva de petróleo do Brasil*. Brasília, 21/ out. 2013b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/10/governo-faz-nesta-2-leilao-de-libra-maior-reserva-de-petroleo-do-brasil.html>>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- AMATO, Fábio; MELLO, Káthia; THUM, Tássia. *Consórcio formado por Petrobras e mais 4 empresas vence leilão de Libra*. [Brasília], 21 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/10/consorcio-formado-por-petrobras-e-mais-4-empresas-vence-leilao-de-libra.html>>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- ARAÚJO JÚNIOR, Ignácio Tavares de. Investimentos em infra-estrutura e crescimento econômico no Brasil. *Economia e Desenvolvimento*, Recife, v. 5, n. 2, p. 161-188, 2006.
- BRASIL. *Balanco de Governo 2003-2010*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2011.
- BRASIL. Ministério dos Transportes. *Plano Nacional de Logística e Transportes*: relatório executivo. 2011. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/conteudo/69407>>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- BRASIL. *Programa de Investimentos em Logística*. 2012. Disponível em: <<http://www.logisticabrasil.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- CLEMENTE, Isabel; LEAL, Andréa; NEVES, Maria Laura. Enfim, Lula privatizou... *Época*, São Paulo, n. 491, 11 out. 2007. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/revista/epoca/0,,edg79551-6009,00-enfim+lula+privatizou.html>>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- DANAHUE, John D. *Privatização: fins públicos e meios provados*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- DELFIM NETTO, Antonio. Salto de qualidade. *Carta Capital*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 795, 16 abr. p. 49.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (*Os Economistas*).
- JEVONS, Willian Stanley. *A teoria da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1987. (*Os Economistas*).
- KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992.
- KLIASS, Paulo. *Privatização e concessão: sutilezas de uma falsa polêmica*. São Paulo, 23 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Privatizacao-e-concessao-sutilezas-de-uma-falsa-polemica/26724>>. Acesso em: 31 mar. 2014.
- LEITÃO, Thais. *Dilma diz que leilão do Campo de Libra é "passaporte para o futuro"*. Brasília, 28 out. 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/10/dilma-diz-que-leilao-do-campo-de-libra-e-passaporte-para-o-futuro>>. Acesso em: 31 mar. 2014.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (*Os Economistas*).
- RAMON, Clara. *Privatização e concessão: aeroportos leiloados: a volta das privatizações?* 8 fev. 2012. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luissassif/privatizacao-e-concessao>>. Acesso em: 31 mar. 2014.
- SILVA, Cleide. Custo do pedágio põe rodovias paulistas em xeque. *Jornal Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 out. 2007. Caderno Economia & Negócios. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,custo-do-pedagio-poe-rodovias-paulistas-em-xeque,62856>>. Acesso em: 4 abr. 2014.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*: investigação sobre a sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (*Os Economistas*).
- SUPRANI, Rodrigo Otávio de Faria. *O investimento em infraestrutura*: desenvolvimento, comércio exterior e o caso brasileiro. 2012, 260 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- WALRAS, León. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1986. (*Os Economistas*).
- VIOMUNDO. *Wanderley Guilherme dos Santos: a oposição brasileira quer colher o que não plantou*. 10 set. 2014. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/wanderley-guilherme-dos-santos-2.html>>. Acesso em: 9 nov. 2014.





Impactos econômicos e sociais da implantação do complexo viário do Imbuí: viadutos Imbuí e marginais¹

Rosângela Conceição*
Roberta de Queiroz Salles**
Rauana Cavalcante de Oliveira***

No século XX, o Brasil era um país de economia agrária e população predominantemente rural. No ano de 2015, percebe-se que a maior parte dos brasileiros reside em cidades, trazendo uma série de implicações de ordem econômica, social e ambiental. O excesso de veículos é uma das consequências graves do aumento da população. A falta de planejamento fica evidente ao se analisar a questão do transporte público e das vias de trânsito na cidade de Salvador.

¹ Trabalho de conclusão de curso de Engenharia Civil apresentado na Universidade Salvador (Unifacs) no primeiro semestre de 2015.

* Mestre em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs) e especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e professora adjunta da Unifacs. rosangela.conceicao@pro.unifacs.br

** Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Salvador (Unifacs). robertaqueirozsalles@gmail.com

*** Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Salvador (Unifacs). rauanacivil@hotmail.com

Em horários de pico, os transtornos gerados com o aumento da frota de carros nas ruas são mais visíveis, com motoristas enfrentando enormes congestionamentos. A Avenida Luiz Viana Filho foi construída para ser utilizada como uma via expressa, mas se descaracterizou ao longo do tempo, com retornos e postos de gasolina no canteiro central, responsáveis por parte dos congestionamentos na via.

O Complexo Viário do Imbuí² é constituído de três viadutos e vias marginais, mas serão discutidos neste artigo apenas dois viadutos e as marginais. A obra tem a finalidade de proporcionar melhor fluidez na circulação dos veículos e diminuição da distância percorrida, implicando a redução do consumo de combustível e proporcionando menor impacto ambiental e menos congestionamentos. Visivelmente, pode-se perceber que a avenida não comporta a quantidade de veículos que circulam diariamente nos horários de pico. Uma das soluções para esse problema pode ser a implantação de um transporte público eficiente. O ônibus, por exemplo, ocupando espaço um pouco maior, tem a capacidade de transportar um número muito superior de pessoas, quando comparado com os carros de passeio. Esse aspecto, porém, não será tratado aqui.

A avenida considerada o principal gargalo do trânsito de Salvador tem boas chances de ter um futuro menos congestionado. Mais movimentada via da cidade, por onde passam 240 mil veículos diariamente, a Avenida Luiz Viana Filho, a Paralela, ganhará três novos viadutos e duas vias marginais. (AGUIAR; MOTA, 2013).

O aumento do número de automóveis circulando nas avenidas, um transporte público incapaz de suprir a demanda da cidade e a falta de planejamento nas vias geram um inchaço nas principais ruas de Salvador.

A frota de veículos de Salvador triplicou nos últimos 20 anos. Em 1992, a cidade possuía aproximadamente 261 mil automóveis, enquanto que no mês de março

deste ano, o número de carros nas ruas da capital baiana já ultrapassava a incrível marca de 783 mil. (PEREIRA, 2012).

Como consequência disso, surge a necessidade de intervenções emergenciais para uma melhor mobilidade urbana³. De acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (BRASIL, 2010, p. 43), “[...] o planejamento do sistema viário de uma cidade deve ser baseado na identificação e mensuração das necessidades e desejos de deslocamento de sua população”.

Poderia ter sido uma solução mais econômica e rápida a construção de retornos no canteiro central da avenida, mas esta não seria a melhor alternativa para uma via que foi construída com a finalidade de ser uma pista de alta velocidade. Isso ocasionaria mais congestionamentos nas entradas e saídas desses retornos. Por isso, a implantação de obras especiais foi adotada como solução mais coerente para a desobstrução da via.

É preciso que as autoridades públicas adotem medidas em caráter de urgência para resolver o trânsito de Salvador. Os retornos da Avenida Luís Viana Filho (Paralela) já não funcionam. Deveriam ser feitos todos em viadutos. Faltam vias marginais em boa parte da cidade. (ARAGON, apud PEREIRA, 2012).

De acordo com Aguiar e Mota (2013), “[...] os viadutos 1 e 2 vão proporcionar uma economia de 1,3 quilômetro em cada pista, o que equivale a uma redução de 2,6 quilômetros da distância percorrida”. Isso origina menos tempo no trânsito, mais qualidade de vida e menor consumo de combustível, acarretando uma diminuição na emissão de gases poluentes na atmosfera.

Outra preocupação constante das autoridades é o impacto dos congestionamentos na qualidade de vida das pessoas. A gestão do transporte é um processo que envolve participação, integração e é um instrumento para elevação do nível de serviço e preservação da qualidade de vida. (RESENDE; SOUSA, 2009, p. 11).

2 Construído pelo Consórcio Imbuí, composto por três empresas – Metro Engenharia, BSM Engenharia S.A. e Terrabrás S.A. –, e licitado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do estado (Conder).

3 Lei nº 12.587 (BRASIL, 2012): “Mobilidade urbana é a condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano”.

Cintra (2008, p. 4) chama a atenção para “[...] o valor econômico das horas de trabalho desperdiçadas e a perda de qualidade de vida das pessoas, causada por estresse, esgotamento físico e danos psicológicos, em decorrência do trânsito parado”.

Para Downs (2004 apud RESENDE; SOUZA, 2009, p. 3), “[...] congestionamentos constantes em certas regiões adicionam custos extras significativos nos produtos por causa do transporte e atrasos pessoais. Isso pode levar à redução da eficiência econômica de uma região”.

Downs (2004 apud RESENDE; SOUZA, 2009, p. 3) diz que “[...] os congestionamentos causam dois grandes problemas sociais: perda de tempo e perda de dinheiro”.

Este trabalho tem como objetivo discutir os principais impactos econômicos e sociais gerados com a implantação do Complexo Viário do Imbuí, estudando a população que reside no Imbuí e bairros adjacentes e comerciantes locais. O fornecimento de dados para a elaboração do trabalho se deu através de questionários aplicados às pessoas direta e indiretamente impactadas pela obra e entrevistas com diretores de alguns órgãos públicos, como Companhia de Desenvolvimento Urbano do estado

(Conder) e Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Semob).

Além da introdução, este texto foi desenvolvido em três etapas: metodologia, análise de dados e considerações finais.

METODOLOGIA

Para realizar este estudo foram elaboradas entrevistas, via e-mail, com pessoas afetadas pela implantação do Complexo Viário do Imbuí, tais como comerciantes locais, moradores da região e corretores de imóveis. Também foram feitas entrevistas presenciais com o diretor de Obras Estruturantes da Conder, Sérgio Silva, e o diretor de Mobilidade da Semob, Francisco Ulisses. Além disso, elaboraram-se questionários, aplicados em campo nos dias 25 de abril, 1º de maio e 23 de maio de 2015, para a coleta de opiniões de moradores e comerciantes locais. A partir desses dados, foram criados gráficos, que foram analisados neste trabalho. Locais escolhidos para a aplicação dos questionários: Shopping Imbuí Plaza, Praça Nova do Imbuí, Praça do Complexo Viário do Imbuí e Shopping Cabotã (Figura 1).



Figura 1
Planta de localização das áreas pesquisadas

Fonte: Google Earth (2015).

Em cada um dos shoppings escolhidos existem aproximadamente 40 lojas, mas nem todas estão em pleno funcionamento. Foram entrevistados representantes de dez lojas de cada um dos shoppings. Na Praça Nova do Imbuí existem cerca de 20 estabelecimentos, sendo que o questionário foi respondido por 19 comerciantes, e na Praça do Complexo Viário do Imbuí foram entrevistados 20 moradores da região.

ANÁLISE DE DADOS

Praça Nova do Imbuí

Um dos principais motivos para a construção do Complexo Viário do Imbuí foi a necessidade de melhoria da mobilidade urbana na região. Nota-se que o impacto da obra foi positivo no trânsito para quem deseja chegar à Praça Nova do Imbuí (Gráfico 1), já que, antes, quem seguia do aeroporto em direção ao centro, tinha que fazer o retorno

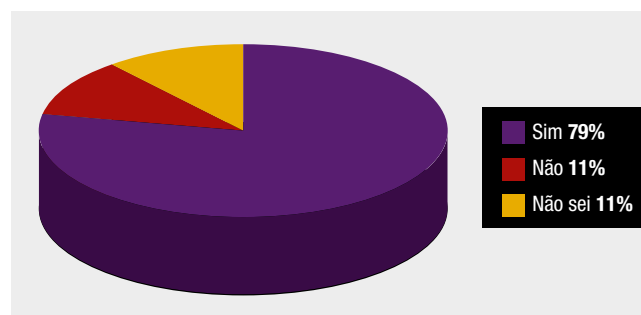


Gráfico 1
Existiu algum benefício no trânsito local?

Fonte: Elaboração própria.

Um dos principais motivos para a construção do Complexo Viário do Imbuí foi a necessidade de melhoria da mobilidade urbana na região.

na Avenida Luís Eduardo Magalhães para ter acesso ao bairro. Esse percurso era congestionado e provocava reflexos em toda a Avenida Luís Viana Filho. De acordo com Silva (2014, p. 49), “[...] com essas intervenções, a cidade já sente o impacto positivo no fluxo de automóveis desde os primeiros dias após sua liberação”. Com a construção do complexo e das marginais, houve uma redução no trajeto, gerando mais qualidade de vida. O indivíduo passa menos tempo no trânsito, o que diminui o gasto com combustível.

Devido à melhor acessibilidade ao bairro, mais pessoas passaram a frequentar os estabelecimentos da Praça Nova do Imbuí (Gráfico 2). Com isso, houve a necessidade, em muitos casos, de contratação de novos funcionários para atender ao aumento da clientela (Gráfico 3), fazendo com que a região se tornasse um ambiente mais favorável à geração de emprego e renda. Com o intuito de atrair novos clientes, alguns comerciantes fizeram melhorias em seus estabelecimentos (Gráfico 4), incrementando

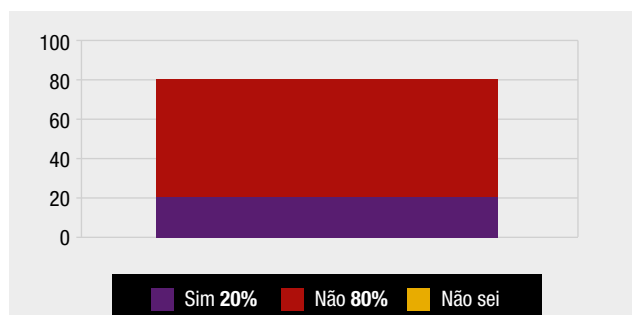


Gráfico 2
Mais pessoas passaram a frequentar o estabelecimento após a construção do Complexo Viário do Imbuí?

Fonte: Elaboração própria.

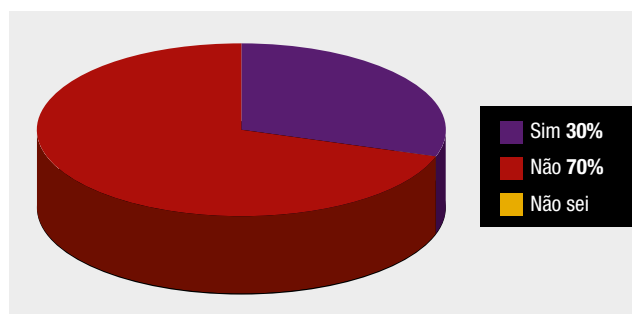


Gráfico 3
Houve contratações de novos funcionários após a construção do Complexo Viário do Imbuí?

Fonte: Elaboração própria.

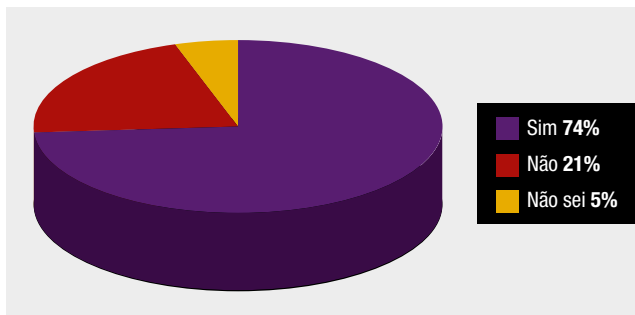


Gráfico 4
Houve alguma melhoria no estabelecimento após a construção do Complexo Viário do Imbuí?

Fonte: Elaboração própria.

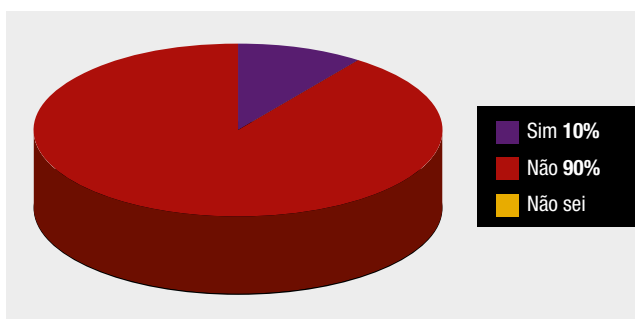


Gráfico 5
Você considera o bairro com uma maior segurança?

Fonte: Elaboração própria.

a qualidade do serviço oferecido e gerando empregos indiretos devido à contratação de empresas especializadas em pintura, decoração, paisagismo etc.

Segundo a Lei nº 12.587, “[...] acessibilidade é a facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor”⁴. O bairro passou a ser mais visto, ficou mais acessível, e, por consequência, houve um aumento do fluxo de pessoas. Mas nem tudo teve a aprovação da população local. Na opinião dos moradores, o problema da segurança se agravou depois da implantação do complexo (Gráfico 5). Este fato tem grande influência na compra e venda de imóveis na região, pois as pessoas procuram lugares mais seguros para residir ou iniciar um negócio. A falta de segurança atrapalha o desenvolvimento e desvaloriza o local.

⁴ Lei nº 12.587 (BRASIL, 2012).

Após a construção dos viadutos e marginais, houve uma melhora significativa também do trânsito local.

Conclui-se que, na região da Praça Nova do Imbuí, houve melhoria no trânsito e no comércio, que passou a ter mais movimento de clientes, gerando empregos diretos e indiretos. A segurança é ainda um problema enfrentado pela população que frequenta a praça. Trata-se de um aspecto que precisa ser melhorado, pois as pessoas podem deixar de ir aos estabelecimentos, anulando grande parte dos efeitos positivos proporcionados pelo complexo.

Shopping Imbuí Plaza

Sabe-se que a região enfrentava diversos problemas de mobilidade. Após a construção dos viadutos e marginais, houve uma melhora significativa também do trânsito local (Gráfico 6), porém alguns comerciantes se queixaram do deslocamento de um retorno que permitia acesso mais rápido ao Shopping Imbuí Plaza. Eles acreditam que, devido a esse fato, não ocorreu um aumento do fluxo de pessoas nos estabelecimentos (Gráfico 7), como aconteceu na Praça Nova do Imbuí. Sem crescimento das vendas, já que a clientela não se expandiu, não ocorreram novas contratações de funcionários (Gráfico 8).

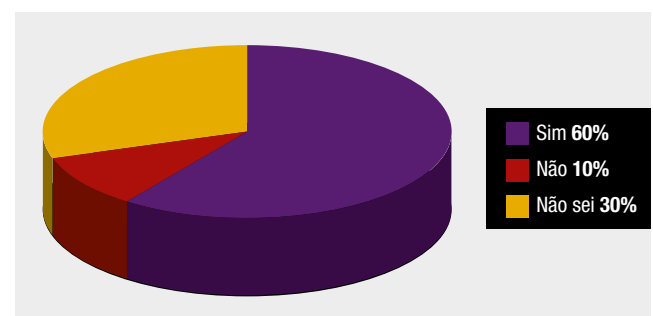


Gráfico 6
Existiu algum benefício no trânsito local?

Fonte: Elaboração própria.

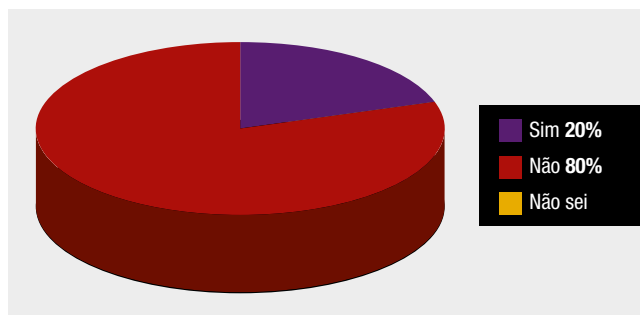


Gráfico 7
Mais pessoas passaram a frequentar o estabelecimento após a construção do Complexo Viário do Imbuí?

Fonte: Elaboração própria.

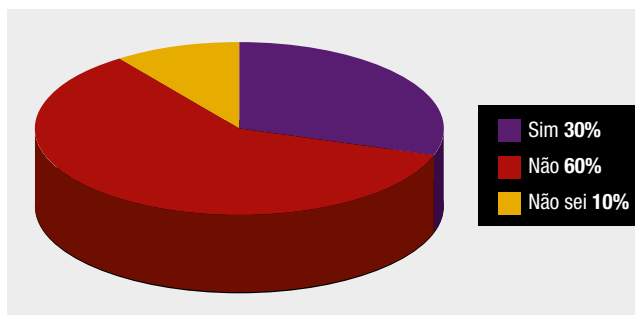


Gráfico 9
Houve alguma melhoria no estabelecimento após a construção do Complexo Viário do Imbuí?

Fonte: Elaboração própria.

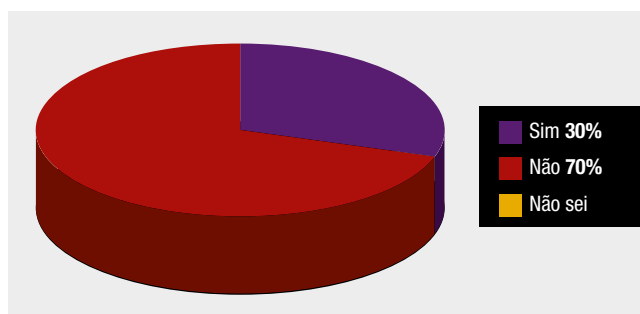


Gráfico 8
Houve contratações de novos funcionários após a construção do Complexo Viário do Imbuí?

Fonte: Elaboração própria.

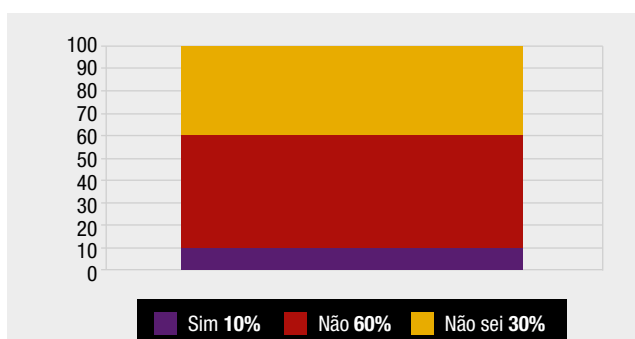


Gráfico 10
Houve valorização no preço de venda do estabelecimento?

Fonte: Elaboração própria.

Como consequência disso, cerca de 60% dos comerciantes não se sentiram confortáveis para investir em melhorias no estabelecimento (Gráfico 9), pois a possibilidade de retorno através das vendas é baixa. Os dados mostram ainda que apenas 10% dos comerciantes acreditam que houve valorização no preço de venda dos estabelecimentos do shopping (Gráfico 10). Assim como os entrevistados na Praça Nova do Imbuí, os comerciantes do Shopping Imbuí Plaza consideram que a segurança no bairro não foi incrementada após a implantação do complexo (Gráfico 11).

Não se pode considerar que o Shopping Imbuí Plaza sofreu impacto negativo no que se diz respeito a renda e emprego. É possível apenas dizer que não houve melhorias e, por isso, não ocorreu um impacto positivo. Conclui-se, então, que os estabelecimentos do shopping não foram significativamente afetados pela construção do Complexo Viário do Imbuí nesses

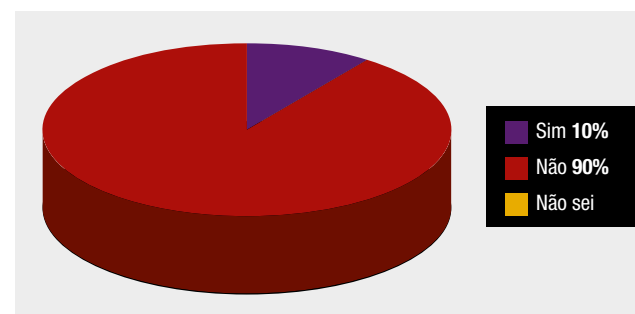


Gráfico 11
Você considera que o bairro teve uma melhora na segurança?

Fonte: Elaboração própria.

quesitos. Mas em relação ao trânsito local é coerente afirmar que toda a região sentiu diferença para melhor. No caso do shopping, em particular, houve uma consequência negativa devido ao afastamento do retorno, o que deu menos visibilidade e distanciou o estabelecimento de seus clientes.

Shopping Cabotã

Ao contrário do que ocorreu na Praça Nova do Imbuí, que apresentou um aumento do fluxo de pessoas após a construção do Complexo Viário do Imbuí, não houve incremento no número de frequentadores do Shopping Cabotã após a realização da obra (Gráfico 12), como, aliás, também se observou no Shopping Imbuí Plaza. Como reflexo disso, em mais da metade dos estabelecimentos, não foram registradas novas contratações (Gráfico 13). Esses resultados podem ser atribuídos às alterações no trânsito local após a implantação da obra, uma vez que o acesso ao shopping ficou mais difícil. Com as mudanças, quem transita pela Avenida Luís Viana Filho no sentido centro precisa percorrer toda a Praça Nova do Imbuí para realizar o retorno e chegar até o estabelecimento. Dessa forma, a distância a ser percorrida ficou maior, e o tempo gasto no trajeto aumentou.

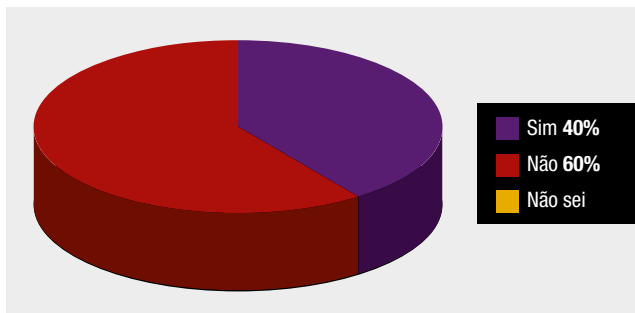


Gráfico 12
Mais pessoas passaram a frequentar o estabelecimento após a construção do Complexo Viário do Imbuí?

Fonte: Elaboração própria.

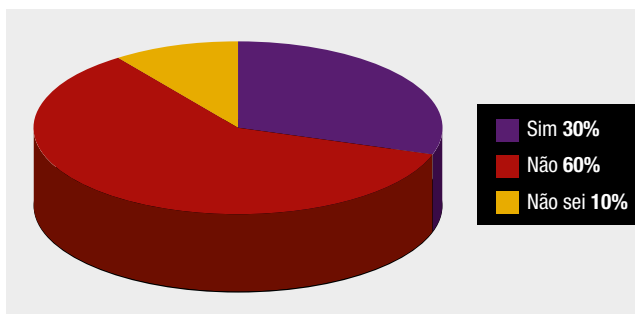


Gráfico 13
Houve contratações de novos funcionários após a construção do Complexo Viário do Imbuí?

Fonte: Elaboração própria.

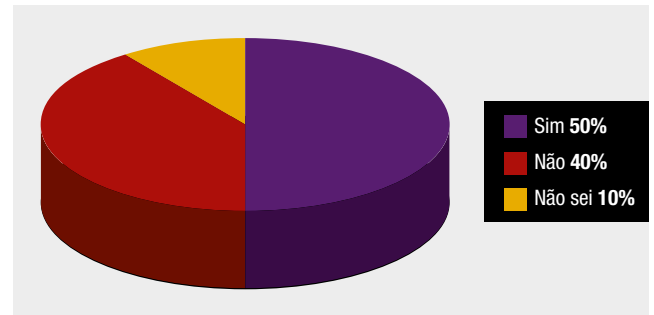


Gráfico 14
Houve alguma melhoria no estabelecimento após a construção do Complexo Viário do Imbuí?

Fonte: Elaboração própria.

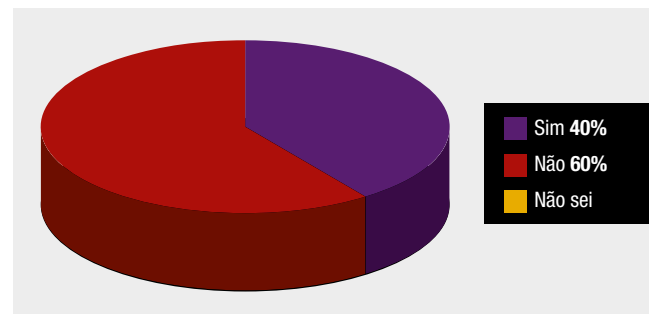


Gráfico 15
Houve valorização no preço de venda do estabelecimento?

Fonte: Elaboração própria.

No ano de 2015, o shopping passou por algumas reformas na sua estrutura e em alguns estabelecimentos, tentando chamar a atenção no público consumidor. Mas apenas 50% dos estabelecimentos promoveram melhorias (Gráfico 14), que, inclusive, não podem ser consideradas, na sua totalidade, como resultado dos benefícios trazidos pela construção dos viadutos. Algumas foram apenas restaurações rotineiras. Sendo assim, 60% dos lojistas não acreditam que houve valorização dos seus imóveis (Gráfico 15).

Comparando-se com os outros locais estudados, o resultado em relação ao trânsito local foi bastante divergente (Gráfico 16). Metade dos entrevistados não considerou que houve melhoria do trânsito. Grande parte dessas opiniões pode ser consequência da mudança de pontos de ônibus nas adjacências do shopping e também da dificuldade de acesso já citada acima. No que diz respeito à segurança no bairro, o resultado foi compatível com o observado nos demais locais (Gráfico 17).

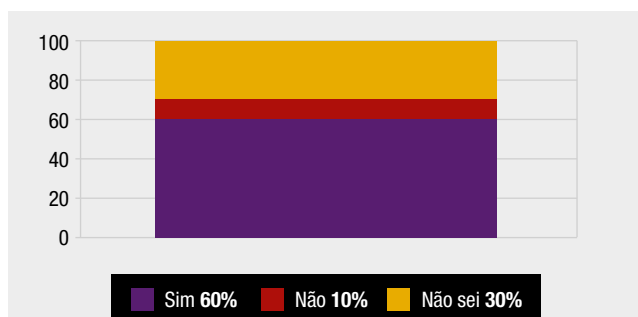


Gráfico 16
Existiu algum benefício no trânsito local?

Fonte: Elaboração própria.

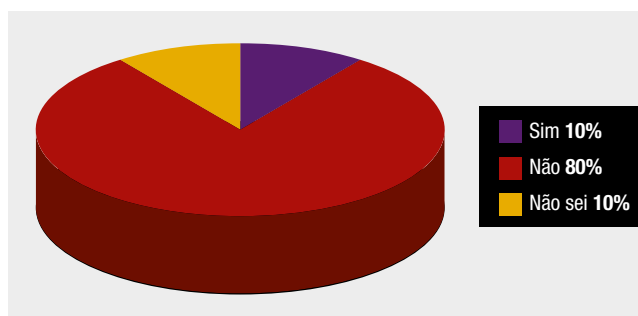


Gráfico 17
Você considera que o bairro teve uma melhora na segurança?

Fonte: Elaboração própria.

Conclui-se que o Shopping Caboatã não usufruiu, como os demais locais, dos benefícios proporcionados pela implantação do Complexo Viário do Imbuí. Os dados mostram que não houve geração de novos empregos, aumento de renda, valorização dos imóveis e melhoria significativa no trânsito local.

Praça do Complexo Viário do Imbuí

O público-alvo do levantamento de dados foram os moradores do bairro Saboeiro e região que se encontravam na Praça do Complexo Viário do Imbuí nos dias das entrevistas. A praça foi construída durante a realização da obra, pela Conder, através do Consórcio Imbuí, e inaugurada em no dia 27 de setembro de 2014. O objetivo foi proporcionar uma área de lazer para a população, constituída de aparelhos para a prática de exercícios físicos, parque infantil e pista

para corrida de automóveis de controle remoto (automodelismo).

Pelo menos 55% das pessoas entrevistadas, considerando a soma dos que disseram “sim” e “às vezes”, costumam frequentar a praça (Gráfico 18). Boa parte dessas pessoas também pratica exercícios físicos no local (Gráfico 19), mostrando que o investimento realizado na construção talvez tenha atingindo seu objetivo. Esses hábitos, mantidos ao longo do tempo, poderão proporcionar uma melhor qualidade de vida para essas pessoas.

A população local se mostrou satisfeita com a construção do complexo, pois 95% acreditam que houve melhoria no trânsito da região (Gráfico 20). Como resultado disso, houve uma redução significativa do tempo de locomoção de casa para o trabalho e vice-versa (Gráfico 21), proporcionando maior economia de combustível, menos estresse no trânsito e mais tempo livre para se

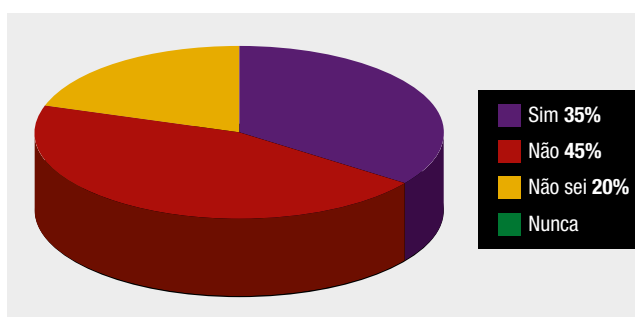


Gráfico 18
Você utiliza a praça com frequência?

Fonte: Elaboração própria.

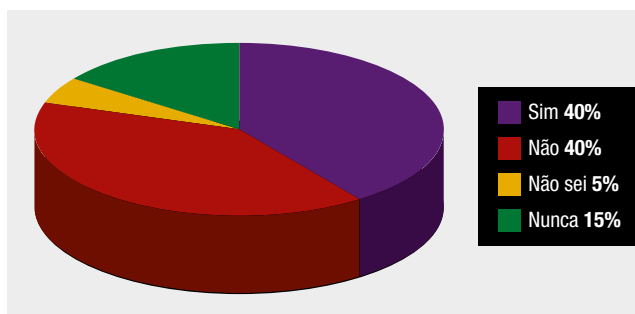


Gráfico 19
Você costuma praticar exercícios físicos na praça?

Fonte: Elaboração própria.

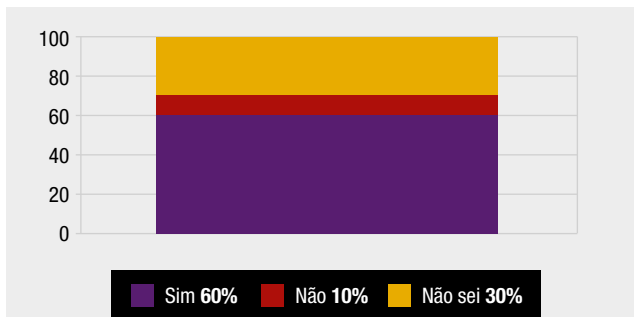


Gráfico 20
Existiu algum benefício no trânsito local do Complexo Viário do Imbuí?

Fonte: Elaboração própria.

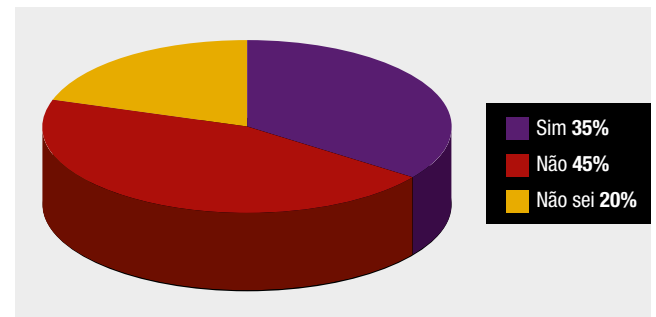


Gráfico 22
Você considera que o bairro tem mais segurança após a construção do complexo?

Fonte: Elaboração própria.

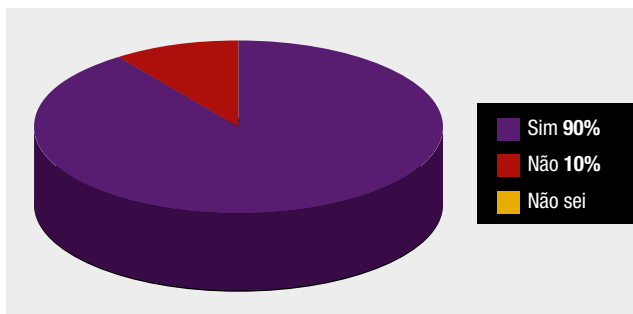


Gráfico 21
Você demora menos tempo para se locomover de casa para o trabalho e do trabalho para casa após a construção do Complexo Viário do Imbuí?

Fonte: Elaboração própria.

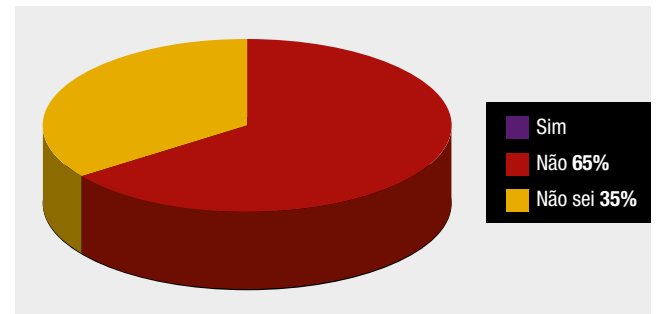


Gráfico 23
Novos estabelecimentos foram abertos após a construção do complexo?

Fonte: Elaboração própria.

dedicar a outras atividades. Estes seriam os objetivos das obras do Plano de Mobilidade de Salvador, de acordo com o secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, Ribeiro (2014, p. 48): “As obras do Plano de Mobilidade de Salvador querem devolver as horas que as pessoas perdem em seus deslocamentos diários, para que elas possam ter esse tempo para coisas mais importantes, como a família, o descanso, o lazer e os estudos”. Com mais tempo livre devido à melhoria no tráfego, as atividades de lazer poderão ser realizadas na Praça do Complexo Viário do Imbuí, como apregoa o governo.

Antes da construção, a região da praça era um local de mata fechada, frequentado por moradores de rua, além de ter pouca ou nenhuma iluminação pública. Sendo assim, as pessoas tinham receio de passar por ali, devido à falta de segurança. Mesmo após a implantação da

praça, a população entrevistada ainda não considera o lugar totalmente seguro (Gráfico 22).

No que se diz respeito ao comércio, não houve abertura de novos estabelecimentos, nem geração de novos empregos na região (Gráfico 23), o que difere do que ocorreu na Praça Nova do Imbuí. Porém, em relação aos imóveis, 100% das pessoas consideram que suas residências foram valorizadas e que houve aumento da demanda de pessoas que desejam residir na região.

Diante dos dados analisados, pode-se concluir que o impacto foi mais positivo do que negativo. Mesmo com o problema da segurança e a baixa influência no comércio, a população local considera o bairro um lugar melhor para se viver depois da implantação do Complexo Viário do Imbuí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a melhoria no cenário de mobilidade de Salvador, umas das soluções previstas na Rede Integrada de Transporte (RIT), elaborada em 2008 pela prefeitura de Salvador, seria o incremento da infraestrutura da cidade e de suas vias principais, incluindo a Avenida Luís Viana Filho. Uma das funções básicas da RIT é solucionar os problemas mais graves de tráfego, proporcionando fluidez ao trânsito. A região do Imbuí era considerada um ponto crítico da cidade, e, por isso, houve a construção do Complexo Viário do Imbuí, executado em caráter de emergência pela Conder.

Após a análise das consequências advindas da implantação dos viadutos e marginais que compõem o complexo, pode-se concluir que, na maioria dos pontos pesquisados, houve um alto grau de satisfação em relação ao trânsito, salvo na região do Shopping Cabotã.

A maior acessibilidade ao bairro trouxe benefícios como melhor qualidade de vida para os moradores e frequentadores da região e geração de novos empregos em algumas localidades. Já em relação à segurança, foi percebida uma piora.

Para os moradores da região, o Complexo Viário do Imbuí proporcionou mudanças economicamente positivas no que se refere à valorização dos seus imóveis. Os comerciantes dos shoppings Imbuí Plaza e Cabotã, porém, não sentiram melhoras nesse aspecto.

A maior dificuldade encontrada para a elaboração deste trabalho foi a escassez de fontes de pesquisas relacionadas ao tema e ao local específico. Existem muitos estudos sobre os impactos econômicos e sociais de determinadas localidades, mas quase nenhum diz respeito ao Complexo Viário do Imbuí. Por conta disto, a obtenção de dados estatísticos se deu por meio de questionários em campo.

Recomenda-se, para quem pretende se aprofundar no tema do artigo, o levantamento de dados de segurança da Polícia Militar, já que as informações obtidas neste trabalho são baseadas apenas no

sentimento da população, ou seja, no que as pessoas acham ou em experiências pelas quais tenham passado. Nem sempre esse sentimento condiz com os números oficiais e, por isso, considera-se que os dados deste artigo em relação à segurança são estimados. Em função do cronograma curto, não foi possível um levantamento estatístico com maior número de pessoas, diminuindo a confiabilidade dos resultados.

De uma forma geral, pode ser sugerida a implantação de passagens de nível ao longo de todos os pontos críticos da cidade, proporcionando uma maior fluidez no trânsito. Como a maioria da população utiliza transporte público, também se sugere investimento nesse setor. No que se refere à segurança, é necessária maior atenção na região para que os impactos positivos gerados pelo complexo não sejam anulados pelo medo das pessoas de frequentar o local.

REFERÊNCIAS

ABUBAKI, Ricardo. *Valorização do metro quadrado no Imbuí*. Salvador, 2014. Entrevista concedida por e-mail à Rauana Cavalcante e Roberta Salles.

AGUIAR, Natália; MOTA, Alexandro. Avenida vai ter mais três viadutos para desafogar engarrafamentos. *Correio*, Salvador, 17 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/avenida-vai-ter-mais-tres-viadutos-para-desafogar-engarrafamentos/>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 04 jan. 2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. *Manual de projeto geométrico de travessias urbanas*. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes; DNIT, 2010. (Publicação IPR-740).

CINTRA, Marcos. Os custos do congestionamento na capital paulista. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, jun. 2008.

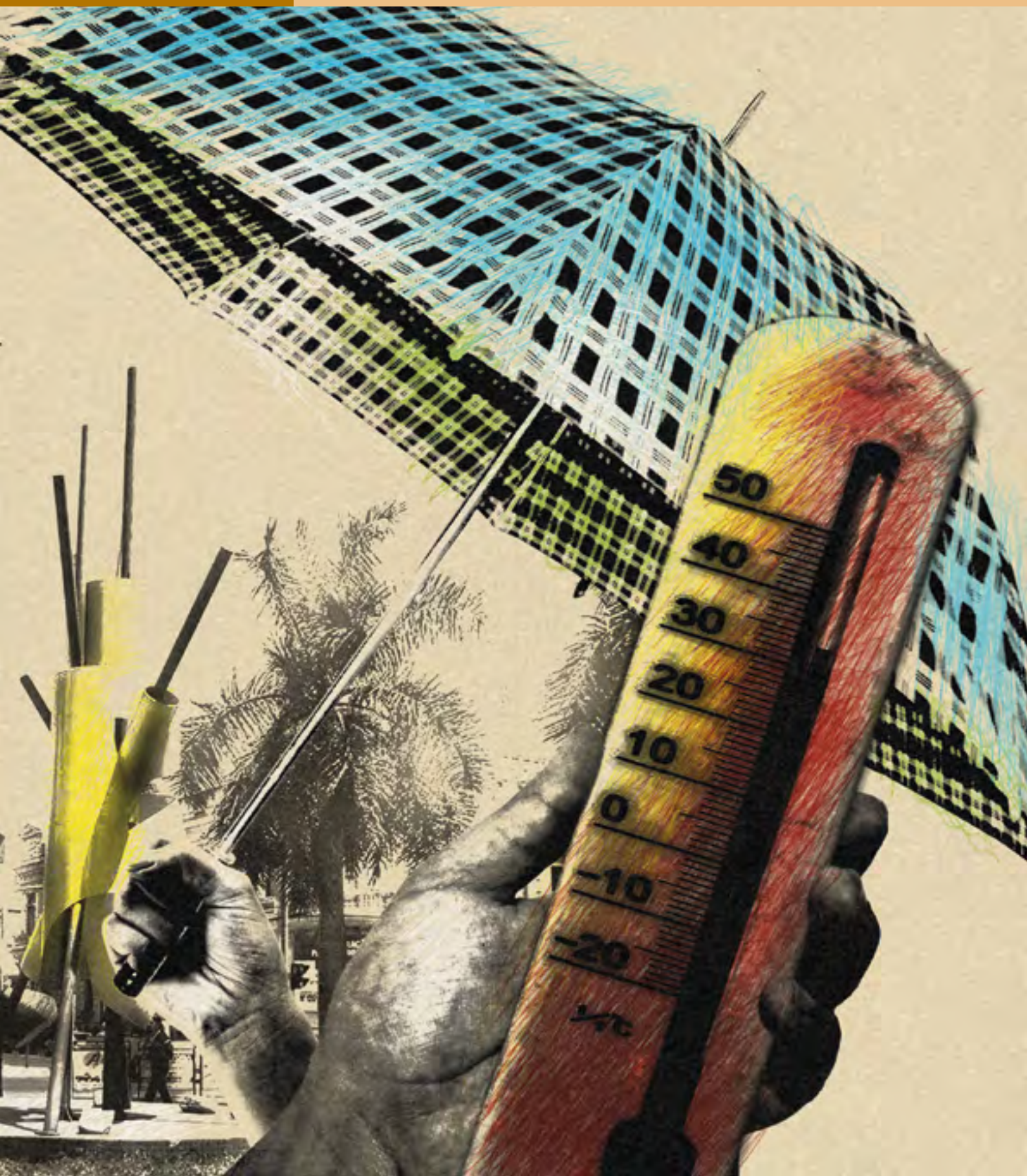
DOWNS, Anthony. *Still stuck in traffic: coping with peak-hour congestion*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2004.

MENDONÇA, Gismália Marcelino. *Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos*. 2. ed. Salvador: UNIFACS, 2009. 83 p.

PEREIRA, Thiago. Frota de veículos triplica, mas estrutura não atende a demanda. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 2012. Disponível em: <<http://www.tribunadabahia.com.br/2012/05/07/frota-de-veiculos-triplica-mas-estrutura-nao-atende-a-demanda>>. Acesso em: 8 maio 2015.

RESENDE, Paulo; SOUSA, Paulo. *Mobilidade urbana nas grandes cidades brasileiras*: um estudo sobre os impactos do congestionamento. Minas Gerais: Fundação Dom Cabral, 2009. (Caderno de ideias, CI091).

RIBEIRO, Manoel. Complexo do Imbui, arte na estrutura. *Revista Rodovias & Vias*, [Curitiba], v. 15, n. 88, p. 48, nov. 2014.



Análise temporal de dados climatológicos de Feira de Santana (BA)¹

Andrea de Almeida Brito*

Aloísio Machado da Silva Filho**

Gilney Figueira Zebende***

Desde a antiguidade, o homem se interessa por fenômenos climatológicos, e, atualmente, com a dinâmica da sociedade, torna-se necessário um monitoramento contínuo de tais fenômenos. Quando os meios de comunicação informam as condições climáticas de uma região, divulgam, geralmente, a temperatura e a umidade relativa do ar, que é uma variável que interfere diretamente nas condições de vida dos moradores. Um decréscimo excessivo na taxa de umidade do ar pode proporcionar desidratação, sangramento nasal, dificuldade ao respirar etc. E altas taxas podem gerar proliferação de fungos, tonturas, entre outros problemas de saúde.¹ A variação ou o comportamento da umidade relativa do ar depende de diversos fatores, tais como cobertura vegetal, quantidade de edificações e proximidade de mares, lagos e rios.

O monitoramento de dados climatológicos é relevante também para a agricultura. De acordo com Lima (2003), o uso de recursos agrícolas necessita de acompanhamentos e previsões corretas dos fatores climatológicos (temperatura, precipitação e umidade do ar). Para o mesmo autor, a integração de dados climatológicos pode possibilitar um melhor planejamento das atividades agrícolas, diminuindo os riscos de perdas de safras.

¹ A primeira versão deste artigo foi apresentada no Workshop PTI e I Siintec, realizado em Salvador-BA em 2015, e também no XXXIII Encontro de Físicos do Norte e Nordeste, em Natal-RN, no mesmo ano. O presente trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida pela autora no mestrado em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial do Senai Cimatec.

* Especialista em Educação Matemática pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e mestranda em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial pelo Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia (Cimatec) do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). britodea@gmail.com

** Doutor em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial e mestre em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Professor permanente do programa em Modelagem em Ciências da Terra e do Meio Ambiente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). aloisioestatistico@yahoo.com.br

*** Doutor e mestre em Física pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor adjunto do Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial do Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia (Cimatec) do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e professor adjunto do curso de Física da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo estudar a dinâmica temporal de dados climatológicos (temperatura e umidade relativa do ar) de Feira de Santana-BA, de 27 de maio de 2007 a 30 de setembro de 2010, a fim de oferecer mais uma metodologia de análise para os interessados no tema. Para atender a tal objetivo serão modelados procedimentos conhecidos na literatura como métodos da mecânica estatística: *detrended fluctuation analysis* (DFA) (PENG et al., 1994), *detrended cross-correlation analysis* (DCCA) (PODOBNIK; STANLEY, 2008) e coeficiente de correlação cruzada ρ_{DCCA} (ZEBENDE, 2011).

O município de Feira de Santana, no estado da Bahia, está situado a 108 quilômetros da capital, Salvador, à qual se liga por meio da BR-324. Possui uma área de 1.338,1 km² e uma população estimada, para o ano de 2014, em 612 mil habitantes. Segundo Santos e Andrade (2008), Feira de Santana destaca-se pelo seu potencial de comércio e indústria e tem como característica um aumento significativo de prédios de grande e médio porte no centro e bairros adjacentes.

No ano de 2012, o seu Produto Interno Bruto (PIB) ficou dividido em 0,55% na agropecuária, 25,39% na indústria e 74,06% em serviços (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2015). Em relação à característica climática, a cidade está localizada em uma área de transição entre o clima úmido do litoral e a região seca do semiárido (SANTOS; ANDRADE, 2008).

Devido à sua peculiaridade, é possível encontrar algumas pesquisas que modelaram o clima do município Feira de Santana, entre elas a de Santos e Andrade (2008), que quantificaram o conforto térmico utilizando como método de análise o índice de temperatura efetiva proposto por Thom e Bosen (1959); a de Diniz e Galvani (2012), que estudaram a relação entre a variabilidade das chuvas, no período entre 1994 e 2010, e seu reflexo na cultura do milho; o trabalho desenvolvido por Andrade e Santos (2007), que analisaram as características térmicas da superfície de Feira de Santana; e a investigação de Diniz, Santos e Santo (2008), que caracterizaram a distribuição pluviométrica anual do município no período de 10 anos.

Para contemplar o objetivo deste trabalho, a próxima seção aborda os procedimentos dos métodos quantitativos do

Devido à sua peculiaridade, é possível encontrar algumas pesquisas que modelaram o clima do município Feira de Santana, entre elas a de Santos e Andrade (2008), que quantificaram o conforto térmico.

universo da pesquisa. A terceira seção apresenta os resultados e discussões, e, por fim, a quarta parte traz as conclusões.

METODOLOGIA

Método DFA – Autocorrelação

O método *detrended fluctuation analysis* (DFA), idealizado por Peng e outros (1994), pode ser modelado quando o interesse do pesquisador é mensurar e identificar autocorrelação (correlação do sinal com ele mesmo) de longo alcance em séries temporais em regimes não estacionários. O DFA, ou análise das flutuações sem tendência, tem aplicação em diversas áreas do conhecimento, tais como em séries financeiras (REBOREDO; REVERA-CASTRO; ZEBENDE, 2014), na biologia (IVANOV, 1998), em séries econômicas (NASCIMENTO; ZEBENDE; MORET, 2008), entre outras.

A modelagem do DFA considera os seguintes passos (PENG, et al, 1994):

Passo 1 – Determina-se o desvio de cada ponto da série temporal em relação à sua média. Desta maneira, integra-se o sinal u_i (série original) e se obtém a série integrada $y(k)$ por meio da seguinte expressão:

$$y(k) = \sum_{i=1}^k u_i - \langle u \rangle; k = 1, 2, \dots, N,$$

em que $\langle u \rangle$ representa o valor médio de u_i , e N , o total de pontos da série temporal.

Passo 2 – A série integrada $y(k)$ é dividida em intervalos de igual tamanho n não sobrepostos. Para cada intervalo de tamanho n , é ajustado um polinômio de grau maior ou igual a 1 a $y(n)$, denotado por $y_n(k)$.

Passo 3 – A série integrada $y(k)$ é subtraída de $y_n(k)$ em cada intervalo de tamanho n com base na seguinte expressão:

$$F_{DFA}(n) = \sqrt{\frac{1}{N} \sum_{k=1}^N [y(k) - y_n(k)]^2},$$

e o cálculo anterior é repetido sistematicamente para diferentes amplitudes de tamanho n $\left(4 \leq n \leq \frac{N}{4}\right)$.

Passo 4 – Verificar se $F_{DFA}(n)$ tem comportamento do tipo $F_{DFA}(n) \sim n^\alpha$. Neste caso, α denota o expoente de correlação de longo alcance.

Para séries temporais descorrelacionadas, espera-se $\alpha = 0,50$, caso típico de séries aleatórias. Se $\alpha > 0,50$, pode-se inferir que a série apresenta comportamento persistente de longo alcance, e, para o caso em que $\alpha < 0,50$, espera-se um comportamento antipersistente. Com o expoente obtido com a modelagem do DFA, é

possível avaliar em que medida a tendência observada na série temporal passada implica manutenção do comportamento no futuro, podendo-se associar o resultado a um efeito de longa duração ou não na série temporal (SOARES et al., 2008).

Método DCCA – Correlação cruzada

Existem situações em que o resultado de determinada série sofre interferência não somente dela mesma, mas também de outras séries. É nesse contexto que a análise da correlação cruzada é relevante (PODOBNIK et al., 2011). O *detrended cross-correlation analysis* (DCCA), modelado por Podobnik e Stanley (2008), é um método estatístico capaz de estimar o expoente que caracteriza a correlação de longo alcance entre duas séries temporais, em regime não estacionário. O DCCA tem sido modelado em diversas áreas do conhecimento, com um número significativo de aplicações no campo financeiro e econômico. Uma das peculiaridades do DCCA em relação a outros métodos de detecção de correlação cruzada é o fato de ser capaz de retirar as tendências polinomiais que podem mascarar as verdadeiras correlações cruzadas (ZEBENDE; SILVA; MACHADO, 2011). De posse de duas séries temporais $\{y_i\}$ e $\{y'_i\}$ com o mesmo número de observações N , para modelar o DCCA, devem-se seguir os seguintes passos (PODOBNIK; STANLEY, 2008):

Passo 1 – Integram-se as duas séries $\{y_i\}$ e $\{y'_i\}$ por meio das seguintes expressões:

$$R_k = y_1 + y_2 + y_3 + \dots + y_n$$

$$R'_k = y'_1 + y'_2 + y'_3 + \dots + y'_n,$$

em que $k = 1, 2, 3, \dots, N$.

Passo 2 – Dividem-se os sinais integrados R_k e R'_k em $(N - n)$ amplitude (com reposição) de tamanho n , cada um contendo $n + 1$ valores. Para as duas séries temporais, em cada amplitude (que se inicia em i e termina em $i + n$), calculam-se as tendências em cada amplitude, isto é, $\tilde{R}_{k,i}$ e $\tilde{R}'_{k,i}$ ($i \leq k \leq i + n$), como sendo a ordenada do ajuste linear (processo dos mínimos quadrados) da série somada ou integrada.

Uma das peculiaridades do DCCA em relação a outros métodos de detecção de correlação cruzada é o fato de ser capaz de retirar as tendências polinomiais que podem mascarar as verdadeiras correlações cruzadas.

Passo 3 – Divide-se, por meio do cálculo anterior, a covariância dos resíduos em cada intervalo, ou seja,

$$f_{DCCA}^2(n, i) = \frac{1}{n+1} \sum_i^{i+n} (R_K - \tilde{R}_{k,i}) (R'_K - \tilde{R}'_{k,i}).$$

Passo 4 – Calcula-se a função de correlação (*detrended covariance*) expressa como:

$$F_{DCCA}^2 = \frac{1}{N-n} \sum_{i=1}^{N-n} f_{DCCA}^2(n, i).$$

Aplicando-se o procedimento supracitado em uma série temporal, o DCCA será uma generalização do DFA [2]. Sendo assim, se os procedimentos descritos anteriormente forem repetidos para diferentes tamanhos de n sistematicamente, é possível verificar a existência ou não de uma lei de potência:

$$F_{DCCA} \sim n^\lambda,$$

em que λ denota o expoente de correlação cruzada.

Na próxima seção, será apresentado o coeficiente de correlação cruzada ρ_{DCCA} , capaz de quantificar o nível de correlação cruzada em duas séries temporais, em regime não estacionário.

Coeficiente de correlação cruzada sem tendência ρ_{DCCA}

O coeficiente de correlação cruzada sem tendência ρ_{DCCA} , modelado por Zebende (2011), destina-se à quantificação do nível de correlação cruzada tendo como base o DFA e o DCCA. Segundo Zebende (2011), o expoente obtido por meio do DCCA quantifica a correlação cruzada como lei de potência, mas não quantifica o nível da correlação cruzada.

O ρ_{DCCA} objetiva a estimação do coeficiente de correlação cruzada em diferentes escalas de tamanho n , cujo coeficiente possui campo de variação limitado entre -1 a 1, como outros coeficientes de correlação cruzada. Dessa maneira, -1 denota anticorrelação perfeita, e 1, a correlação perfeita. Por outro lado, o $\rho_{DCCA} = 0$ significa que não existe correlação cruzada entre os sinais. O campo de variação supracitado foi provado por Podobnik, (2011), tendo como método de comprovação a desigualdade de Cauchy.

Os dados correspondem a 1.193 observações com duas variáveis, no período de 27 de maio de 2007 a 30 de setembro de 2010, e se referem à temperatura em °C e à umidade relativa do ar em %, ambas registradas diariamente a cada hora do dia.

O coeficiente de correlação cruzada sem tendência ρ_{DCCA} é definido como a relação entre a função de covariância sem tendência F_{DCCA}^2 e a função de variância sem tendência F_{DFA} e pode ser denotado pela seguinte expressão (ZEBENDE, 2011), (VASSOLER; ZEBENDE, 2011), (MACHADO, 2014), (MACHADO; FERNANDES; ZEBENDE, 2014) e (FERNANDES et al., 2015):

$$\rho_{DCCA}(n) = \frac{F_{DCCA}^2(n)}{F_{DFA1}(n) F_{DFA2}(n)}$$

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa foi desenvolvida com os dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) da estação meteorológica automática de Feira de Santana (Alt. 231m; Lat. 12° 15'S; Lon. 38° 58'O). Os dados correspondem a 1.193 observações com duas variáveis, no período de 27 de maio de 2007 a 30 de setembro de 2010, e se referem à temperatura em °C e à umidade relativa do ar em %, ambas registradas diariamente a cada hora do dia (Tabela 1).

Com o objetivo de avaliar o comportamento das variáveis objetos do estudo, foram calculadas algumas medidas descritivas (Tabela 1 e Tabela 2), considerando os registros diários a cada hora do dia. Após a análise descritiva, foi constatado resultado semelhante nas variáveis temperatura e umidade relativa do ar. Em ambas, foi identificado comportamento assimétrico negativo na

maioria das horas do dia, o que indica concentração de observações acima da média, e variabilidade relativa moderada ($8\% < CV < 30\%$) (Tabela 1 e Tabela 2). Por meio do excesso de curtose, constataram-se resultados adversos. Para a variável temperatura, o coeficiente de curtose ou excesso de curtose identificou curva platocúrtica ($Curt < 0$) (Tabela 1). Já para a umidade relativa do ar, a curtose oscilou em curva platicúrtica ($Curt < 0$) e leptocúrtica ($Curt > 0$) (Tabela 2).

Tabela 1
Análise descritiva da variável temperatura (°C) do município Feira de Santana (BA) – 27 de maio de 2007 a 30 de setembro de 2010

Hora	Média (°C)	DP (°C)	CV (%)	AS	Curt
00:00	22,7	2,0	9,0	-0,1	-0,9
01:00	22,2	2,0	8,8	-0,2	-0,8
02:00	21,8	1,9	8,9	-0,2	-0,7
03:00	21,5	2,0	9,1	-0,3	-0,5
04:00	21,3	2,0	9,3	-0,3	-0,5
05:00	21,1	2,0	9,5	-0,4	-0,5
06:00	21,0	2,0	9,6	-0,4	-0,4
07:00	20,8	2,0	9,7	-0,4	-0,3
08:00	20,7	2,0	9,8	-0,4	-0,2
09:00	21,0	2,1	10,0	-0,5	-0,2
10:00	22,5	2,2	9,6	-0,3	-1,0
11:00	24,0	2,3	9,5	-0,3	-1,0
12:00	25,4	2,4	9,6	-0,3	-0,9
13:00	26,6	2,6	9,9	-0,2	-0,8
14:00	27,6	2,9	10,5	-0,2	-0,9
15:00	28,3	3,2	11,2	-0,2	-0,9
16:00	28,7	3,4	12,0	-0,2	-1,0
17:00	28,8	3,7	12,7	-0,1	-1,0
18:00	28,5	3,7	12,9	0,0	-1,0
19:00	27,7	3,6	12,9	0,1	-0,9
20:00	26,5	3,2	12,1	0,2	-0,9
21:00	25,0	2,8	11,0	0,2	-1,0
22:00	24,1	2,4	10,0	0,1	-1,0
23:00	23,3	2,2	9,3	0,1	-0,9

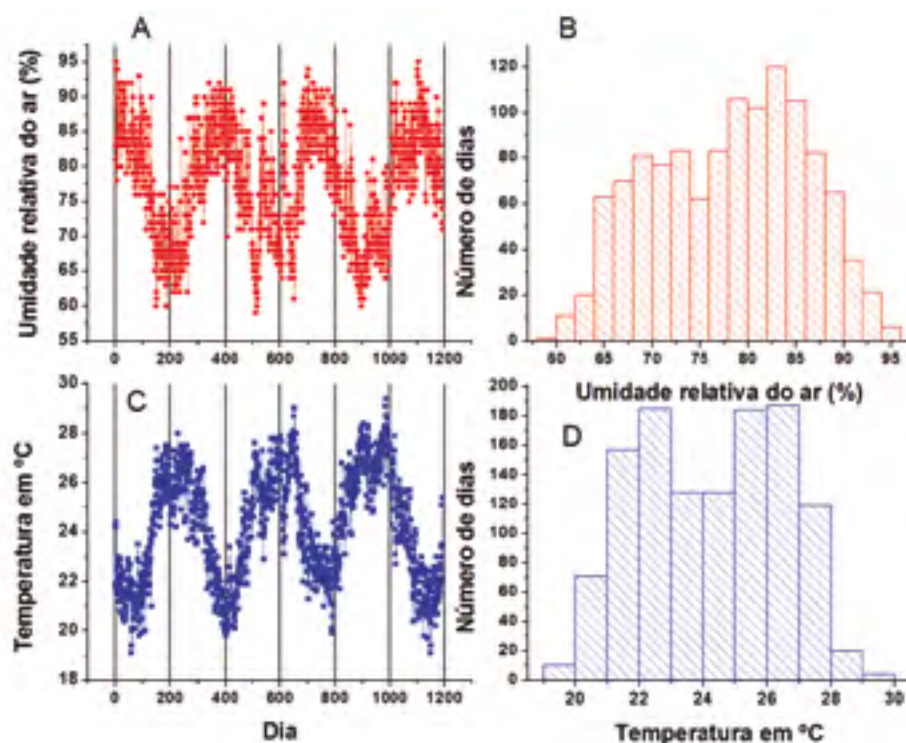
Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia (INMet). Elaboração própria.
Notas: 1 - DP= Desvio padrão; CV=Coeficiente de variação; AS= Assimetria; Curt= Excesso de Curtose. 2 – Tanto a assimetria quanto a curtose foram definidas a partir dos momentos centrados na média.

Tabela 2
Análise descritiva da variável umidade relativa do ar (%) do município Feira de Santana (BA) – 27 de maio de 2007 a 30 de setembro de 2010

Hora	Média (%)	DP (%)	CV (%)	AS	Curt
00:00	84,7	7,1	8,4	-0,6	-0,5
01:00	87,3	5,7	6,5	-0,7	-0,2
02:00	89,2	4,7	5,3	-0,8	0,1
03:00	90,6	4,2	4,6	-0,9	0,6
04:00	91,5	3,8	4,2	-1,0	0,8
05:00	92,2	3,6	3,9	-1,1	1,1
06:00	92,7	3,5	3,7	-1,3	2,0
07:00	93,1	3,3	3,5	-1,5	2,8
08:00	93,4	3,1	3,3	-1,6	3,6
09:00	93,2	3,7	4,0	-1,7	3,1
10:00	88,6	7,1	8,0	-0,6	-0,6
11:00	80,6	10,1	12,5	-0,2	-0,9
12:00	72,4	11,9	16,5	0,0	-0,9
13:00	65,5	13,1	20,0	0,2	-0,7
14:00	60,6	14,2	23,5	0,3	-0,6
15:00	57,5	15,5	27,0	0,4	-0,5
16:00	55,8	16,3	29,3	0,4	-0,6
17:00	55,5	16,9	30,4	0,4	-0,7
18:00	57,0	16,6	29,1	0,3	-0,7
19:00	60,6	16,1	26,5	0,1	-0,7
20:00	66,3	14,1	21,3	0,0	-0,7
21:00	72,8	12,2	16,8	-0,2	-0,9
22:00	77,5	10,7	13,8	-0,3	-0,9
23:00	81,4	8,9	11,0	-0,5	-0,8

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia (INMet). Elaboração própria.
Notas: 1 - DP= Desvio padrão; CV=Coeficiente de variação; AS= Assimetria; Curt= Excesso de Curtose. 2 – Tanto a assimetria quanto a curtose foram definidas a partir dos momentos centrados na média.

Para um melhor entendimento das flutuações das séries, representou-se graficamente a média diária, considerando o comportamento a cada hora do dia, com seus respectivos histogramas (Figura 1). É possível identificar comportamento não estacionário nas variáveis da presente pesquisa e uma relação inversa entre elas, ou seja, quando existe um pico na variável temperatura, ocorre um sulco na umidade relativa do ar. Tal comportamento será mensurado a seguir com o coeficiente de correlação cruzada sem tendência ρ_{DCCA} .

**Figura 1**

Média diária da temperatura (°C) e da umidade relativa do ar (%) do município Feira de Santana (BA) – 27 de maio de 2007 a 30 setembro de 2010

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). Elaboração própria.

Nota: Para o cálculo da média diária foram consideradas as informações a cada hora do dia.

A – Umidade relativa diária do ar (%). B – Histograma da umidade relativa do ar (%). C – Temperatura média diária em °C. D – Histograma da temperatura em °C.

Para atender ao objetivo deste artigo, foram modelados o DFA, o DCCA e o coeficiente de correlação cruzada sem tendência ρ_{DCCA} nas séries temporais da temperatura média diária (°C) e da umidade relativa média diária (%) do município de Feira de Santana-BA de 27 de maio de 2007 a 30 de setembro de 2010 (Figura 2).

O DFA identificou comportamento persistente e não estacionário nas séries objeto de estudo ($\alpha > 1$) (Figura 2). Sendo assim, caso exista uma tendência de crescimento ou decréscimo nas flutuações de tais variáveis, esse comportamento tende a continuar ocorrendo em longo prazo.

A modelagem via DCCA identificou correlação cruzada negativa para todas as escalas temporais (Figura 2). Como o DCCA quantifica a correlação cruzada enquanto lei de potência e não mensura o nível da correlação cruzada, definiu-se também a correlação cruzada com o coeficiente de correlação cruzada sem tendência ρ_{DCCA} (Figura 2).

Tal modelagem, como era esperado, constatou correlação cruzada negativa para todas as escalas de tempo n . Esse resultado permite afirmar que, existindo aumento ou redução na temperatura, haverá aumento ou redução na umidade relativa do ar.

Realizou-se o estudo da correlação cruzada considerando o comportamento das séries a cada hora do dia (Figura 3), com o objetivo de entender melhor a correlação entre as séries. A modelagem do ρ_{DCCA} tomando a informação a cada hora do dia identificou correlação cruzada negativa para todas as escalas temporais. Porém, tal resultado, a depender da hora e da escala temporal (n) em questão, apresentou valores diversos da análise com a média diária encontrada na Figura 2.

A aplicação do ρ_{DCCA} considerando a hora do dia identificou correlação negativa entre temperatura e umidade relativa do ar com maior intensidade entre 12:00 e 17:00 (Figura 3).

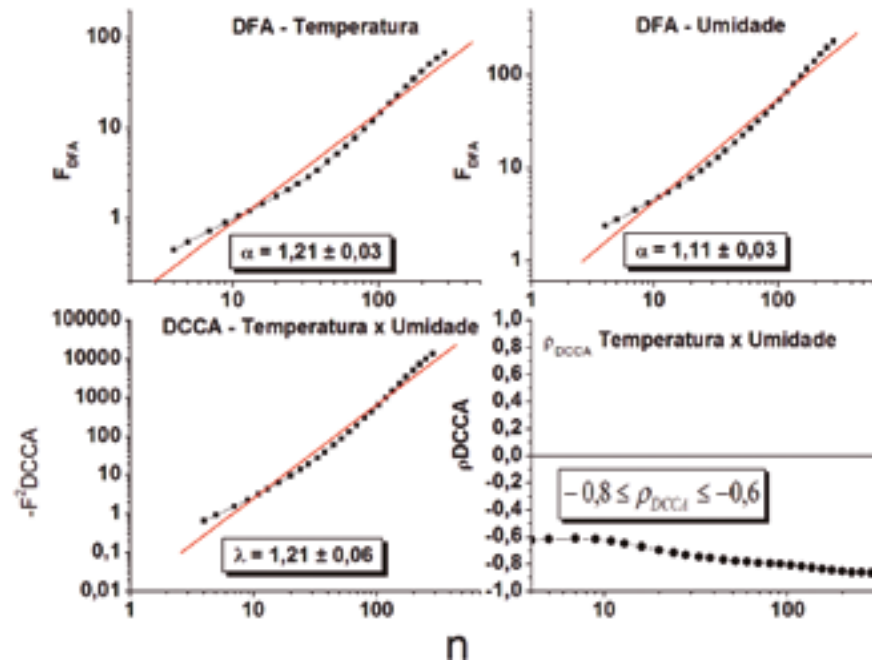


Figura 2

Autocorrelação (DFA), correlação cruzada (DCCA) e coeficiente de correlação cruzada sem tendência nas séries temporais da temperatura média diária (°C) e umidade relativa do ar média diária (%) do município de Feira de Santana (BA) – 27 de maio de 2007 a 30 de setembro de 2010

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia (INMet). Elaboração própria.

Ajuste com $R^2 \geq 0,99$ e p-valor $< 0,001$.

Nota: Segundo Podobnik e Stanley (2008), quando a função de covariância sem tendência apresentar valores negativos, pode-se admitir $-F^2_{DCCA}$ para o cálculo do expoente de correlação cruzada.

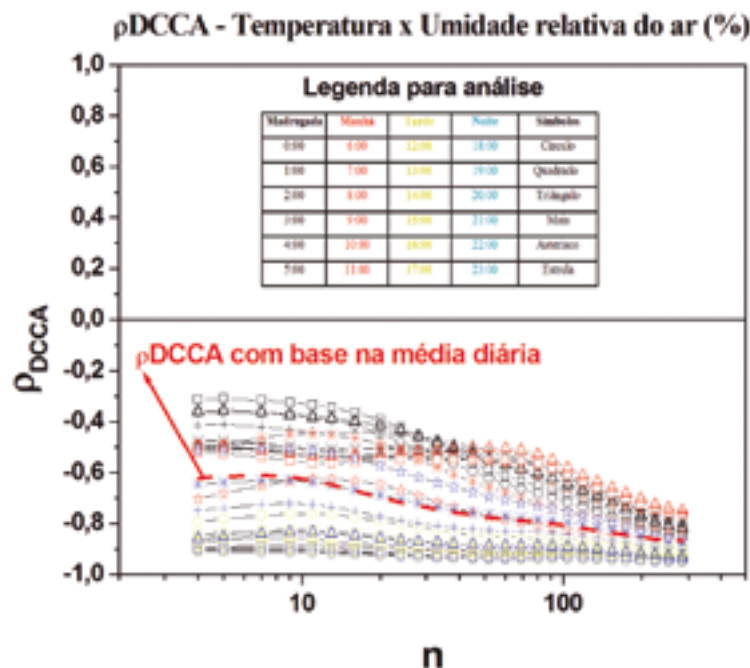


Figura 3

Coeficiente de correlação cruzada sem tendência nas séries temporais da temperatura a cada hora do dia (°C) e umidade relativa do ar a cada hora do dia (%) do município de Feira de Santana (BA) – 27 de maio de 2007 a 30 de setembro de 2010

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia (INMet). Elaboração própria.

CONCLUSÃO

O estudo e o acompanhamento de dados climatológicos têm sido realizados por diversas metodologias. Com o intuito de contribuir com pesquisas nessa área do conhecimento, este artigo teve como objetivo analisar a dinâmica temporal de dados climatológicos (temperatura (°C) e umidade relativa do ar (%)) do município de Feira de Santana-BA. Para cumprir tal objetivo foram utilizados métodos da mecânica estatística: DFA, DCCA e ρ_{DCCA} .

A modelagem via DFA identificou e mensurou comportamento persistente ($\alpha > 0,50$) (Figura 2). Com esse resultado é possível afirmar que, caso exista uma tendência de crescimento ou decrescimento nas flutuações da temperatura ou da umidade relativa do ar em Feira de Santana, esse comportamento tende a continuar ocorrendo em longo prazo. O resultado da correlação cruzada do método DCCA identificou correlação cruzada negativa para todas as escalas temporais, via sua função de covariância sem tendência (Figura 2). O nível de correlação cruzada entre temperatura e umidade relativa do ar foi negativo (Figura 2). Com esse resultado, pode-se inferir que existe uma relação antipersistente entre temperatura e umidade relativa do ar no município de Feira de Santana. Outra constatação, via coeficiente de correlação cruzada sem tendência, é que, para grandes escalas de tempo, o coeficiente de correlação tendeu a -1 ($\rho_{DCCA} \rightarrow -1$) (Figura 2 e Figura 3).

A análise da correlação cruzada com o ρ_{DCCA} , considerando o comportamento das séries a cada hora do dia (Figura 3), encontrou também correlação cruzada negativa para todas as escalas de tempo. Mas esse resultado apresentou valores com menor ou maior grau de intensidade no nível de correlação cruzada a depender da hora e escala temporal em questão (Figura 3).

Tendo como alicerce as propriedades dos métodos modelados na presente pesquisa, é possível afirmar que, com o tipo de modelagem executada neste artigo, pode-se caracterizar uma determinada região geográfica em relação a dados climatológicos. Como continuidade do trabalho, pretende-se modelar outros dados

climatológicos de Feira de Santana e, se possível, identificar um padrão de comportamento nesses dados.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, H. O.; SANTOS, R. L. Análise das características térmicas na superfície da cidade de Feira de Santana-BA, com a utilização de imagens IRMSS/CBERS-2. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13., 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: INPE; SELPER, 2007. p. 717-719,.
- DINIZ, A. F.; GALVANI, E. Variabilidade da pluviosidade (1994 - 2000) no município de Feira de Santana (Bahia) e seus reflexos na agricultura de sequeiro: o caso do milho. *Revista Geonorte*, [S.l.], v. 2, n. 5, p. 1146-1158, 2012. edição especial 2.
- DINIZ, A. F.; SANTOS, R. L.; SANTO, S. M. Avaliação dos riscos da seca para o município de Feira de Santana-BA associado à influência do El Niño do semi-árido do nordeste brasileiro. *Geografia's*, Feira de Santana, n. 1, p. 18-24, 2008.
- FERNANDES, S. et al. Quantifying cross-correlation between Ibovespa and Brazilian blue-chips: the DCCA approach. *Physica A*, Amsterdam, v. 424, p. 124-129, 2015.
- INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. 2010. Disponível em: <://www.inmet.gov.br/portal/>. Acesso em: fev. 2015.
- IVANOV, P. et al. Scaling and universality in heart rate variability distributions. *Physica A*, Amsterdam, v. 249, p. 587-593, 1998.
- LIMA, J. G. S. *Gerenciamento de dados climatológicos heterogêneos para aplicações em agricultura*. 2003. 116 f. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Computação Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação, Campinas, 2003.
- MACHADO, A. *Autocorrelação e correlação cruzada: teorias e aplicações*. 2014. 127 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Tecnologia SENAI Cimatec, Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial, Salvador, 2014.
- MACHADO FILHO, M. S.; FERNANDES, S. M.; ZEBENDE, G. F. Autocorrelation and cross-correlation in time series of homicide and attempted homicide. *Physica A*, Amsterdam, v. 400, p. 12-19, Apr. 2014.
- NASCIMENTO, A.; ZEBENDE, G. F.; MORET, M. Self-affinity of vehicle demand demand on the ferry-boat system. *International Journal of Modern Physics C*, [S.l.], v. 19, n. 4, p. 665-669, Apr. 2008.

- PENG, C. K. et al. Mosaic organization of DNA nucleotides. *Physical Review E*, College Park, MD, v. 49, p. 1685-1689, 1994.
- PODOBNIK, B.; STANLEY, H. E. Detrended cross-correlation analysis: a new method for analyzing two non stationary time series. *Physical Review Letters*, New York, v. 100, p. 84-102, Feb. 2008.
- PODOBNIK, B. et al. Statistical tests for Power-law cross-correlated processes. *Physical Review E*, [S.l.], v. 84, p. 66-118, 2011.
- REBOREDO, J. C.; RIVERA-CASTRO, M. A.; ZEBENDE, G. F. Oil and us dollar exchange rate dependence: a detrended cross-correlation approach. *Energy Economics*, Cambridge, UK, v. 42, p. 132-139, 2014.
- SANTOS, L. G.; ANDRADE, O. H. Avaliação quantitativa do conforto térmico de uma cidade em área de transição climática. *Revista de Geografia Norte Grande*, Feira de Santana v. 40, p. 77-84, 2008.
- SOARES JUNIOR, J. S. et al. Uma análise estatística nos indicadores de criminalidade de Salvador. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 161, p. 40-49, out./dez. 2008.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. PIB Municipal. 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=537&Itemid=283>. Acesso em: 22 de dez de 2015.
- THOM, E. C.; BOSEN, J. F. The discomfort index. *Weatherwise*, [S.l.], n. 12, p. 57 – 60, 1959.
- VASSOLER, R.; ZEBENDE, G. DCCA cross-correlation coefficient apply in time series of air temperature and air relative humidity. *Physica A*, [S.l.], v. 391, p. 2438-2443, 2011.
- ZEBENDE, G. F. DCCA cross-correlation coefficient: quantifying level of cross-correlation. *Physica A*, Amsterdam, v. 390, p. 614-618, 2011.
- ZEBENDE, G. F.; SILVA, P. A. D.; MACHADO, A. Study of cross-correlation in a self-affine time series of taxi accidents. *Physica A*, Amsterdam, v. 390, p. 1677-1683, 2011.





URÂNIO E VENTO: MATÉRIAS-PRIMAS ENERGÉTICAS DISTINTAS DISPONÍVEIS NO ALTO SERTÃO BAIANO

Maria Soares Cunha*

Marcus Antonius da Costa Nunes**

Em um momento de mudanças climáticas e consequente escassez de recursos naturais, destaca-se o fato de que a conta de energia vem sofrendo aumentos a cada ano. Esse quadro impulsiona a necessidade de se investir na diversificação das matrizes energéticas. Mais da metade da energia gerada no Brasil é proveniente de hidroelétricas, e a escassez de chuvas nos últimos anos corrobora a necessidade dessa diversificação. Nesse sentido, vale destacar o alto sertão baiano, especialmente o município de Caetité, que dispõe de duas matérias-primas energéticas – o vento e o urânio – que vêm contribuindo para a variação energética no Brasil.

O município de Caetité, na Bahia, fica no semiárido nordestino, na microrregião da Serra Geral, distanciado da capital, Salvador, por 757 km. É caracterizado pela relevância econômica, possuindo um subsolo rico em minerais, sendo os mais importantes o ferro, o urânio, a ametista e o manganês.

* Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional pela Faculdade Vale do Cricaré (FVC) e especialista em Gestão Pública pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Coordenadora da Secretaria de Registros Acadêmicos do Campus Teixeira de Freitas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). biacunha@hotmail.com

** Doutor e mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor-associado IV e vice-diretor do Centro Tecnológico (CT) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). macn1000@yahoo.com.br

O objetivo deste artigo é conhecer o potencial energético de Caetité e analisar as ações socioambientais desenvolvidas pela INB, que explora o urânio, e pela Renova Energia, maior empresa eólica da região, dando ênfase às atividades relacionadas à educação socioambiental. Para isso, realizou-se um estudo de caso, que, segundo Gil (2002), prioriza a observação detalhada de um ou poucos objetos em busca de conhecimento. Os instrumentos utilizados foram visitas às empresas, pesquisa bibliográfica, acesso às páginas eletrônicas das respectivas empresas, leitura dos relatórios do ano de 2013, boletins, jornais e revistas, com o intuito de coletar os dados.

Culturalmente, Caetité é lembrada por ser a cidade natal do educador Anísio Teixeira, grande personalidade da história da educação no Brasil, defensor da escola nova, do ensino público, laico e obrigatório. E também do cantor e compositor Waldick Soriano, representante da chamada música brega¹ no Brasil.

Nos últimos anos, o município tem recebido moradores de diversas partes do Brasil e até do exterior, que chegam para instalar empresas de exploração das matérias-primas disponíveis ou em busca de trabalho na área ou em outras empresas que prestam serviços.

O potencial energético de Caetité é bastante significativo. O município oferece duas matérias-primas distintas para geração de energia. O urânio é utilizado na produção de energia nuclear, considerada poluente devido à radiação. Já a energia eólica produzida pelo vento é um recurso renovável e limpo.

A extração do urânio é realizada pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB). O distrito uranífero de Lagoa Real/Caetité está localizado em uma região montanhosa do centro-sul do estado da Bahia, cerca de 20 quilômetros a nordeste da cidade de Caetité, no distrito de Maniaçu, na Fazenda Cachoeirinha, totalizando uma área de 1,2 mil hectares.

De acordo com Leila Avelar, funcionária da Secretaria de Meio Ambiente de Caetité, existem seis empresas eólicas instaladas na região para explorar o potencial energético dos ventos: Renova Energia (230 aerogeradores),

O município oferece duas matérias-primas distintas para geração de energia. O urânio é utilizado na produção de energia nuclear, considerada poluente devido à radiação. Já a energia eólica produzida pelo vento é um recurso renovável e limpo.

WB Brasil Wind (90 aerogeradores), Iberdrola (60 aerogeradores), Centrais Eólicas (32 aerogeradores), Rio Energy e Enel, ambas com uma quantidade menor de aerogeradores.

Entre as empresas de exploração de energia eólica, será destacada a companhia brasileira Renova Energia, que possui o maior parque eólico da América Latina, o Alto Sertão I, localizado entre os municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã.

MATÉRIAS-PRIMAS ENERGÉTICAS DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO DE CAETITÉ

Em busca do crescimento econômico, a sociedade gera pressão sobre os recursos naturais, devido aos padrões de produção e consumo. Os modelos de desenvolvimento e tecnologia ocasionam problemas ambientais, incluindo extinção de espécies e recursos, poluição, mudanças climáticas, dentre outros.

Está cada vez mais claro que o estilo de desenvolvimento dessas sociedades, baseado num consumo exorbitante de energia, artificialmente barata e intensiva em recursos naturais, sobretudo aqueles vindos dos países do Terceiro Mundo, é igualmente insustentável a médio e longo prazos. (DIEGUES, 2003, p. 4).

¹ Estilo musical brasileiro considerado cafona.

A consciência de que é necessário tratar com racionalidade os recursos ambientais, uma vez que eles podem se esgotar, mobiliza setores da sociedade para impedir que o desenvolvimento econômico ocorra de forma predatória. Nesse sentido, as discussões sobre a geração de energia no Brasil demonstram a necessidade de se investir em energia limpa, proveniente de recursos renováveis, e de diversificar as matrizes energéticas.

Tendo como princípio conciliar crescimento e conservação ambiental, o conceito de desenvolvimento sustentável, por sua conotação, passou a servir a interesses diversos. De nova ética do comportamento humano, passando pela proposição de uma revolução ambiental, até ser considerado um mecanismo de ajuste da sociedade capitalista, o desenvolvimento sustentável tornou-se um discurso poderoso, promovido internacionalmente por organizações, empresários e políticos, repercutindo na sociedade civil e na ordem ambiental.

Em âmbito local, em relação aos aspectos ambientais, Caetité conta com a Lei nº 700, de 8 de abril de 2010 (Código Municipal de Meio Ambiente), que trata de aspectos relevantes em defesa do meio ambiente. A Seção V, artigos 134 a 142, versa sobre a questão das atividades de mineração, que dependem de um licenciamento ambiental, devendo ser precedidas de um projeto de recuperação da área explorada.

A consciência de que é necessário tratar com racionalidade os recursos ambientais, uma vez que eles podem se esgotar, mobiliza setores da sociedade para impedir que o desenvolvimento econômico ocorra de forma predatória.

No código, a educação ambiental (EA) é tratada na Seção XIII, artigos 58 e 59, que estabelece que as ações devem ser constituídas de forma integradora com a execução de programas e projetos voltados para a preservação e conservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural, para garantir o desenvolvimento sustentável do município. A EA é condição obrigatória ao empreendedor nos processos de licenciamento de atividades impactantes ao meio ambiente. Ainda levando em consideração o princípio de atrelar crescimento e conservação ambiental, o Art. 1º da Lei nº 9.795/1999 define:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Assim, além da importância de observar o poder produtivo de uma determinada sociedade industrial, também é necessário conhecer as ações socioambientais desenvolvidas por ela, em especial as atividades direcionadas à EA.

Hodiernamente, através dos meios de comunicação, pode-se perceber a preocupação na busca por outros meios de geração de energia, impulsionada pela escassez de recursos naturais e pelas mudanças climáticas.

Dentre os meios de geração de energia, podem-se citar a eólica, solar, hidráulica, maremotriz, biogás e biocombustíveis, todas provenientes de recursos naturais renováveis. São fontes de energia limpa, por produzirem pouco ou nenhum resíduo ou gases poluentes que contribuem com o efeito estufa e o aquecimento global. Colaboram, assim, com a qualidade de vida e com a proteção do meio ambiente.

De acordo com o Anuário Estatístico de Energia Elétrica (2014), produzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), as oito fontes de geração de energia elétrica no Brasil em 2013 estavam divididas segundo a porcentagem de participação vista no gráfico exibido a seguir.

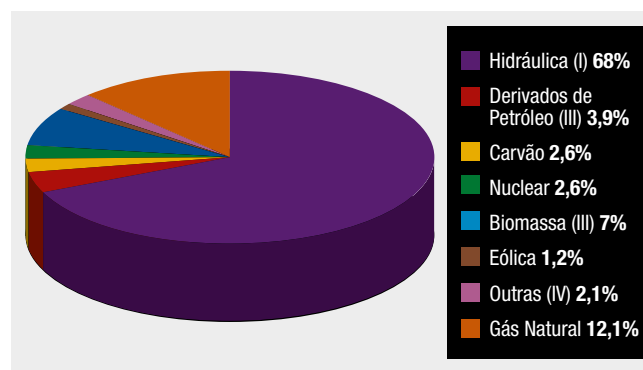


Gráfico 1
Geração de energia elétrica por fonte no Brasil – participação em 2013

Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica (2014).

Percebe-se que, em 2013, 68,6% da energia do país foi gerada a partir das hidroelétricas; 12,1%, das termoelétricas; 2,6%, dos reatores nucleares; e 1,2% era eólica. Nesse contexto, o Nordeste gerou 14,0% da energia elétrica, sendo que o estado da Bahia foi responsável por 28,1% da geração na região.

Conforme citado anteriormente, Caetité e região contribuem para a geração de energia com o derivado de urânio fornecido para os reatores nucleares pela INB e com o vento explorado pela Renova na geração de energia eólica. De acordo com o Relatório Anual 2013 Indústrias

Chegou-se à conclusão de que a província uranífera da região apresenta reservas estimadas em 10 mil toneladas de urânio, sem outros minerais associados, quantidade suficiente para o suprimento da central nuclear, usinas Angra I e II, por 100 anos, sendo que a prospecção pode aumentar substancialmente.

Nucleares do Brasil (2015), a produção de Caetité, no período 2000-2013, totalizou 3.552 toneladas de U_3O_8 . Segundo o Anuário Estatístico de Energia Elétrica (2014), o Brasil é o 20º gerador de energia nuclear no mundo, sendo que o país produziu 0,6% de energia nuclear em 2011. O Relatório Anual e de Sustentabilidade 2013 da Renova Energia (2015) informa que foram comercializados 1.217,4 MW de capacidade instalada no mercado regulado e 545,7 MW de capacidade instalada no mercado livre.

Urânio: Indústrias Nucleares do Brasil (INB)

As Indústrias Nucleares do Brasil (INB), empresa de economia mista, atuam na exploração do urânio desde a mineração e o beneficiamento primário até a produção e montagem dos elementos combustíveis utilizados nos reatores de usinas nucleares. A empresa desenvolve atividades também na área de prospecção e pesquisa, lavra e industrialização de minerais pesados e produção de compostos de terras raras.

Na Bahia, o processo de descoberta do urânio originou-se na região de Caetité/Lagoa Real, por meio de uma pesquisa iniciada em 1971. As primeiras anomalias do minério de urânio foram detectadas em 1977. A partir de então, no período de 1978 a 1994, foram realizados trabalhos de pesquisa (mapeamento geológico), sondagem geológica, cubagem, cálculo de reservas e estudo de viabilidade econômica. Chegou-se à conclusão de que a província uranífera da região apresenta reservas estimadas em 10 mil toneladas de urânio, sem outros minerais associados, quantidade suficiente para o suprimento da central nuclear, usinas Angra I e II, por 100 anos, sendo que a prospecção pode aumentar substancialmente.

Em 1997, foi realizada a primeira audiência pública para a implantação da INB em Caetité, e, em março de 1998, iniciou-se a construção da Unidade de Concentrado de Urânio, com a conclusão das obras em abril de 1999, quando se iniciaram os trabalhos de exploração das jazidas. A Figura 2 mostra a mina de extração de urânio.



Figura 1
Mina de extração de urânio

Fonte: Indústrias Nucleares do Brasil (2015).

Nessa unidade ocorre o beneficiamento do urânio extraído do minério, purificado e concentrado sob a forma de um sal de cor amarela, conhecido como *yellowcake*, matéria-prima para a produção de energia em um reator nuclear. Sua principal aplicação comercial é na geração de energia elétrica, como combustível para reatores nucleares de potência. É também utilizado na produção de material radioativo para uso na medicina e na agricultura.

Entre os impactos negativos socioambientais das usinas nucleares pode-se destacar que a sua implantação tem um custo muito elevado e que elas geram lixo atômico que necessita de tratamento e armazenamento isolado com rígidos padrões de segurança, pois o material continua emitindo radioatividade durante anos. Embora as usinas nucleares não contribuam com a poluição do ar, no processo de geração de energia, a água usada para resfriar os reatores é lançada no mar. Como essa água é

Entre os impactos negativos socioambientais das usinas nucleares pode-se destacar que a sua implantação tem um custo muito elevado e que elas geram lixo atômico que necessita de tratamento e armazenamento isolado com rígidos padrões de segurança, pois o material continua emitindo radioatividade durante anos.

aquecida, pode gerar problemas nos ecossistemas litorâneos da região. A possibilidade de ocorrer um acidente nuclear amedronta as comunidades próximas, devido aos riscos à saúde, à probabilidade de as pessoas desenvolverem algum tipo de câncer e aos impactos negativos ao meio ambiente.

Em relação à responsabilidade social e ambiental, a Indústrias Nucleares do Brasil (2015) informa que executa ações diretas na execução de seus programas de recuperação ambiental e atua no sentido da conscientização ambiental. A empresa afirma que procura influenciar seus colaboradores internos, tanto do quadro orgânico como terceirizados, bem como o público externo, por meio de seu programa de educação ambiental. A INB garante ainda que ajuda pessoas carentes, fornece abastecimento de água para a zona rural e conserva estradas. O Relatório Anual 2013 – INB 25 anos relata o seguinte:

Em Resende e Caetité, são mantidos berçários de vegetação nativa e hortos para reflorestamento, revegetação e pesquisa – fornecendo mudas inclusive para prefeituras e instituições: o Centro de Educação Ambiental e o Horto Florestal, na unidade baiana, e o Centro Zoobotânico, em Resende. (INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL, 2015, p. 8).

Como parte de sua política ambiental, a INB mantém na unidade de Caetité um horto florestal, no qual são produzidas mudas nativas e acolhidas inúmeras aves e outros animais, preservando a flora e a fauna da região. No ano de 2015, foi atingida a marca de mais de um milhão de mudas de espécies nativas plantadas, com quantidades equivalentes de mudas doadas para recuperação ambiental em Caetité e região.

Em relação aos aspectos científicos, tecnológicos e culturais, a empresa mantém o Espaço INB, em Caetité, que completou cinco anos em 17 de maio de 2015, no qual acontecem encontros, palestras e exposições. No espaço já ocorreram nove exposições: “Leonardo da Vinci, Maravilhas Mecânicas”; “Passo a Passo, Salto a Salto, Voo a Voo, o Cientista Santos Dumont”; “Riquezas Minerais da Bahia”; “Arte, Espelho da Alma”; “Imagens do Céu Ontem e Hoje”, “Flores e Aves: Nas Trilhas de

Segundo a empresa, o local foi criado com o intuito de estreitar os laços com a população e explicar sobre as atividades de extração mineral, a geração de energia nuclear e as ações socioambientais.

Caetité”; “De Mendel a Venter: A Evolução da Ciência e o DNA”; “A Arte de Leonardo da Vinci”; e “A Química na História do Universo, da Terra e do Corpo”.

Instalado num casarão histórico do centro da cidade de Caetité, o Espaço INB mantém exposições permanentes sobre urânio, mineração e energia nuclear, além de oferecer ao público anualmente – sobretudo a estudantes e professores – duas exposições educativas temporárias. (INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL, 2015, p. 51).

O Espaço INB já recebeu quase 30 mil visitantes. Segundo a empresa, o local foi criado com o intuito de estreitar os laços com a população e explicar sobre as atividades de extração mineral, a geração de energia nuclear e as ações socioambientais.

Em visita às instalações e em conversa com Aloísio Carvalho, responsável pelo Espaço INB, foi possível compreender, através de imagens, vídeos, maquetes e exemplares, todas as fases do processo de geração de energia nuclear, desde a extração de 400 toneladas de *yellowcake* por ano em Caetité, seu transporte para as usinas Angra I e II, beneficiamento e posterior geração de energia suficiente para abastecer metade do estado do Rio de Janeiro. No Relatório Anual 2013, a Indústrias Nucleares do Brasil (2015, p. 9) afirma que “[...] somos a sétima nação no ranking do urânio mundial – a projeção das reservas ainda não descobertas é extremamente promissora”.

Dentre as ações socioambientais, Aloísio citou as casas de farinha de Maniaçu e da comunidade de Juazeiro; o apoio financeiro à manifestação cultural da região denominada Terno de Reis; a construção da Academia Popular da Saúde, na cidade de Lagoa Real; a promoção de cursos profissionalizantes em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); e o financiamento da construção do Posto de Saúde da Família (PSF) em Juazeiro.

Em relação às ações ambientais, o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas recuperou, entre 1997 e 2013, 127,2 hectares, sendo 5,2 hectares em 2013. A INB informa que realizou 11 palestras em instituições de ensino e comunidades da região, atendendo a aproximadamente 440 pessoas. A empresa afirma que contribuiu com a preservação do meio ambiente, recuperação e preservação da biodiversidade local. Em 2013, o horto produziu 52 mil mudas e 88 mil quilos de adubo orgânico, e foram coletados 227 quilos de sementes de espécies da caatinga.

Ainda sobre as ações socioambientais, na área da educação, a INB ofereceu cursos de capacitação pelos projetos Saber Mais e Jovem Aprendiz e também apoia financeiramente a creche da Associação Senhoras da Caridade, na cidade de Caetité, que atende a crianças abandonadas e de famílias de baixa renda.

Em educação ambiental, a empresa realizou o curso de extensão Multiplicadores em Educação Ambiental, em 2013, destinado a professores do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo e discentes do curso de licenciatura plena em Geografia da Universidade do Estado da Bahia (Uneb).

A empresa afirma que contribuiu com a preservação do meio ambiente, recuperação e preservação da biodiversidade local.

Vento: Renova Energia

A companhia brasileira de geração de energia elétrica Renova Energia foi fundada em 2001 e está presente nos seguintes estados brasileiros: Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. A empresa realiza atividades de prospecção, desenvolvimento, comercialização, implantação e operação de projetos, gerando energia elétrica de fontes renováveis a partir de parques eólicos, pequenas centrais hidrelétricas e energia solar. A Renova conta com uma base acionária formada pelo Grupo Light, Grupo Cemig, BNDESPAR, RR Participações, FIP Infra Brasil, FIP Caixa Ambiental e FIP Santa Bárbara.

O potencial eólico da Região Nordeste foi analisado entre os anos de 1977 e 1981, o que contribuiu para a elaboração de um inventário em 1987. O Atlas do Potencial Eólico Brasileiro 2001 informa o seguinte:

Em 1987, a CHESF – Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco finalizou um inventário do potencial eólico da região Nordeste, realizado a partir de processamento/análise de registros anemográficos para um período de 5 anos (1977-1981) de 81 estações a 10m de altura, pertencentes à Rede Meteorológica do Nordeste – SUDENE. Os dados, processados pela Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, foram publicados em sumários e mapas de isolinhas para velocidades a 10m de altura. As maiores velocidades médias anuais encontradas para a altura de 10m foram de 5,5m/s, para Macau, RN e Caetité, BA, respectivamente. (AMARANTE et al., 2001, p. 9).

Assim, é possível observar que, desde 1987, o significativo potencial eólico do município de Caetité foi processado e analisado. Entretanto, a Renova Energia só inaugurou o Complexo Eólico Alto Sertão I em julho de 2012 (Figura 3). Essa estrutura fica localizada entre os municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã e é considerada a maior do gênero na América Latina. A sua entrada em operação comercial se deu no ano de 2014, com 14 parques eólicos, contendo 184 aerogeradores e produzindo 293,6 MW.



Figura 2
Complexo Eólico Alto Sertão I

Foto: Jackson Mercês Ministro (2015)

Segundo o Relatório Anual e de Sustentabilidade 2013 da Renova Energia (2015), foram comercializados, no mercado regulado, 1.217,4 MW de capacidade instalada de energia eólica, e no mercado livre, 545,7 MW. Assim, em 2013, a companhia teve um lucro líquido de R\$ 6,3 milhões. A empresa também tem projetos de pequenas centrais hidrelétricas e de energia solar.

Desde 2009, nossa atuação está fortemente concentrada em projetos de fonte eólica, mercado no qual somos pioneiros e detemos a liderança, possuindo o maior complexo eólico da América Latina, o Alto Sertão I, localizado no interior da Bahia. (RENOVA ENERGIA, 2015, p. 19).

Além do Alto Sertão I, a Renova também possui o Alto Sertão II, que começou a funcionar em 2014 e abrange os municípios de Guanambi, Igaporã, Caetité e Pindaí. Em novembro de 2014, a empresa começou a construir o Alto Sertão III, envolvendo os municípios de Igaporã, Caetité, Licínio de Almeida, Urandi e Riacho de Santana. São 46 parques, com 265 aerogeradores, que vão gerar 738 MW.

Como em todo empreendimento que visa à geração de energia, há uma expectativa de que os complexos eólicos do semiárido provoquem crescimento econômico na Região da Serra Geral, e, por via de consequência, permitam a instalação de outros empreendimentos econômicos. Entretanto, para assegurar a sustentabilidade dos parques eólicos que já existem e

dos que surgirão na região um aspecto importante que deve ser observado é a relação entre impactos gerados versus energia produzida. (PIMENTA, 2014, p. 33).

O vento é um dos elementos naturais renováveis utilizados na geração de energia elétrica, e a instalação dos parques eólicos não prejudica a produção agropecuária, nem a preservação do meio ambiente. Entretanto, a construção de uma estrutura desse tipo produz resíduos sólidos, e a movimentação dos veículos gera desconforto aos moradores da região e possivelmente algum risco. Entre os impactos negativos socioambientais dos complexos eólicos podem ser destacados os sonoros e os visuais. Os sonoros são provenientes dos rotores dos aerogeradores, ruídos que variam de acordo com o modelo do equipamento. Já os impactos visuais são devidos à quantidade de aerogeradores em um determinado espaço, o que altera a paisagem natural. As torres também podem interferir nas rotas de aves. Nesse sentido, é necessário realizar um estudo detalhado para evitar essa interferência.

Quanto à responsabilidade socioambiental da Renova, é possível destacar o Programa Catavento, que reúne vários projetos, dentre eles o de recuperação de matas ciliares e barragens; uso sustentável de resíduos orgânicos e rede solidária de catadores; projeto de assessoria técnica e extensão rural realizado pela contratada Assessoria e Consultoria Técnica (Ascontec); programa de qualificação de mão de obra; programa de educação ambiental; programa de gestão do patrimônio arqueológico; programa de resgate dos saberes tradicionais do uso de plantas

medicinais; programa de fortalecimento do associativismo; e monitoramento de indicadores socioeconômicos.

O Programa Catavento se destaca por uma característica crucial: ele parte da realidade da região, ou seja, antes de promover ações socioambientais, é realizado um estudo de demanda junto à comunidade, observando aspectos sociais, culturais e econômicos. Assim, os projetos tomam como base as necessidades locais e são realizados em parceria com outras instituições, colaborando com o fortalecimento de redes e organizações sociais locais. O objetivo é gerar desenvolvimento territorial sustentável nos municípios onde a empresa atua.

Nesse contexto, o projeto propõe ações diferenciadas para cada região. Um exemplo são as atividades realizadas nas comunidades rurais Passagem do Limoeiro e Lagoa de Dentro, em Caetité, a partir de um projeto de assessoria técnica e extensão rural implantado pela Ascontec. Trata-se de um trabalho coletivo junto com a comunidade que orienta em relação à produção agrícola e industrial.

O projeto promove também o fortalecimento do associativismo em algumas comunidades do município, incentivando instituições como a Associação da Irmandade Rural de Lagoa de Dentro, Cinzeiro e Adjacências; Associação dos Pequenos Agricultores de Cabeça da Vargem e Adjacências; e Associação dos Pequenos Agricultores de Aroeiras.

Na área cultural e de patrimônio é possível destacar três atividades realizadas em Caetité: o Sítio Arqueológico Moita dos Porcos; o Sítio Arqueológico Morro do Jacaré; e as obras no Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB), na Casa da Chácara, que pretende preservar o patrimônio cultural do alto sertão.

Ainda em relação aos aspectos culturais, vale ressaltar o Festival de Artes Cênicas de Caetité (Projeto Festcasa), que viabilizou 220 horas de curso de teatro, 14 espetáculos, 22 oficinas artísticas. De acordo com o Relatório Anual e de Sustentabilidade 2013 da Renova Energia (2015), essas ações atraíram 6 mil espectadores. Destaca-se também o Projeto Conservatório de Música Anísio Teixeira, com aulas gratuitas de violão, flauta, acordeão, teclado e coral, com 112 participantes.

O vento é um dos elementos naturais renováveis utilizados na geração de energia elétrica, e a instalação dos parques eólicos não prejudica a produção agropecuária, nem a preservação do meio ambiente.

O projeto de recuperação de matas ciliares e barragens produziu 15 mil mudas de plantas nativas. Na região do alto sertão baiano onde a Renova já atua estão sendo monitoradas 29 nascentes e a qualidade da água nos períodos secos e chuvosos.

Como Caetité está localizado em uma região que enfrenta rigorosas estiagens e não dispõe de uma brigada contra incêndios, a empresa, em parceria com o poder público e a comunidade, adquiriu um caminhão para prevenção e combate ao fogo.

A Renova Energia também tem uma política de patrocínios e doações que apoia financeiramente projetos voltados para as áreas de meio ambiente, cidadania, geração de renda e esporte nas comunidades onde a companhia está presente.

A empresa realizou o 1º Seminário de Gestão Socioambiental: Complexo Eólico Alto Sertão, que aconteceu no dia 19 de novembro de 2014, na Fundação Casa de Anísio Teixeira. Dentre outras atividades, lançou o livro *Plantas Medicinais – Saberes Tradicionais*, que traz 30 espécies nativas com propriedades medicinais. Para a produção do livro foram entrevistados 11 guardiões dos saberes tradicionais na Serra Geral, resultado do programa de resgate dos saberes tradicionais do uso de plantas medicinais do território do saber, em parceria com a Bioconsultoria: Gestão e Licenciamento Ambiental.

Durante o evento, além do lançamento do livro, foram apresentados os resultados de planos e programas socioambientais realizados pela Renova Energia na região como por exemplo os programas de qualificação de mão de obra e educação ambiental em saúde desenvolvidos em parceria com a CDM, o programa de educação ambiental desenvolvido em parceria com a ERM, os programas de monitoramento das nascentes, da fauna e flora da região, do ruído nas áreas dos parques eólicos feitos em parceria com a Bioconsultoria, além dos resultados do levantamento arqueológico nos parques da região realizados em parceria com a Zanettini Arqueologia. (JORNAL CIRCULADOR, 2014, p. 3).

Desde 2011, o programa de educação ambiental já atendeu a mais de 1.700 pessoas, entre funcionários

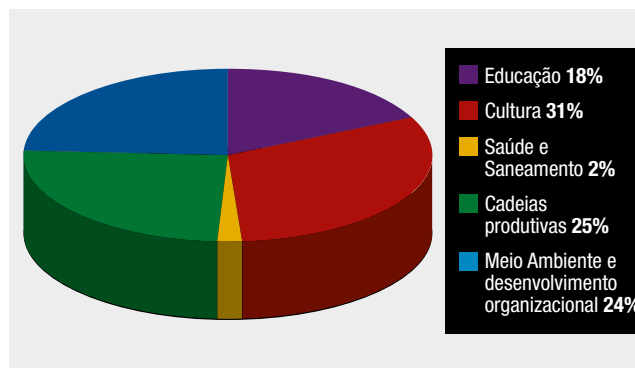


Gráfico 2
Programa Catavento – investimento de R\$ 3,2 milhões

Fonte: Relatório Anual e de Sustentabilidade 2013 – Renova Energia (2015).

da empresa, prestadores de serviço e moradores das comunidades nas quais estão presentes os parques eólicos. Também foram atendidos professores, alunos e proprietários de terras.

Os planos e programas socioambientais da Renova Energia beneficiaram aproximadamente 10 mil pessoas, por meio do Programa Catavento, com recursos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Catavento investiu R\$ 3,2 milhões em 2013, totalizando R\$ 9,4 milhões no primeiro ciclo do programa, divididos nas seguintes áreas:

De acordo com os dados, percebe-se que a maior parte dos recursos foi investida na cultura (31%), seguida pelas cadeias produtivas (25%) e meio ambiente e desenvolvimento organizacional (24%).

Com o desenvolvimento crescente, a Renova Energia (2015) quase duplicou a quantidade de colaboradores entre 2010 e 2013. Atualmente, são 223 funcionários e 1.725 terceirizados, realizando atividades de prospecção, desenvolvimento, comercialização, implantação e operação de projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo de caso foi possível constatar o grande potencial energético do município de Caetité, devido à disponibilidade abundante das matérias-primas urânio e vento.

A INB, além de realizar as atividades de extração mineral, beneficiamento e geração de energia nuclear a partir do urânio, também desenvolve ações significativas nas áreas socioambientais e pequenas iniciativas em esporte, lazer e saúde e educação ambiental.

O Programa Catavento, da Renova Energia, reúne vários projetos socioambientais que partem da realidade da comunidade, em parceria com outras instituições da região, tanto públicas como privadas. O programa promove ações de cunho socioeconômico, cultural e patrimonial, socioambientais e de desenvolvimento organizacional, que beneficiam as comunidades locais e buscam reduzir os impactos ambientais negativos com sustentabilidade.

Em relação aos processos que constroem valores sociais, conhecimentos e atitudes destinados à conservação do meio ambiente, a INB oferece educação ambiental para o público externo e para todos os seus funcionários e promove diversas atividades na Semana de Meio Ambiente. Já a Renova Energia possui um programa específico de EA e, em 2013, realizou 17 oficinas, 26 encontros e 137 horas de capacitação. A empresa atendeu a mais de 1.700 pessoas desde 2011.

As discussões recorrentes sobre mudanças climáticas, aquecimento global e a consequente escassez de recursos naturais impulsionam o desejo de mudanças. Deve-se considerar que, em 2013, a mais significativa fonte de geração de energia no Brasil foi a hidroelétrica e que a escassez de chuvas nos últimos anos vem afetando essa modalidade de produção de energia. Nesse sentido, surge a necessidade de investir em energia limpa, proveniente de fontes renováveis, e também de diversificar as matrizes energéticas. Mas essas mudanças precisam vir acompanhadas de ações socioambientais que contribuam com a qualidade de vida e com a preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Odilon A. Camargo do et al. *Atlas do Potencial Eólico Brasileiro*. Brasília: MME; Rio de Janeiro: Eletrobrás, 2001. Disponível em: <http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/Atlas%20do%20Potencial%20Eolico%20Brasileiro.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA. Salvador: SEI, v. 1, 1972.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE ENERGIA ELÉTRICA 2014: ano base 2013. Rio de Janeiro: Empresa de Pesquisa Energética; Ministério de Minas e Energia, 2014.

BRASIL. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 28 mar. 2015.

CAETITÉ (BA). *Lei nº 700, de 08 de abril de 2010*. Código Municipal de Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/caetite/?pagina=abreDocumento&arquivo=3EE903588C>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Região Serra Geral*. Salvador : CEI, 1994. (Informações básicas dos municípios baianos, 10).

DIEGUES, Antonio Carlos. *Sociedades e comunidades sustentáveis*. São Paulo: USP, 2003. Disponível em: <nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2014.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL. *Relatório anual 2013: INB 25 anos*. Disponível em: <http://www.inb.gov.br/pt-br/webforms/RelAtividades.aspx?secao_id=11>. Acesso em: 6 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=29>. Acesso em: 5 mar. 2015.

JORNAL CIRCULADOR: chegou a vez do Alto Sertão. Caetité, BA, v. 4, n. 21, dez. 2014.

PIMENTA, Tatiana Pinto Costa; ANJOS, José Ângelo Sebastião Araújo dos; SOUZA, Laumar Neves de. Complexos eólicos e impactos ambientais: uma leitura preliminar da experiência baiana. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 185, p. 6-19, out./dez. 2014.

RENOVA ENERGIA. *Relatório anual e de sustentabilidade 2013*. Disponível em: <<http://www.renovaenergia.com.br/pt-br/sustentabilidade/relatorio/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

Mercado de trabalho baiano em 2015 e perspectivas

Armando Castro

Diretor de Pesquisas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).



Após anos de forte expansão do emprego no Brasil, o país apresentou, em 2015, um desempenho negativo no mercado de trabalho, reflexo da crise econômica que se agravou ao longo do ano. Em dezembro de 2014 a taxa de desemprego metropolitano no país estava em 4,3%, a menor da série histórica iniciada em 2002, tendo aumentado continuamente ao longo de 2015, atingindo 7,9% em outubro e 7,5% em novembro. Considerando o índice nacional, obtido na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, o desemprego passou de 6,5% no último trimestre de 2014 para 8,9% no terceiro trimestre de 2015. A Bahia acompanhou a tendência nacional, com a taxa passando de 9,7% no último trimestre de 2014 para 12,8% no terceiro de 2015. Após gerar 580 mil empregos formais entre 2007 e 2014, o estado acumulou um saldo negativo de 57 mil postos de trabalho entre janeiro e novembro de 2015, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As principais perdas concentraram-se nos setores da Construção civil (-29 mil) e Serviços (-15 mil), sendo que serviços de engenharia e atividades imobiliárias apresentaram um peso relevante nas demissões, revelando como a cadeia da construção foi afetada pelo desinvestimento das construtoras e a paralisação de obras e projetos estruturantes. Também a cadeia do petróleo foi fortemente atingida pela retração de investimentos da

Petrobras e pela queda do preço do petróleo. A crise se encadeou na economia baiana, com o comércio apresentando encerramento líquido de mais de 8 mil postos de trabalho, e a indústria eliminando quase 5 mil empregos.

A despeito de um início promissor em 2014, o mercado de trabalho formal baiano foi se atrofiando ao longo do ano e, em 2015, passou a mostrar um quadro de evidente retração. O saldo médio móvel de 12 meses, de fevereiro de 2014 a novembro de 2015, saiu de 5.370 postos gerados para 5.964 empregos formais eliminados. O rendimento médio real, variável que vinha apresentando tendência de aumento, reduziu-se em 1% no terceiro trimestre de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior. Nessa comparação temporal, percebe-se que a ausência de novas oportunidades de emprego fez com que o crescimento da População Economicamente Ativa se traduzisse em desemprego. O contingente de ocupados permaneceu em 6,5 milhões, enquanto que o número de desempregados na Bahia passou de 700 mil para 960 mil pessoas entre os terceiros trimestres de 2014 e 2015.

As perspectivas para o mercado de trabalho baiano em 2016, segundo as projeções da SEI, revelam um primeiro trimestre ainda bastante negativo, com o encerramento

de mais de 10 mil vagas. Aproximadamente 70% dos representantes dos ramos empresariais da economia baiana apontaram que vão demitir mais do que contratar nos próximos 12 meses, e somente 3% acreditam que as contratações superem as demissões em seus setores, segundo a Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano da SEI. A retomada do emprego depende necessariamente da reversão do clima de pessimismo no âmbito local e nacional. Em curto prazo, as expectativas são limitadas, ainda mais em um cenário de contenção de gastos – no qual o governo federal tem sua capacidade de dinamizar a economia extremamente limitada do ponto de vista da política fiscal – e com a política monetária engessada em busca de credibilidade e estabilidade de preços.

No entanto, em um horizonte mais longo, há razões sólidas para crer em uma recuperação da economia baiana. Primeiro, a conclusão de obras de infraestrutura e melhorias logísticas permitirão a retomada de investimentos privados previstos. A maturação desses investimentos e a vinda de novos, principalmente

estrangeiros – cujos parâmetros de atração estão mais relacionados com aspectos estruturais, como infraestrutura e tamanho do mercado, do que conjunturais –, não seria possível se não houvesse expectativa de demanda. Como já foi mencionado em outras oportunidades, a expansão do mercado interno brasileiro e baiano não foi um fenômeno conjuntural, mas sim uma transformação estrutural. Três milhões de pessoas ascenderam à classe média na Bahia entre 2004 e 2014, somando 7 milhões de baianos nessa condição, pelo conceito oficial. Portanto, os dois fatores – investimentos em infraestrutura e logística e um mercado consumidor efetivo –, associados à recuperação da economia global, vão estimular a retomada de investimentos, e, gradualmente, os resultados irão reforçando novos ventos de expectativas otimistas, condição necessária para uma expansão significativa de investimentos. É plausível afirmar que tal dinâmica, quando relacionada aos resultados das políticas de formação profissional e superior, cujos efeitos se traduzirão em maior qualificação da mão de obra, permitirá ganhos de produtividade em longo prazo.

Investimentos no complexo agroalimentar devem chegar a R\$ 10 bilhões até 2017

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Os investimentos industriais previstos para o estado da Bahia contabilizam atualmente um montante de R\$ 69 bilhões, havendo expectativa de atrair 304 empresas com a intenção de implantar e/ou ampliar suas unidades até 2017. Além disso, espera-se a geração de 43.380 mil empregos diretos.

O maior volume de recursos está previsto para ser alocado no território Metropolitana de Salvador, com inversões que chegam a R\$ 7 bilhões e a implantação/ampliação de 93 empresas. Destaca-se também o território Sertão Produtivo, com um volume esperado de R\$ 11,3 bilhões, para 13 projetos voltados para a instalação de diversos parques eólicos. Ressalta-se ainda o território Vale do Jiquiriçá, com investimentos programados de R\$ 5,5 bilhões, sendo que o maior volume deverá ser aplicado na atividade de mineração.

Por complexo de atividade, destaca-se o *mineral e beneficiamento*, com a projeção de investimento de aproximadamente R\$ 26 bilhões, a partir de 46 projetos

de empresas de extração de minerais metálicos e não metálicos.

No setor *agroalimentar*, os recursos devem alcançar R\$ 10 bilhões, resultantes de 52 projetos originários da atividade de alimentos e bebidas. Já no complexo *outros*, que engloba a atividade de energia e gás, o montante chega a R\$ 26 bilhões, com 53 empresas prestes a se implantar na região.

Os investimentos industriais fazem parte da política de atração de empreendimentos via concessão de incentivos fiscais implementada pelo Governo do Estado da Bahia através do Programa Desenvolve, que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política traz uma nova dinâmica para a economia do estado e para o seu setor industrial, com a diversificação da matriz e a consolidação da cadeia produtiva. A ação governamental com o objetivo de desenvolver a indústria baiana vem ocorrendo desde 2002, com a implantação de programas de incentivos especiais.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com

**Tabela 1****Investimentos industriais previstos para a Bahia****Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade – Bahia – 2015-2017**

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Nº. projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	10.015.800.000	52	14,3	17
Atividade mineral e beneficiamento	26.184.750.000	46	37,5	15
Calçados/têxtil/confecções	67.450.000	24	0,1	8
Complexo madeireiro	246.290.000	17	0,4	6
Eletroeletrônico	215.060.000	13	0,3	4
Metal-mecânico	5.550.240.000	41	7,9	13
Químico-petroquímico	1.563.780.000	34	2,2	11
Reciclagem	31.460.000	6	0,0	2
Transformação petroquímica	96.150.000	18	0,1	6
Outros	25.910.782.150	53	37,1	17
Total	69.881.762.150	304	100	100

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 04/08/2015.

Tabela 2**Investimentos industriais previstos para a Bahia****Volume de investimento e número de empresas por Território de Identidade – Bahia – 2015-2017**

Território	Volume (R\$ 1,00)	Nº. projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	13.569.320.000	2	19	1
Bacia do Rio Corrente	9.581.150.000	1	14	0
Bacia do Rio Grande	680.600.000	10	1	3
Baixo Sul	56.000.000	2	0	1
Chapada Diamantina	1.178.396.000	5	2	2
Costa do Descobrimento	7.630.000	6	0	2
Extremo Sul	6.920.000	5	0	2
Irecê	2.429.155.000	10	3	3
Litoral Norte e Agreste Baiano	333.700.000	6	0	2
Litoral sul	2.459.930.000	13	4	4
Médio Rio de Contas	173.850.000	8	0	3
Médio Sudoeste da Bahia	2.014.170.000	7	3	2
Metropolitana de Salvador	6.883.680.000	97	10	32
Piemonte da Diamantina	430.007.000	3	1	1
Piemonte do Paraguaçu	451.700.000	2	1	1
Piemonte Norte do Itapicuru	4.654.500.000	11	7	4
Portal do Sertão	395.820.000	57	1	19
Recôncavo	2.401.290.000	3	3	1
Semiárido Nordeste II	885.000.000	3	1	1
Sertão do São Francisco	4.145.769.000	25	6	8
Sertão Produtivo	11.277.518.150	13	16	4
Sisal	58.500.000	3	0	1
Vale do Jiquiriça	5.501.000.000	3	8	1
Velho Chico	216.464.000	4	0	1
Vitória da Conquista	89.693.000	5	0	2
Total	69.881.762.150	304	100	100

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 04/08/2015.

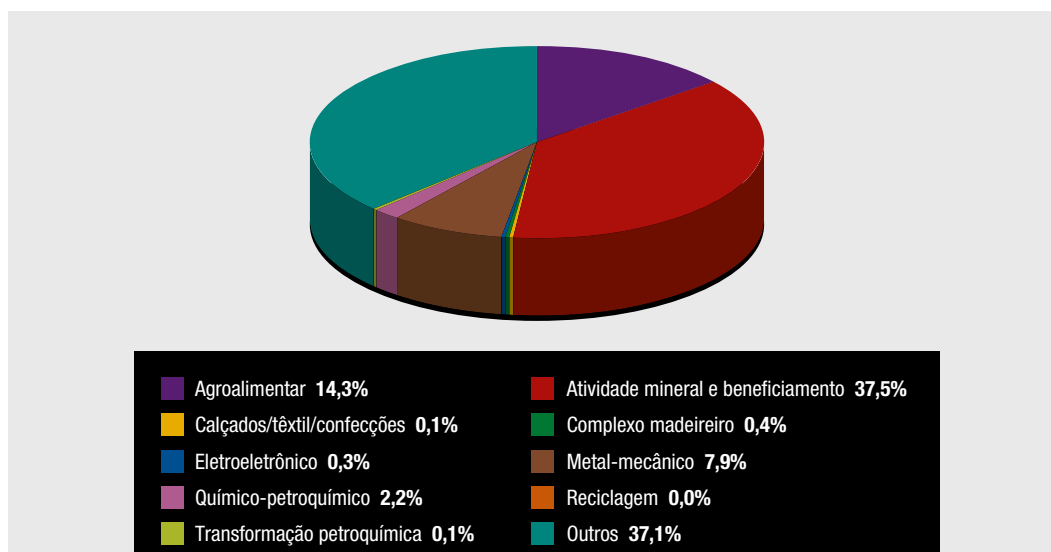


Gráfico 1
Investimentos industriais previstos por complexo de atividade – Bahia – 2015-2017

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 04/08/2015.

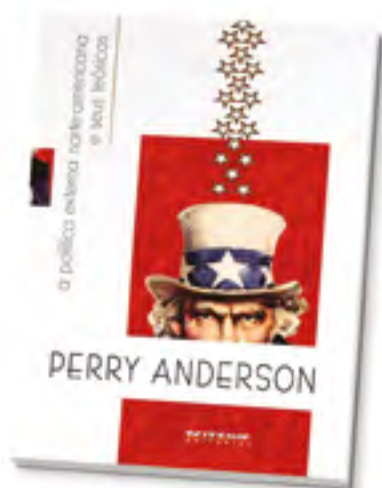
METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A política de atração de investimentos industriais vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, a partir de meados da década de 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o Programa Desenvolve substituiu os anteriores. Assim, a metodologia utilizada pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), desenvolvida inicialmente pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar informações primárias sobre os investimentos industriais previstos para os próximos três anos na Bahia a partir da listagem dos protocolos de intenções assinados com o governo do estado e dos projetos econômico-financeiros entregues à secretaria para o requerimento de incentivos fiscais através do Programa Desenvolve. Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidas, as principais informações são apresentadas sob a forma de tabelas e gráficos.

Sabe onde encontrar informações precisas e atualizadas sobre a Bahia? SEI.



Mais do que coletar dados nas áreas econômica, social, demográfica e geoambiental, a SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – é responsável por informações que ajudam no desenvolvimento de todo o estado. São indicadores e análises que trazem de forma atual, precisa e imparcial o que acontece nos 417 municípios baianos.



A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA E SEUS TEÓRICOS Perry Anderson

A política externa norte-americana é o mais recente livro do historiador inglês Perry Anderson. Trata-se de uma coletânea de artigos publicados originalmente na “New Left Review” sobre geopolítica e relações internacionais cujo foco é a política externa dos EUA desde o fim da segunda guerra até os dias atuais.

O autor faz uma reconstituição dos principais acontecimentos que marcaram essa política, faz uma análise crítica do período e considera que, apesar das grandes mudanças geopolíticas em curso nesta segunda década do século XXI, os EUA mantêm sua hegemonia mundial. Menciona como foram tecidas as bases ideológicas, políticas, militares e institucionais em que se sustenta, atualmente, o poder imperial do país.



BRASIL, SOCIEDADE EM MOVIMENTO Pedro de Souza (org)

O livro *Brasil, Sociedade em Movimento* reúne 45 artigos de pesquisadores nacionais e internacionais com reflexões sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro e o movimento da sociedade brasileira que se dá nos primeiros anos deste século, com destaque para o período entre as manifestações de rua de junho de 2013 e a crise econômica atual.

Diante de um cenário econômico, político e social do Brasil nos últimos tempos, o livro investiga as condições necessárias para a construção de um futuro em que o espaço público prevaleça e que a centralidade excludente do capital e dos poderes deixe de imperar. Ao identificar os avanços sociais registrados durante a redemocratização, a maioria dos artigos põe em relevo os limites desse processo de inclusão.



DINHEIRO, DINHEIRO João Sayad

Em *Dinheiro, Dinheiro* João Sayad analisa o embate econômico interminável entre os monetaristas e os keynesianos. Embora se diga “mais para o lado dos keynesianos”, o autor afirma que os monetaristas são “sacerdotes indispensáveis” quando a inflação está em alta, como agora, no Brasil.

Neste livro, João Sayad tem como objetivo jogar luz sobre esta discussão que, apesar de singular em cada momento, tem uma tradição comum e conceitos que se repetem. As muitas teorias monetárias são analisadas como se fossem diferentes narrativas sobre o mesmo tema fundamental da economia capitalista.

O autor contempla o dinheiro sob vários ângulos, da etimologia da palavra ao papel do banco central moderno, passando pela atual crise econômica.



MOBILIDADE URBANA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA AS CIDADES BRASILEIRAS
Armando Castelar e Claudio Frischtak (orgs.)

Em nível mundial, estudos têm reforçado a ideia de que a infraestrutura de transportes é fundamental para o desenvolvimento econômico dos países e que o crescimento econômico estimula a demanda por deslocamentos maiores e mais diversificados.

O livro *Mobilidade Urbana: Desafios e Perspectivas para as Cidades Brasileiras* reúne artigos de vinte e dois autores, entre especialistas do setor público e acadêmicos de instituições como as universidades federais da Bahia, de Minas Gerais, do Pará e Fluminense, a Universidade de Brasília, PUC- Rio e Coppe/UFRJ.

O objetivo deste livro é realizar o esforço de estruturar o debate sobre a mobilidade e seus diversos aspectos, a partir de uma abordagem que indique caminhos para reflexões e ações práticas.



PARIS: CAPITAL DA MODERNIDADE
David Havey

O livro de David Harvey trata do processo de modernização urbana parisiense e suas implicações na divisão social. Delimitado entre 1848 e 1871 o autor une pontos já bastante conhecidos de maneira inventiva e traça uma arquitetura totalizante que busca – com êxito – explicar por que Paris não precisa de adjetivos.

Fazendo um balanço dessa época da modernidade – caracterizada ao mesmo tempo pelos movimentos sociais militantes de 1830, 1848 e 1871 e pela sua repressão – Harvey procura avaliar o legado do pensamento deixado por utopistas e revolucionários. E considera que com efeito, a principal conquista daquelas lutas foi o estabelecimento da República, em 1871, e, com isso, de uma das mais sólidas democracias.



PREÇO - O MITO DO VALOR JUSTO E COMO TIRAR VANTAGEM DISSO
William Poundstone

O mercado usa várias estratégias para conquistar seus consumidores, desde um novo design que encolha a embalagem de determinado produto, até o uso em destaque de palavras como “liquidação” ou “queima de estoque”.

O livro *Preço - O mito do valor justo e como tirar vantagem disso*, procura analisar essa questão por meio de uma ampla pesquisa sobre psicologia, comportamento e precificação.

William Poundstone, examina uma série de casos que revelam como é definida a subjetividade da precificação, tanto na hora de decidir o valor de uma indenização ou de delimitar quanto vai custar um *menu* promocional. “Embora o preço seja apenas um número, pode evocar um conjunto complexo de emoções, algo agora visível em exames cerebrais. Dependendo do contexto, o mesmo preço pode ser percebido como uma pechincha ou extorsão”, explica Poundstone.

Conjuntura econômica baiana

Nos nove primeiros meses de 2015, todas as atividades econômicas tiveram queda quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. O comportamento dos principais indicadores ratifica a desaceleração da economia na Bahia, com perspectivas de manutenção do comportamento nos últimos meses de 2015.

Com base na Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PIM-IBGE), a produção industrial baiana acumulou, de janeiro a setembro de 2015, decréscimo de 6,1%, comparada com o ano anterior. Dos 12 segmentos da indústria de transformação, oito apresentaram retração no período, com destaque para *Produtos derivados do petróleo e biocombustíveis*, que teve queda de 14,6%. Importante ressaltar também os resultados negativos assinalados por *Metalurgia* (-16,2%), *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-54,6%), *Produtos químicos* (-4,2%), *Indústria extrativa* (-5,0%) e *Produtos alimentícios* (-3,6%). Positivamente, destacou-se *Veículos* (22,1%), impulsionado, em grande parte, pela maior fabricação de automóveis. Vale citar ainda a expansão de *Celulose, papel e produtos de papel* (3,8%) e *Couros, artigos para viagem e calçados* (2,1%).

Entre janeiro e setembro de 2015, a balança comercial registrou déficit. As exportações tiveram retração (-17,3%), e as importações expandiram-se (3,3%). As vendas externas somaram US\$ 5,938 bilhões, e as compras, US\$ 6,467 bilhões, proporcionando déficit de US\$ 529 milhões, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações no período decorreu, principalmente, do decréscimo nas vendas de alguns segmentos, tais como *Petróleo e derivados* (-65,8%), *Soja e derivados* (-13,1%), *Químicos e petroquímicos* (-23,6%), *Papel e celulose* (-10,9%) e *Metais preciosos* (-11,4%). Entre os segmentos que apresentaram desempenho

positivo, destacaram-se *Minerais* (92,5%), *Automotivos* (2,2%), *Metalúrgicos* (49,7%) e *Cacau e derivados* (22,7%).

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE) demonstram que o comércio varejista acumulou, entre janeiro e setembro de 2015, decréscimo de 6,6% em relação ao mesmo período de 2014. As maiores contribuições negativas vieram de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-22,6%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-13,8%), *Móveis e eletrodomésticos* (-14,2%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-12,7%), *Combustíveis e lubrificantes* (-8,9%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-2,8%) e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (-1,8%). O comércio varejista ampliado, que inclui os segmentos *Veículos, motos, partes e peças* (-11,4%) e *Material de construção* (-3,9%), registrou decréscimo de 7,7% na mesma análise.

Em relação à inflação em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), acumulou, entre janeiro e setembro de 2015, variação de 7,08%, revelando-se superior aos 5,0% registrados no mesmo período de 2014. O índice foi impulsionado pelos grupos *Despesas pessoais* (12,52%), *Alimentos e bebidas* (6,63%), *Saúde e cuidados pessoais* (10,53%), *Habitação e encargos* (9,21%), *Transporte e comunicação* (4,15%) e *Vestuário* (1,27%). Em sentido oposto, apenas *Artigos de residência* impactou negativamente o indicador (-0,87%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego entre janeiro e setembro de 2015 fechou em 17,9% da população economicamente ativa na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Por setor de atividade econômica, quando comparado com o mês de setembro de 2014, em termos relativos, o aumento da ocupação ocorreu em *Comércio e reparação de veículos* (3,6%). Houve queda nos setores *Construção* (-16,7%), *Indústria de transformação* (-6,6%) e *Serviços* (-2,8%). Considerando-se as categorias de ocupação, houve arrefecimento para os ocupados *Com carteira assinada* (-1,8%), *Sem carteira assinada* (-11,5%) e *Domésticos* (-8,7%). Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados retraiu-se 7,2% no mesmo período.

Nesse cenário, inicia-se a seção com os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores mensais e no acumulado de 12 meses, referentes aos nove primeiros meses do ano de 2015.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou, em setembro de 2015, decréscimo de 4,5% na comparação com o mesmo mês de 2014. No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador apontou aumento de 1,2%.

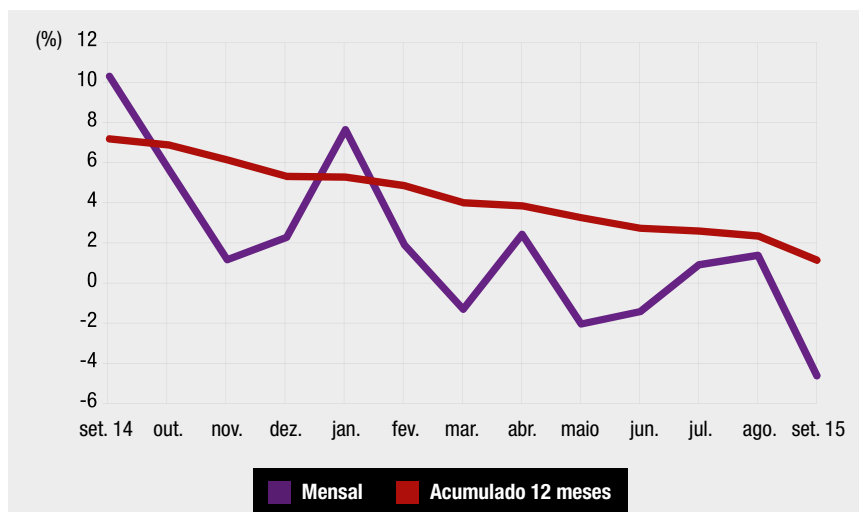


Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec)
Salvador – Jun. 2014-set. 2015

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

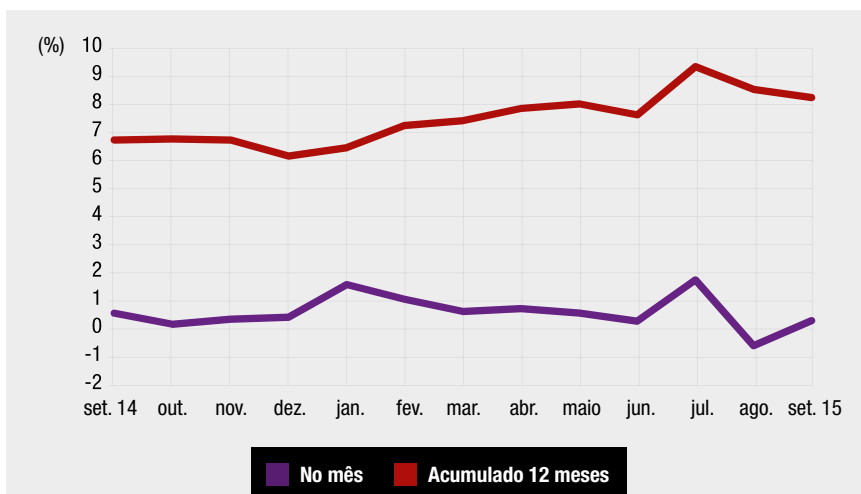


Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – Set. 2014-set. 2015

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, apontou inflação de 0,36% em setembro de 2015. Ressalte-se que, dos 374 produtos/serviços pesquisados mensalmente, 190 exibiram alta nos preços, 54 não sofreram alterações, e 130 apresentaram queda. Dentre aqueles que tiveram as maiores influências positivas na formação do índice destacam-se limão (55,90%), vestido feminino (40,28%), ventilador e exaustor (38,28%), sapateiro (26,21%), bermuda e short feminino (24,00%), bateria de cozinha (23,34%), roupa de dormir feminina (22,65%), banana da terra (22,57%), preservativo masculino (22,56%) e manga (22,31%). No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador ficou em 8,31%.

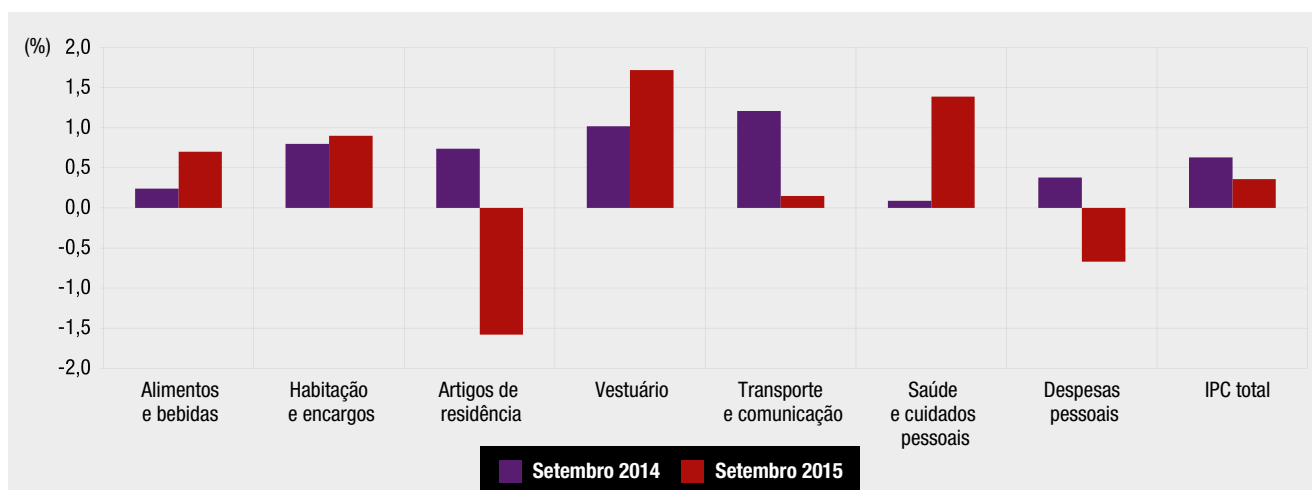


Gráfico 3
Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – Set. 2014-set. 2015

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Alimentos e bebidas (0,70%) e Saúde e cuidados pessoais (1,39%) foram os grupos que mais contribuíram para a inflação em Salvador no mês de setembro de 2015. Os subgrupos que exerceram as maiores pressões nos preços no período foram Alimentação fora do domicílio (1,31%), devido a acréscimo nos preços de outras bebidas alcoólicas (20,09%), bala, chiclete, doce e chocolate em barra (5,10%) e refrigerante fora do domicílio (2,42%); e Produtos farmacêuticos (3,22%), resultante das variações nos preços de preservativo masculino (22,56%), artigos ortopédicos (20,67%) e oftalmológicos (colírio) (19,99%).

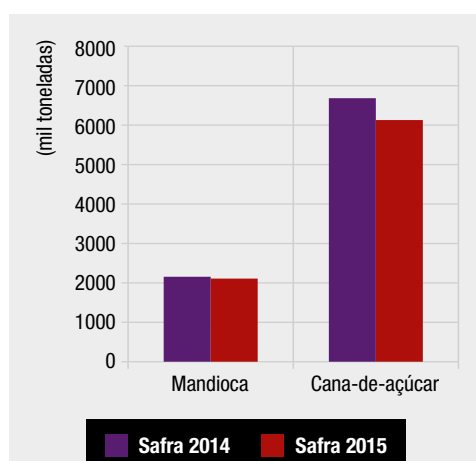


Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – 2014/2015

Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em setembro de 2015, as culturas de cana-de-açúcar e mandioca, em andamento no estado, decresceram 8,4% e 1,8%, respectivamente. A queda do desempenho da cana-de-açúcar foi oriunda da diminuição da área plantada (-6,3%) e da área colhida (-5,7%), culminando em variação negativa do rendimento médio (-2,9%). Seguindo o mesmo comportamento, a mandioca também apresentou retração da área plantada (-15,2%) e colhida (-7,0%), porém com expansão no rendimento médio (5,6%) em relação à safra de 2014.

O LSPA apresentou estimativa de elevação da produção das culturas de feijão, soja e algodão em relação a 2014, com taxas de 4,7%, 40,5% e 2,8%, respectivamente. Em sentido oposto, há uma perspectiva de retração da cultura de milho (-1,0%). Para o feijão, estima-se queda na área cultivada (-8,3%) e ampliação na área colhida (5,4%), com retração no rendimento médio (-0,7%). A soja tem indicação da mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (12,6%), com ampliação de 24,7% no rendimento médio. O algodão apontou decréscimo na área plantada (-3,0%), na área colhida (-2,8%) e acréscimo no rendimento (5,7%). As projeções de área plantada e área colhida para o milho cresceram 0,9% e 24,6%, respectivamente, resultando em uma previsão negativa de rendimento de 20,6%.

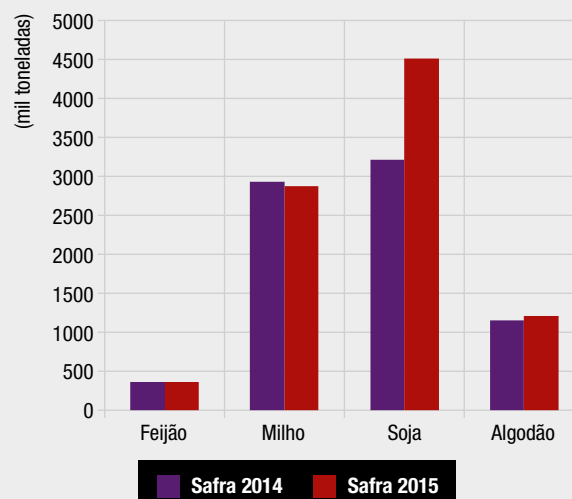


Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão
Bahia – 2014/2015

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

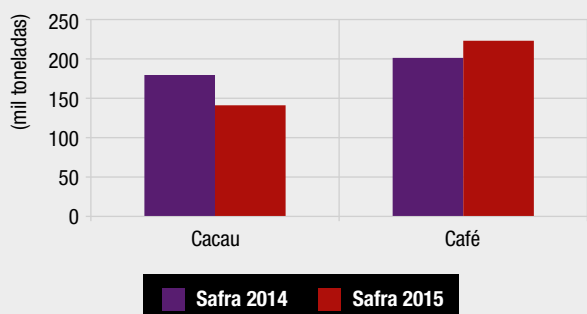


Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café
Bahia – 2014/2015

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

As estimativas de produção das tradicionais commodities da agricultura baiana – cacau e café – seguiram caminhos opostos em 2015. Em relação ao cacau, em fase de colheita, constatou-se decréscimo da produção de 21,2%. Projeta-se retração na área plantada (-12,2%), na área colhida (-12,7%) e no rendimento médio (-9,8%). Já para o café, também em fase de colheita, as estimativas apontaram crescimento na produção (10,8%) em 2015, culminando em ampliação na área plantada (2,9%), na área colhida (4,0%) e no rendimento médio (6,6%).

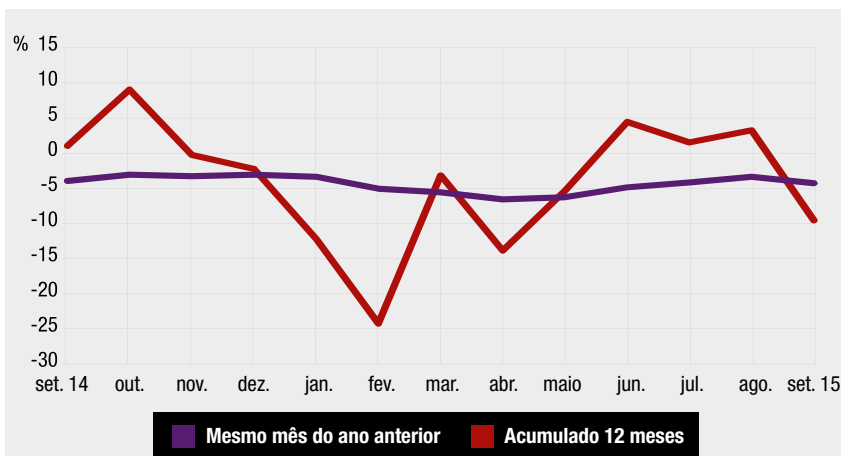


Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia – Set. 2014-set. 2015

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: CNAE 2.0.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE) referente à indústria de transformação baiana apontaram, em setembro de 2015, decréscimo de 4,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O desempenho do setor no mês citado foi influenciado, principalmente, pelos resultados negativos dos segmentos *Veículos* (-50,7%), *Produtos químicos* (-8,8%), *Coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis* (-3,4%), *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-60,3%), *Produtos alimentícios* (-5,3%) e *Produtos de minerais não metálicos* (-14,2%). As contribuições positivas vieram de *Metalurgia* (10,4%), *Celulose, papel e produtos de papel* (3,6%) e *Bebidas* (19,6%). No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador registrou recuo de 4,0%.

A análise da indústria geral em setembro de 2015 indicou queda de 7,4% – eliminando influências sazonais – na comparação com o mês de agosto do mesmo ano. Esse resultado foi determinado, sobretudo, pelo decréscimo da indústria de transformação e da extrativa mineral.

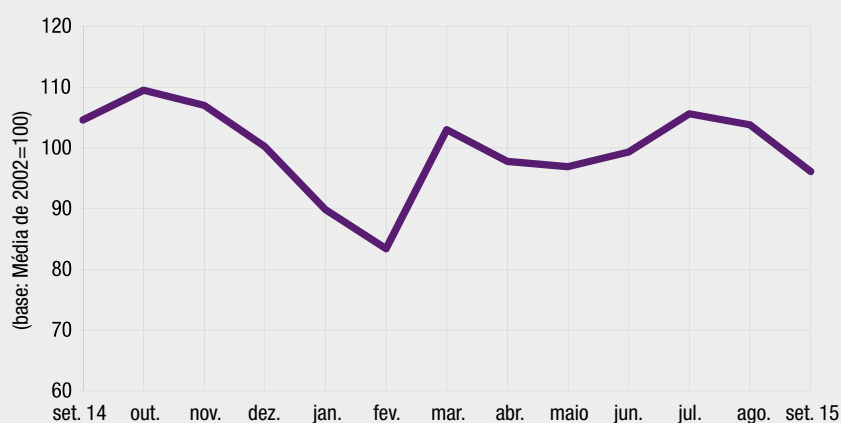


Gráfico 8
Índice dessazonalizado de produção física da indústria geral
Bahia – Set. 2014-set. 2015

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de setembro de 2015, crescimento de 0,7% em relação ao mesmo mês de 2014, totalizando 1,856 GWh (gigawatt.hora). As classes de consumo residencial e comercial atingiram 520 MWh e 268 MWh, respectivamente, representando, para o consumo residencial, um acréscimo de 1,2% e, para o consumo comercial, um aumento de 7,1%, em relação a 2014. No acumulado dos últimos 12 meses, notou-se expansão de 3,8% no consumo total e, entre as classes industrial, comercial e residencial, houve ampliação de 3,2%, 5,0% e 3,0%, respectivamente.

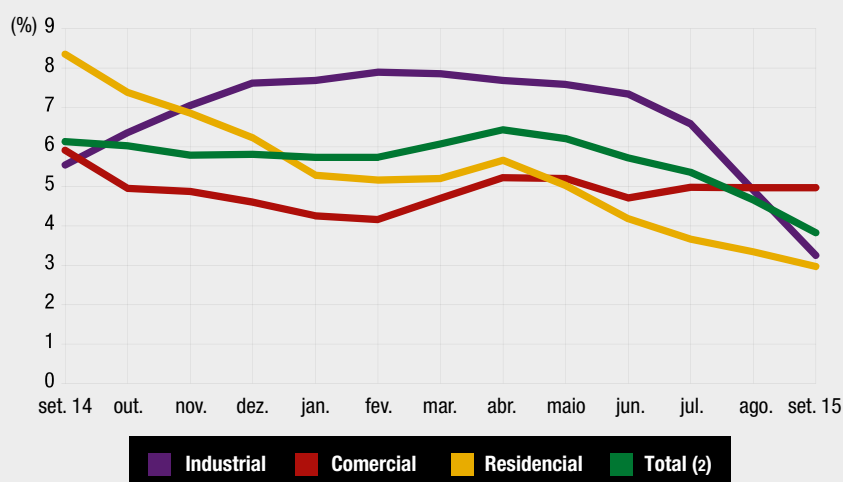


Gráfico 9

Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – Set. 2014-set. 2015

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

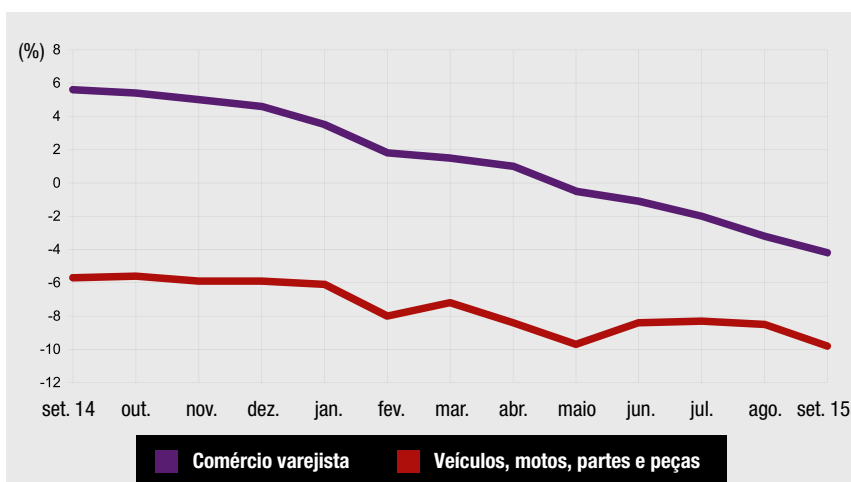


Gráfico 10

**Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
Bahia – Set. 2014-set. 2015**

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE), no mês de setembro de 2015, o comércio varejista baiano teve um decréscimo das vendas de 9,8%, considerando-se igual mês do ano anterior. Os maiores impactos negativos vieram dos segmentos *Móveis e eletrodomésticos* (-22,9%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-22,6%), *Combustíveis e lubrificantes* (-6,4%) e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-3,3%). No acumulado dos últimos 12 meses, comércio varejista e veículos registraram variações negativas de 4,2% e 9,8%, respectivamente.

Ainda no acumulado dos últimos 12 meses, até setembro de 2015, os segmentos de maior destaque na variação positiva do comércio varejista foram *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (8,9%) e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (1,4%). Os segmentos *Combustíveis e lubrificantes* (-6,2%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-9,0%), *Móveis e eletrodomésticos* (-11,6%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-13,6%), *Equipamentos e materiais para escritório* (-18,3%) e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-1,8%) sofreram as maiores quedas.

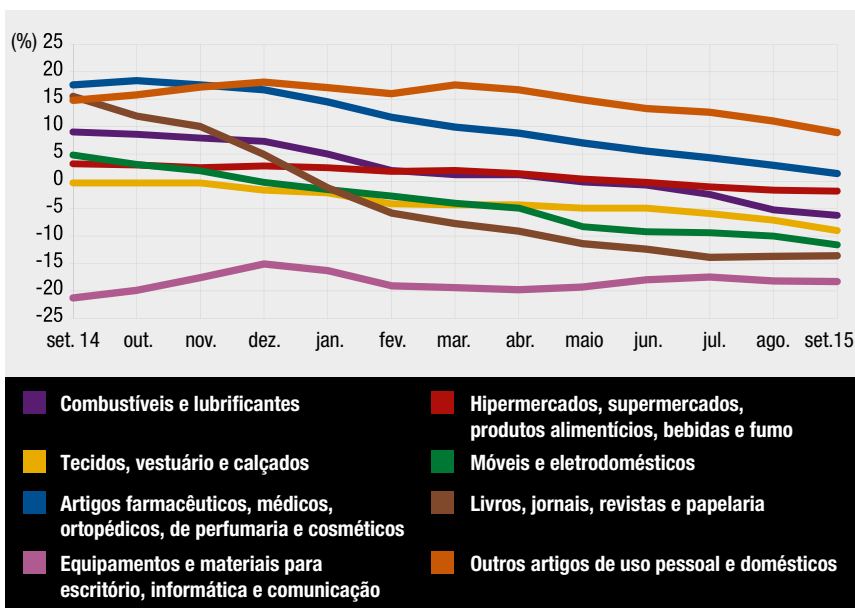


Gráfico 11
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
principais segmentos – Bahia – Set. 2014-set. 2015

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

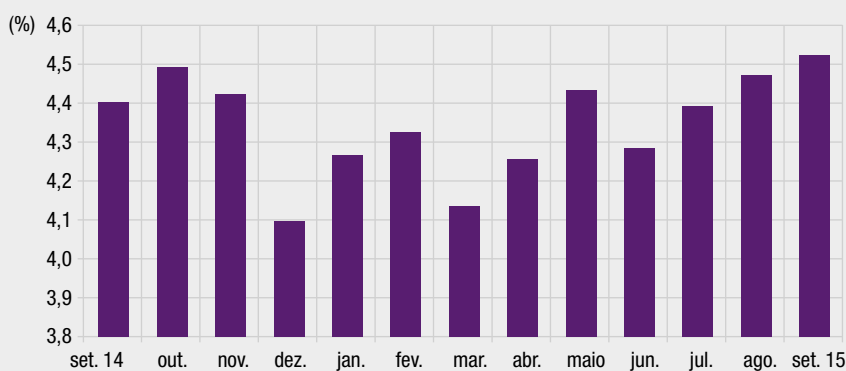


Gráfico 12
Taxa de inadimplência (1) – Bahia – Set. 2014-set. 2015

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Pessoas Físicas.

Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, em setembro de 2015, a inadimplência relativa às operações de crédito no estado chegou a 4,3%. A taxa de inadimplência de pessoas físicas alcançou 4,7%, e a de pessoas jurídicas, 3,6%.

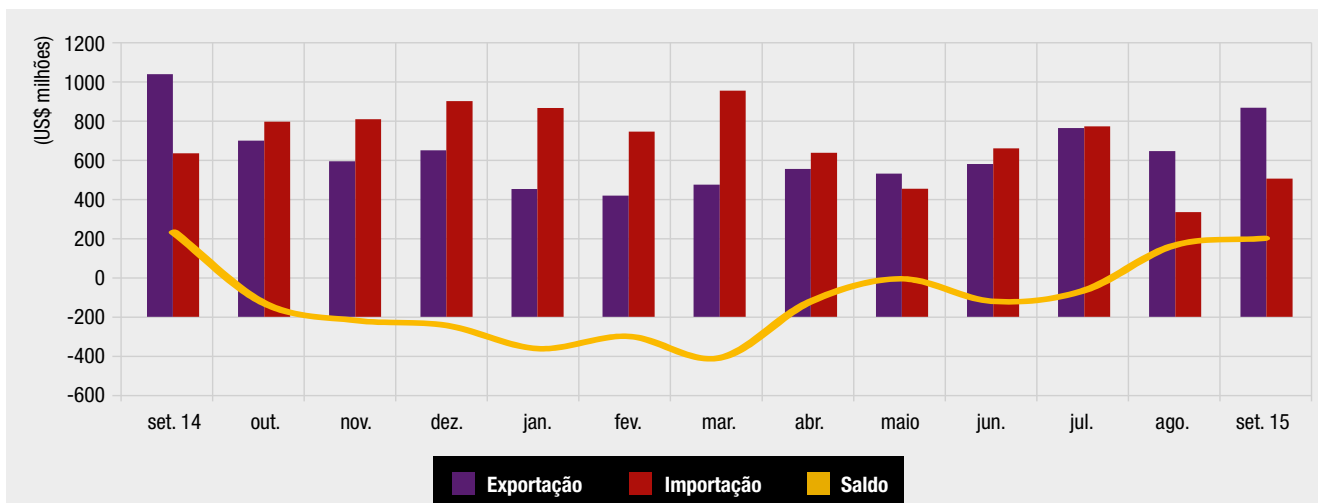


Gráfico 13
Balança comercial – Bahia – Set. 2014-set. 2015

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em setembro de 2015, as exportações baianas somaram US\$ 894 milhões, e as importações, US\$ 591 milhões, resultando em um superávit de US\$ 303 milhões. Confrontando setembro de 2015 com o mesmo mês do ano anterior, tanto as exportações como as importações apontaram retração, de 13,9% e 15,6%, respectivamente.

As exportações por fator agregado, na comparação com o mês de setembro de 2014, avançaram nas vendas de produtos básicos (9,7%) e desaceleraram nos produtos industrializados (-21,2%). No acumulado dos 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados registraram crescimento de 2,3% e queda de 19,5%, respectivamente.

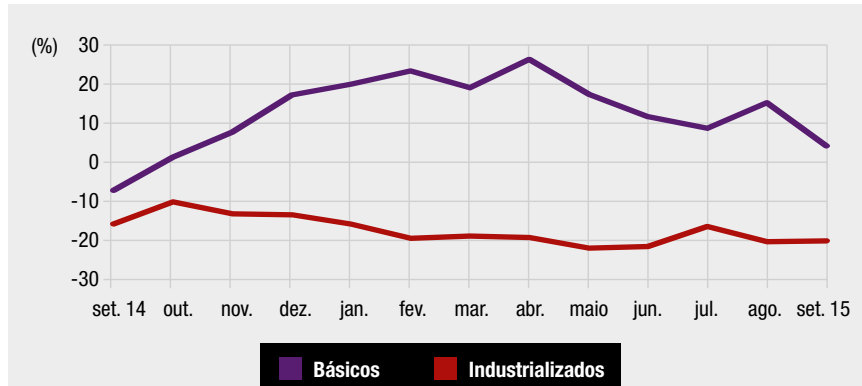


Gráfico 14
Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)
Bahia – Set. 2014-set. 2015

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

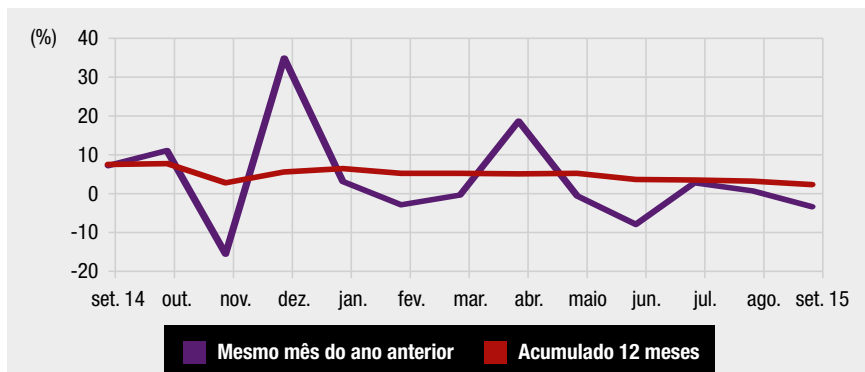


Gráfico 15
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes
Bahia – Set. 2014-set. 2015

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – ICMS e outros tributos – somou, aproximadamente, R\$ 2,0 bilhões em setembro de 2015, proporcionando crescimento real de 6,2% em relação ao mesmo mês de 2014. Principal tributo de arrecadação do estado, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) totalizou R\$ 1,484 bilhão no mês citado, com variação negativa de -4,0% em relação ao mês anterior. Com esse resultado, o indicador acumulado em 12 meses, até setembro de 2015, ficou em 1,7%.

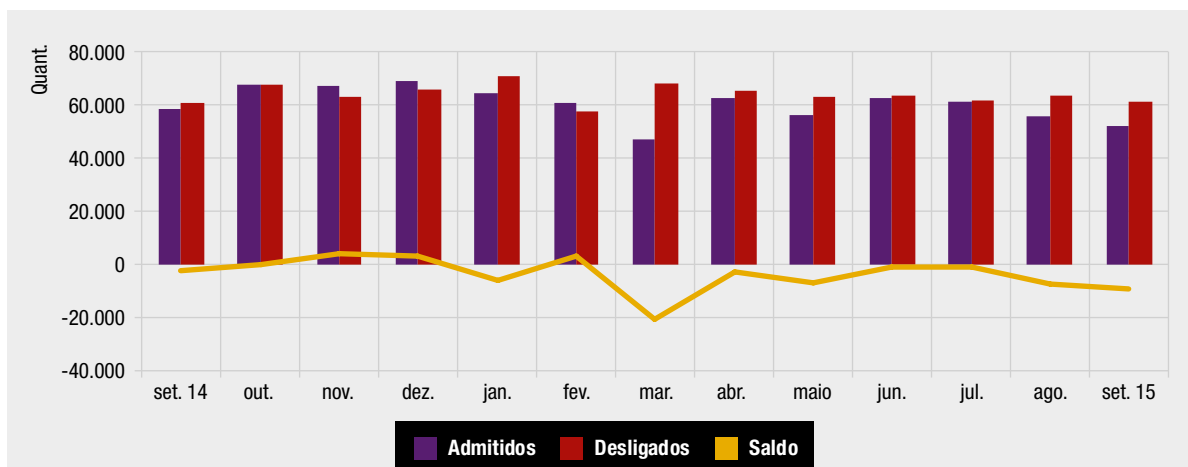


Gráfico 16
Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – Set. 2014-set. 2015

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares. Sem ajustes.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o saldo total de empregos com carteira assinada na Bahia, em setembro de 2015, apresentou retração de 10.409 postos de trabalho. Esse resultado emanou da redução de empregos em todos os setores de atividade econômica: *Serviços* (-2.922 postos), *Construção civil* (-2.671), *Agropecuária* (-2.182) e *Indústria de transformação* (-1.100). No acumulado dos últimos 12 meses, ocorreu diminuição de 69.143 postos de trabalho, o que corresponde à redução de 3,7% em relação ao estoque anterior.

Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS), em setembro de 2015, 19,4% da população economicamente ativa (PEA) estava desempregada. Com relação ao total de ocupados, houve redução de 3,9% na comparação entre setembro de 2015 e o mesmo mês de 2014. Por setor de atividade econômica, em termos relativos, ocorreu diminuição da ocupação em *Construção* (-16,7%), *Indústria de transformação* (-6,6%) e *Serviços* (-2,8%). O setor Comércio e reparação de veículos obteve a taxa positiva do mês (3,6%). Considerando-se as categorias de ocupação, houve diminuição no *Setor privado* (-2,6%), sendo observada taxa de -3,0% para a parcela Com carteira assinada; taxa nula para Sem carteira assinada; -3,0% para *Autônomos*; e -12,1% para *Domésticos*.

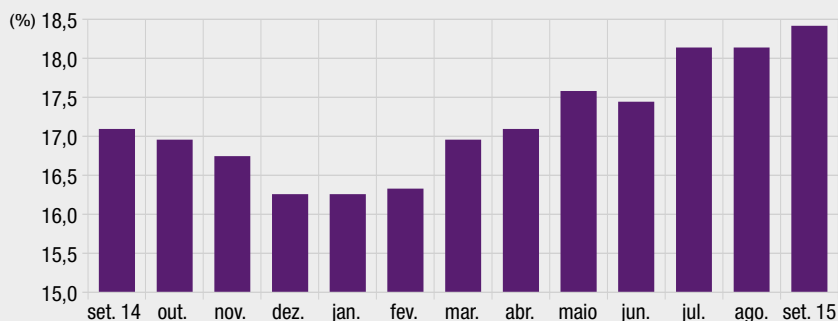


Gráfico 17
Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – Set. 2014-set. 2015

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

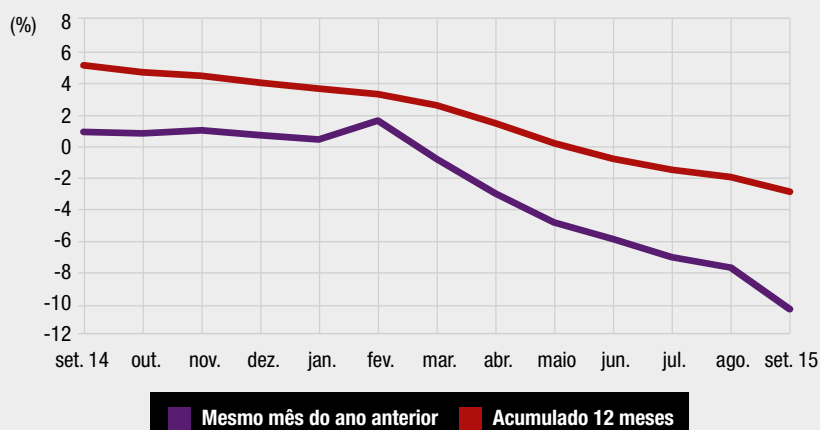


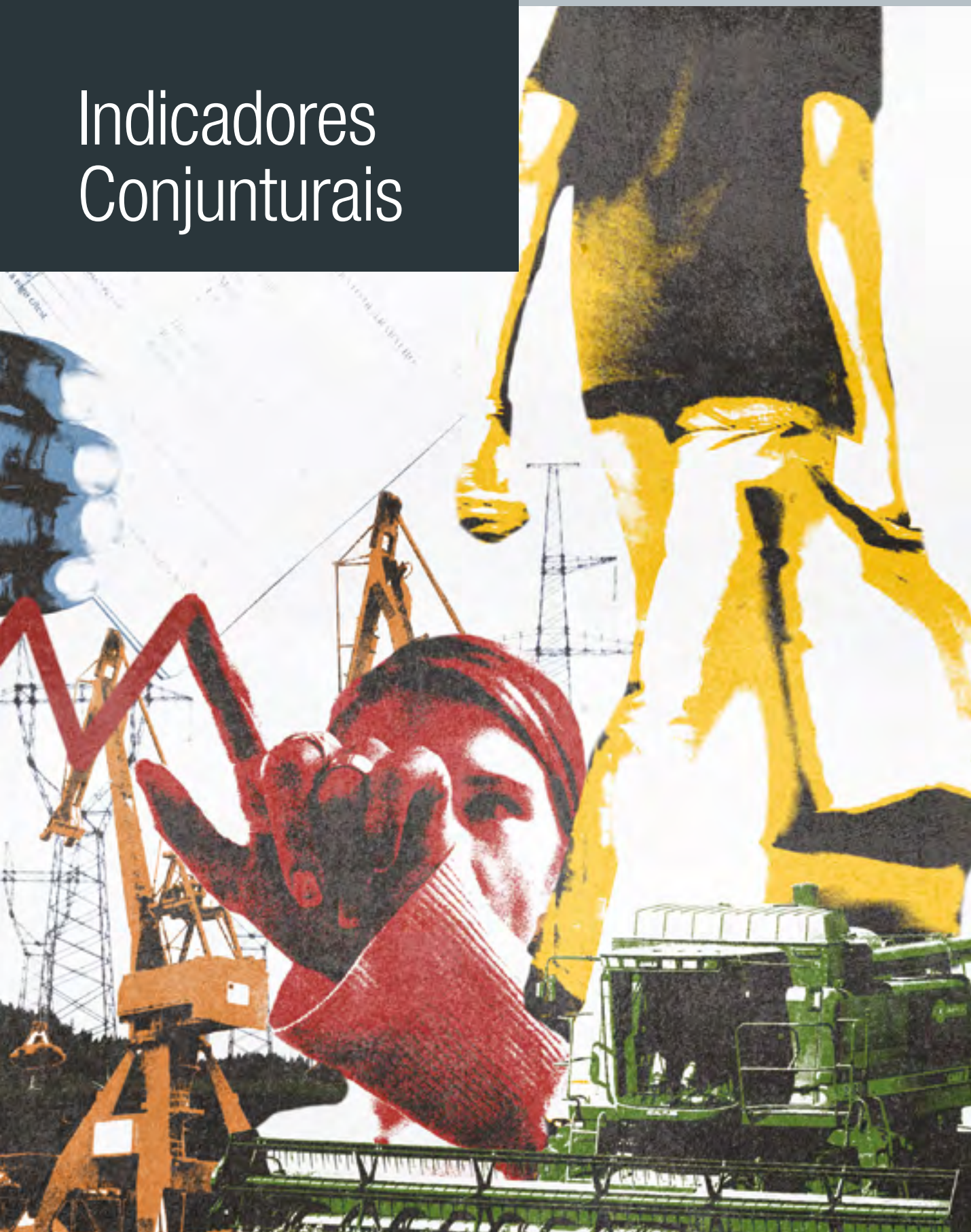
Gráfico 18
Taxa de variação da massa de rendimento dos ocupados (1) – RMS
Bahia – Set. 2014-set. 2015

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Ocupados no trabalho principal.

A massa real de rendimentos dos ocupados da RMS, calculada pela PED a partir dos dados de população ocupada e de rendimento médio, decresceu 10,5% em setembro. No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador ficou em -2,9%.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – set. 2015

Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Set. 2014	Set. 2015	No ano (2)	Últimos 12 meses (3)	Jun. 2007 = 100	Jun. 1994 = 100
Alimentos e bebidas	0,24	0,70	6,63	8,48	184,64	452,11
Habitação e encargos	0,80	0,90	9,21	9,95	163,48	1120,93
Artigos de residência	0,74	-1,58	-0,87	0,38	100,23	230,71
Vestuário	1,02	1,72	1,27	2,02	115,71	207,44
Transporte e comunicação	1,21	0,15	4,15	4,76	125,09	896,90
Saúde e cuidados pessoais	0,09	1,39	10,53	11,42	171,60	575,11
Despesas pessoais	0,38	-0,67	12,52	14,60	187,03	737,77
Geral	0,63	0,36	7,08	8,31	154,53	519,56

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – set. 2015

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	12 meses (3)	
Aracaju	387,83	1,20	11,27	19,10	53,50
Belém	386,04	-2,47	8,99	14,28	53,25
Belo Horizonte	372,79	-1,04	5,58	9,44	51,42
Brasília	361,93	-2,77	7,07	10,47	49,92
Campo Grande	358,00	-2,72	7,46	8,77	49,38
Curitiba	354,94	-1,48	12,38	17,03	48,96
Florianópolis	342,66	-3,46	3,94	15,27	47,27
Fortaleza	340,59	-0,07	6,20	12,88	46,98
Goiânia	338,79	-2,39	9,88	17,52	46,73
João Pessoa	337,42	-2,20	6,76	11,18	46,54
Manaus	334,45	-1,42	8,72	10,92	46,13
Natal	320,69	-2,07	6,47	16,12	44,24
Porto Alegre	317,52	-4,60	13,24	13,94	43,80
Recife	309,42	0,01	8,04	6,34	42,68
Salvador	307,39	0,28	13,00	14,33	42,40
São Paulo	305,11	-4,02	13,92	14,53	42,09
Rio de Janeiro	286,36	-2,46	6,57	5,84	39,50
Vitória	283,02	-0,85	15,19	22,77	39,04

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2014/2015

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2014 (1)	2015 (2)	Variação (%)	2014 (1)	2015 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	140.845	131.445	-6,7	7.315	6.274	-14,2
Algodão herbáceo	1.163.996	1.196.537	2,8	341.690	331.602	-3,0
Alho	6.937	4.450	-35,9	613	615	0,3
Amendoim (2º safra)	3.951	4.080	3,3	3.719	4.000	7,6
Arroz total	10.214	16.333	59,9	9.275	9.231	-0,5
Batata-inglesa (2º safra)	105.940	52.090	-50,8	2.506	1.306	-47,9
Cana-de-açúcar	6.693.374	6.129.148	-8,4	128.802	120.720	-6,3
Cebola	323.120	320.543	-0,8	9.273	9.321	0,5
Feijão total	357.311	374.112	4,7	582.176	533.883	-8,3
Feijão 1ª safra	94.806	157.020	65,6	265.571	276.439	4,1
Feijão 2ª safra	262.505	217.092	-17,3	316.605	257.444	-18,7
Fumo	3.532	3.740	5,9	3.589	3.767	5,0
Mamona	33.560	81.559	143,0	91.039	115.847	27,2
Mandioca	2.134.473	2.096.390	-1,8	342.626	290.505	-15,2
Milho total	2.916.717	2.887.554	-1,0	825.818	833.442	0,9
Milho 1ª safra	2.479.794	2.351.003	-5,2	553.490	559.476	1,1
Milho 2ª safra	436.923	536.551	22,8	272.328	273.966	0,6
Soja	3.206.364	4.503.577	40,5	1.276.369	1.437.658	12,6
Sorgo granífero	122.529	167.040	36,3	120.732	130.555	8,1
Tomate	288.477	248.283	-13,9	6.447	5.755	-10,7
Pernamentes						
Banana (4)	1.088.647	1.070.830	-1,6	77.078	88.147	14,4
Cacau	179.179	141.110	-21,2	568.271	498.879	-12,2
Café total	201.715	223.497	10,8	171.142	176.167	2,9
Café arábica	123.901	134.889	8,9	128.762	126.963	-1,4
Café cenephora	77.814	88.608	13,9	42.380	49.204	16,1
Castanha-de-cajú	5.279	4.547	-13,9	25.994	20.932	-19,5
Coco-da-baía (3)	552.836	572.075	3,5	79.976	75.400	-5,7
Guaraná	2.691	2.600	-3,4	6.972	6.500	-6,8
Laranja (4)	1.026.167	985.650	-3,9	71.873	60.950	-15,2
Pimenta-do-reino	4.467	4.500	0,7	1.972	1.800	-8,7
Sisal	132.078	175.226	32,7	210.061	245.896	17,1
Uva	77.504	77.392	-0,1	2.864	2.864	0,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2014

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), setembro de 2015 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2014/2015

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2014 (1)	2015 (2)	Variação (%)	2014 (1)	2015 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.620	4.990	-11,2	25.061	26.342	5,1
Algodão herbáceo	341.060	331.602	-2,8	3.413	3.608	5,7
Alho	613	615	0,3	11.316	7.236	-36,1
Amendoim	3.719	4.000	7,6	1.062	1.020	-4,0
Arroz total	9.275	9.231	-0,5	1.101	1.769	60,7
Batata-inglesa	2.506	1.306	-47,9	42.275	39.885	-5,7
Cana-de-açúcar	118.088	111.344	-5,7	56.681	55.047	-2,9
Cebola	9.273	9.321	0,5	34.845	34.389	-1,3
Feijão total	498.591	525.669	5,4	717	712	-0,7
Feijão 1ª safra	204.891	268.225	30,9	463	585	26,5
Feijão 2ª safra	293.700	257.444	-12,3	894	843	-5,7
Fumo	3.589	3.767	5,0	984	993	0,9
Mamona	50.452	103.605	105,4	665	787	18,3
Mandioca	194.000	180.505	-7,0	11.002	11.614	5,6
Milho total	656.729	818.574	24,6	4.441	3.528	-20,6
Milho 1ª safra	409.581	544.608	33,0	6.054	4.317	-28,7
Milho 2ª safra	247.148	273.966	10,9	1.768	1.958	10,8
Soja	1.276.369	1.437.658	12,6	2.512	3.133	24,7
Sorgo granífero	112.548	130.555	16,0	1.089	1.279	17,5
Tomate	6.447	5.755	-10,7	44.746	43.142	-3,6
Pernamentes						
Banana (4)	71.704	81.738	14,0	15.183	13.101	-13,7
Cacau	547.422	477.793	-12,7	327	295	-9,8
Café total	161.006	167.378	4,0	1.253	1.335	6,6
Café arábica	124.736	123.950	-0,6	993	1.088	9,6
Café cenephora	36.270	43.428	19,7	2.145	2.040	-4,9
Castanha-de-cajú	22.690	20.710	-8,7	233	220	-5,6
Coco-da-baía (3)	73.697	61.214	-16,9	7.501	9.345	24,6
Guaraná	6.719	6.500	-3,3	401	400	-0,1
Laranja (4)	62.297	60.950	-2,2	16.472	16.171	-1,8
Pimenta-do-reino	1.826	1.800	-1,4	2.446	2.500	2,2
Sisal	150.206	184.571	22,9	879	949	8,0
Uva	2.862	2.864	0,1	27.080	27.022	-0,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2014

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), setembro de 2015 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

Indústria

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – set. 2015

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	-8,9	-6,1	-4,0
Indústrias extrativas	-2,8	-4,8	-4,1
Indústrias de transformação	-9,3	-6,2	-4,0
Produtos alimentícios	-5,3	-3,8	-2,0
Bebidas	19,6	-6,5	-4,5
Couros, artigos para viagem e calçados	-7,6	2,1	2,9
Celulose, papel e produtos de papel	3,6	3,8	3,1
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-3,4	-14,6	-10,1
Outros produtos químicos	-8,8	-4,2	0,3
Produtos de borracha e de material plástico	-2,0	0,3	1,1
Produtos de minerais não-metálicos	-13,4	-9,9	-8,7
Metalurgia	10,4	-16,2	-17,6
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-60,3	-54,6	-50,2
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-50,7	22,1	20,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – set. 2014-set. 2015

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Setembro 2014	1,3	-4,6	-3,7
Outubro	9,3	-3,2	-2,8
Novembro	0,0	-2,9	-3,0
Dezembro	-2,0	-2,8	-2,8
Janeiro 2015	-11,9	-11,9	-3,1
Fevereiro	-24,0	-17,8	-4,8
Março	-2,9	-12,5	-5,3
Abril	-13,6	-12,8	-6,3
Maiο	-5,1	-11,2	-6,0
Junho	4,7	-8,7	-4,6
Julho	1,8	-7,1	-3,9
Agosto	3,5	-5,8	-3,1
Setembro 2015	-9,3	-6,2	-4,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – set. 2015

(%)

Classes	No mês (3)	Mensal (4)	12 meses (6)
Rural/Irrigação	6,6	6,9	7,4
Residencial	1,2	2,0	3,0
Industrial (1)	-3,3	1,4	3,2
Comercial	7,1	4,7	5,0
Utilidades públicas (2)	3,0	7,1	6,1
Setor público	-2,5	0,9	-0,8
Concessionária	32,7	6,0	9,1
Total	0,7	2,8	3,8

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à COELBA e CHESF.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Comércio

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – set. 2015

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio Varejista	-9,8	-6,6	-4,2
Combustíveis e lubrificantes	-6,4	-8,9	-6,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-3,3	-2,8	-1,8
Hipermercados e supermercados	-0,5	-1,7	-0,9
Tecidos, vestuário e calçados	-22,6	-12,7	-9,0
Móveis e eletrodomésticos	-22,9	-14,2	-11,6
Móveis	-23,4	-13,8	-11,2
Eletrodomésticos	-22,5	-14,4	-11,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-1,9	-1,8	1,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	-13,6	-13,8	-13,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-26,1	-22,6	-18,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-9,3	4,3	8,9
Comércio Varejista Ampliado	-11,4	-7,7	-5,7
Veículos, Motos, Partes e Peças	-15,0	-11,4	-9,8
Material de construção	-12,3	-3,9	-4,1

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Comércio exterior

Tabela 9
Exportações, principais segmento – Bahia – jan.-set. 2014/2015

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)	Var. (%) preço médio
	2014	2015			
Papel e celulose	1.198.585	1.068.256	-10,87	17,99	-14,69
Químicos e petroquímicos	1.186.530	1.031.573	-13,06	17,37	-24,69
Soja e derivados	1.306.669	997.714	-23,64	16,80	-23,97
Metalúrgicos	440.432	659.423	49,72	11,11	-11,06
Automotivo	1.204.612	412.239	-65,78	6,94	-48,35
Petróleo e derivados	330.829	337.969	2,16	5,69	-11,07
Metais preciosos	232.088	205.739	-11,35	3,46	-58,02
Cacau e derivados	148.235	181.906	22,71	3,06	5,29
Borracha e suas obras	232.384	180.559	-22,30	3,04	-14,83
Algodão e seus subprodutos	183.718	153.827	-16,27	2,59	-11,57
Minerais	66.971	128.933	92,52	2,17	-13,25
Couros e peles	112.457	97.790	-13,04	1,65	-9,33
Sisal e derivados	76.442	91.555	19,77	1,54	22,28
Café e especiarias	109.495	87.296	-20,27	1,47	-33,21
Frutas e suas preparações	75.941	80.696	6,26	1,36	-14,92
Máquinas, aparelhos e materiais mecânicos e elétricos	50.211	38.579	-23,17	0,65	-25,65
Calçados e suas partes	42.684	34.413	-19,38	0,58	-9,30
Fumo e derivados	27.976	21.957	-21,52	0,37	-11,07
Milho e derivados	7.594	18.462	143,12	0,31	-22,71
Carne e miudezas de aves	9.446	7.212	-23,65	0,12	-1,39
Demais segmentos	136.021	101.756	-25,19	1,71	-32,76
Total	7.179.321	5.937.853	-17,29	100,00	-18,50

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 13/10/2015.

Elaboração: SEI.

Tabela 10
Exportações, principais países – Bahia – jan.-set. 2014/2015

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2014	2015		2014	2015		
China	1.926.883	2.666.891	38,40	1.335.219	1.688.887	26,49	28,44
Argentina	206.252	165.449	-19,78	660.802	608.209	-7,96	10,24
Estados Unidos	701.231	533.379	-23,94	838.755	592.951	-29,31	9,99
Países Baixos (Holanda)	940.359	951.472	1,18	626.412	492.815	-21,33	8,30
Alemanha	999.609	770.162	-22,95	613.347	220.332	-64,08	3,71
Bélgica	305.506	303.064	-0,80	184.565	202.361	9,64	3,41
França	701.021	445.395	-36,46	391.959	175.732	-55,17	2,96
Antilhas Holandesas	273.427	359.273	31,40	148.445	166.395	12,09	2,80
México	162.040	251.651	55,30	135.897	139.427	2,60	2,35
Itália	164.286	132.103	-19,59	235.052	136.653	-41,86	2,30
Colômbia	175.562	148.789	-15,25	118.792	114.324	-3,76	1,93
Japão	86.213	74.205	-13,93	162.173	101.879	-37,18	1,72
Canadá	88.886	138.577	55,90	143.495	100.152	-30,21	1,69
Coreia do Sul	5.666	7.128	25,80	91.862	99.447	8,26	1,67
Espanha	146.947	165.024	12,30	113.014	89.192	-21,08	1,50
Chile	27.490	26.397	-3,98	72.515	68.507	-5,53	1,15
Provisão de navios e aeronaves	123.939	141.442	14,12	90.590	60.004	-33,76	1,01
Indonésia	30.156	60.020	99,03	44.314	59.953	35,29	1,01
Índia	15.278	62.393	308,39	28.757	56.356	95,97	0,95
Hong Kong	31.824	23.075	-27,49	82.184	55.524	-32,44	0,94
Taiwan (Formosa)	99.900	104.631	4,74	62.537	48.799	-21,97	0,82
Malásia	65.009	50.591	-22,18	56.132	45.312	-19,28	0,76
Finlândia	688	524	-23,80	59.647	41.165	-30,99	0,69
Suíça	306.331	152.545	-50,20	199.073	39.490	-80,16	0,67
Turquia	136.078	103.970	-23,60	68.313	36.410	-46,70	0,61
Uruguai	5.860	76.441	1.204,49	13.969	33.281	138,26	0,56
Peru	16.620	20.370	22,56	33.136	32.626	-1,54	0,55
Reino Unido	52.127	15.145	-70,95	58.912	31.683	-46,22	0,53
Emirados Árabes Unidos	14.276	10.036	-29,70	47.304	31.125	-34,20	0,52
Venezuela	41.602	22.058	-46,98	51.335	26.834	-47,73	0,45
Demais países	314.952	304.937	-3,18	410.813	342.028	-16,74	5,76
Total	8.166.017	8.287.137	1,48	7.179.321	5.937.853	-17,29	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 10/10/2015.

Elaboração: SEI.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Tabela 11
Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-set. 2015

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2014	1.886	126,0	1.565	142,4	321	80,7	1.273	132,9	59,7	17,0	3.605
Fevereiro	1.886	126,0	1.552	141,2	334	83,9	1.278	133,4	59,6	17,7	3.609
Março	1.882	125,7	1.549	140,9	333	83,7	1.286	134,2	59,4	17,7	3.613
Abril	1.888	126,1	1.554	141,4	334	83,9	1.285	134,1	59,5	17,7	3.617
Mai	1.878	125,5	1.549	140,9	329	82,7	1.300	135,7	59,1	17,5	3.621
Junho	1.881	125,7	1.539	140,0	342	85,9	1.302	135,9	59,1	18,2	3.625
Julho	1.868	124,8	1.532	139,4	336	84,4	1.320	137,8	58,6	18,0	3.629
Agosto	1.848	123,4	1.513	137,7	335	84,2	1.344	140,3	57,9	18,1	3.633
Setembro	1.857	124,0	1.532	139,4	325	81,7	1.340	139,9	58,1	17,5	3.637
Outubro	1.863	124,4	1.541	140,2	322	80,9	1.338	139,7	58,2	17,3	3.641
Novembro	1.882	125,7	1.562	142,1	320	80,4	1.324	138,2	58,7	17,0	3.645
Dezembro	1.869	124,8	1.564	142,3	305	76,6	1.342	140,1	58,2	16,3	3.649
Janeiro 2015	1.862	124,4	1.558	141,8	304	76,4	1.354	141,3	57,9	16,3	3.653
Fevereiro	1.846	123,3	1.543	140,4	303	76,1	1.375	143,5	57,3	16,4	3.657
Março	1.845	123,2	1.526	138,9	319	80,2	1.381	144,2	57,2	17,3	3.662
Abril	1.825	121,9	1.506	137,0	319	80,2	1.405	146,7	56,5	17,5	3.666
Mai	1.835	122,6	1.501	136,6	334	83,9	1.401	146,2	56,7	18,2	3.670
Junho	1.828	122,1	1.499	136,4	329	82,7	1.413	147,5	56,4	18,0	3.674
Julho	1.837	122,7	1.488	135,4	349	87,7	1.408	147,0	56,6	19,0	3.678
Agosto	1.820	121,6	1.474	134,1	346	86,9	1.430	149,3	56,0	19,0	3.682
Setembro	1.826	122,0	1.472	133,9	354	88,9	1.429	149,2	56,1	19,4	3.686
Variação mensal (%) Set. 2015/ago. 2015		0,3	-0,1	-0,1	2,3	2,3	-0,1	-0,1	0,2	2,1	
Variação no ano (%) Set. 2015/dez. 2014		-2,3	-5,9	-5,9	16,1	16,1	6,5	6,5	-3,6	19,0	
Variação anual (%) Set. 2015/set. 2015		-1,6	-3,9	-3,9	8,9	8,9	6,6	6,6	-3,4	10,9	

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 12

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-set. 2015

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador – RMS					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2014	17,0	12,4	4,6	3,9	(1)	16,0	11,8	4,3	20,6	14,8	5,8
Fevereiro	17,7	12,8	5,0	4,3	(1)	16,4	12,0	4,5	22,2	15,6	6,7
Março	17,7	12,8	4,9	4,2	(1)	16,8	12,2	4,6	20,8	14,8	6,0
Abril	17,7	12,9	4,8	4,1	(1)	16,8	12,1	4,7	20,7	15,4	5,2
Maio	17,5	12,9	4,6	4,0	(1)	16,8	12,2	4,6	20,2	15,9	(1)
Junho	18,2	13,3	4,8	4,2	(1)	17,1	12,4	4,7	22,2	16,9	5,3
Julho	18,0	13,3	4,7	4,0	(1)	16,8	12,4	4,4	22,8	16,8	6,0
Agosto	18,1	13,2	4,9	4,2	(1)	16,9	12,3	4,6	22,4	16,3	6,2
Setembro	17,5	12,8	4,7	3,9	(1)	16,4	12,0	4,4	21,4	15,6	5,8
Outubro	17,3	12,6	4,7	3,9	(1)	16,4	11,8	4,6	20,5	15,3	5,2
Novembro	17,0	12,2	4,8	4,0	(1)	16,1	11,4	4,6	20,4	15,1	5,2
Dezembro	16,3	11,3	5,0	4,3	(1)	15,3	10,6	4,7	19,7	13,7	6,0
Janeiro 2015	16,3	11,2	5,1	4,5	(1)	15,1	10,4	4,7	20,4	13,8	6,6
Fevereiro	16,4	11,3	5,0	4,4	(1)	15,2	10,5	4,7	20,3	14,0	6,3
Março	17,3	12,3	5,1	4,4	(1)	15,9	11,3	4,7	22,2	15,8	6,5
Abril	17,5	12,9	4,6	4,1	(1)	15,8	11,7	4,2	23,4	17,2	6,2
Maio	18,2	13,7	4,5	4,0	(1)	16,4	12,5	3,9	24,6	18,0	6,6
Junho	18,0	13,8	4,2	3,6	(1)	16,3	12,6	3,7	24,1	18,2	5,9
Julho	19,0	14,6	4,4	3,8	(1)	17,3	13,2	4,1	25,2	19,6	5,7
Agosto	19,0	14,3	4,7	4,1	(1)	17,4	13,0	4,4	24,5	18,9	(1)
Setembro	19,4	14,2	5,2	4,6	(1)	18,0	13,1	4,9	24,7	18,3	6,4
Variação mensal Set. 2015/ago. 2015	2,1	-0,7	10,6	12,2	0,0	3,4	0,8	11,4	0,8	-3,2	-740,0
Variação no ano Set. 2015/dez. 2014	19,0	25,7	4,0	7,0	0,0	17,6	23,6	4,3	25,4	33,6	6,7
Variação anual Set. 2015/jun. 2014	10,9	10,9	10,6	17,9	0,0	9,8	9,2	11,4	15,4	17,3	10,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 13
Distribuição dos Ocupados, por Setor e CNAE 2.0 Domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-set. 2015

Períodos	Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar										(%)
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Total (5)	Transporte, armazenagem e Correio (6)	Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (7)	Atividades administrativas e serviços complementares (8)	Administração pública, defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	Serviços domésticos (11)
Janeiro 2014	100	8,5	10	19,9	59,1	5,7	5,2	8,9	18,5	12,4	7,8
Fevereiro	100,0	8,5	10,2	19,5	59,5	6,2	4,9	9,5	17,5	12,6	8,2
Março	100,0	8,0	10,2	19,9	59,7	6,1	5,0	9,5	17,2	12,9	8,3
Abril	100,0	8,4	10,2	19,3	60,1	5,8	5,4	8,8	18,1	12,9	8,5
Maio	100,0	8,0	10,2	19,6	60,1	5,3	5,4	8,9	18,4	13,4	8,1
Junho	100,0	8,7	10,1	19,4	59,4	5,2	5,8	8,7	18,3	13,0	7,7
Julho	100,0	8,6	9,9	19,3	59,7	5,5	5,8	9,0	18,0	12,8	8,0
Agosto	100,0	8,7	9,7	18,3	60,7	5,7	5,9	9,1	18,1	12,9	8,4
Setembro	100,0	7,9	9,8	18,3	61,7	5,8	5,5	9,3	18,7	13,2	8,6
Outubro	100,0	7,5	9,8	18,8	61,5	6,1	5,3	9,6	18,5	13,3	8,1
Novembro	100,0	7,4	9,8	19,8	60,8	6,1	5,3	9,4	18,5	13,0	7,9
Dezembro	100,0	7,9	9,7	19,9	60,4	6,2	5,3	9,5	17,8	12,9	8,1
Janeiro 2015	100,0	8,6	9,3	19,5	60,8	6,1	5,5	9,7	18,2	13,1	7,8
Fevereiro	100,0	9,1	9,2	19,0	61,1	6,1	5,3	9,6	18,1	13,8	7,7
Março	100,0	9,0	8,5	18,7	62,1	6,0	5,2	10,1	18,5	14,3	7,5
Abril	100,0	8,7	8,6	18,9	61,9	6,0	5,5	9,7	18,2	14,3	7,7
Maio	100,0	8,4	8,1	19,3	62,2	6,2	5,6	9,8	18,9	13,4	7,9
Junho	100,0	8,6	8,1	19,8	61,5	5,9	5,7	8,9	19,0	13,3	7,9
Julho	103,2	101,5	89,5	104,4	106,8	112,3	90,8	135,4	107,0	101,5	100,8
Agosto	102,2	95,4	94,0	106,2	105,1	108,6	86,2	129,3	104,0	105,1	98,3
Setembro	102,1	86,9	94,0	105,5	106,4	114,8	90,8	133,3	101,8	108,7	98,3

Fonte: PEDRAMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar.

(9) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(10) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.

(11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 14
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-set. 2015

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2014	69,2	51,7	7,6	9,8	18,5	17,2	1,3	2,7	7,8	1,8
Fevereiro	69,5	51,9	8,1	9,5	18,1	16,8	(3)	2,7	8,2	1,5
Março	68,6	51,2	8,4	9,1	18,7	17,5	(3)	2,7	8,3	1,7
Abril	68,4	50,9	7,8	9,7	18,2	16,9	(3)	3,0	8,5	1,9
Maio	68,6	51,9	7,0	9,7	18,5	17,1	1,4	2,8	8,1	2,0
Junho	69,2	52,3	7,3	9,6	18,3	16,8	1,5	2,8	7,7	2,0
Julho	68,6	51,8	7,5	9,4	18,9	17,2	1,6	2,5	8,0	2,0
Agosto	68,1	51,2	7,5	9,3	19,1	17,4	1,8	2,6	8,4	1,8
Setembro	67,9	50,8	7,1	9,9	19,3	17,6	1,7	2,5	8,6	1,7
Outubro	68,5	51,5	7,0	10,0	19,4	17,9	1,5	2,6	8,1	1,4
Novembro	69,1	51,5	7,3	10,3	18,9	17,4	1,5	2,7	7,9	1,4
Dezembro	68,7	52,2	7,2	9,3	18,9	17,3	1,6	2,8	8,1	1,5
Janeiro 2015	69,4	53,3	7,0	9,1	18,5	16,9	1,6	2,7	7,8	1,6
Fevereiro	69,7	53,9	6,7	9,1	18,3	16,8	1,5	2,3	7,7	2,0
Março	69,9	53,2	6,7	10,0	18,2	16,8	1,4	2,3	7,5	2,1
Abril	68,9	52,0	6,7	10,1	18,5	17,1	1,4	2,7	7,7	2,2
Maio	68,7	52,1	6,3	10,2	18,1	16,9	(3)	3,2	7,9	2,1
Junho	68,5	52,5	6,1	9,9	17,9	16,5	(3)	3,3	7,9	2,4
Julho	68,7	52,8	6,3	9,6	18,5	17,1	(3)	2,9	8,0	1,9
Agosto	67,8	51,6	6,8	9,4	19,2	17,7	(3)	3,1	7,9	2,0
Setembro	67,8	51,3	7,4	9,0	19,5	18,1	(3)	3,0	7,9	1,8

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 15
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-set. 2015

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2014	1.340	101,4	1.433	98,0	1.050	117,4
Fevereiro	1.319	99,8	1.425	97,5	1.047	117,1
Março	1.323	100,1	1.419	97,1	1.025	114,6
Abril	1.331	100,8	1.437	98,3	1.023	114,4
Maio	1.341	101,5	1.440	98,6	1.005	112,3
Junho	1.339	101,4	1.451	99,3	1.007	112,6
Julho	1.331	100,7	1.430	97,8	1.056	118,1
Agosto	1.331	100,8	1.434	98,1	1.069	119,5
Setembro	1.342	101,6	1.445	98,8	1.060	118,5
Outubro	1.361	103,0	1.470	100,6	1.034	115,6
Novembro	1.360	102,9	1.468	100,5	1.039	116,2
Dezembro	1.371	103,8	1.469	100,5	1.098	122,8
Janeiro 2015	1.358	102,8	1.453	99,4	1.101	123,1
Fevereiro	1.353	102,4	1.440	98,5	1.080	120,7
Março	1.335	101,0	1.409	96,4	1.056	118,1
Abril	1.334	101,0	1.406	96,2	1.032	115,4
Maio	1.318	99,7	1.379	94,4	1.054	117,8
Junho	1.294	98,0	1.371	93,8	1.018	113,9
Julho	1.275	96,2	1.352	92,2	1.006	112,0
Agosto	1.259	95,0	1.345	91,7	990	110,3
Setembro	1.250	94,3	1.352	92,2	950	105,9
Variação mensal (%) Set. 2015/ago. 2015	-0,8	-0,8	0,5	0,5	-4,0	-4,0
Variação no ano (%) Set. 2015/dez. 2014	-8,8	-9,2	-8,0	-8,3	-13,5	-13,8
Variação anual (%) Set. 2015/set. 2014	-6,9	-7,2	-6,4	-6,7	-10,3	-10,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de setembro de 2015.

(4) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 16

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1) – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-set. 2015 (R\$)

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2014	1.340	(3)	892	982	1.309	3.288
Fevereiro	1.319	(3)	905	952	1.287	3.228
Março	1.323	(3)	910	950	1.285	3.135
Abril	1.331	(3)	899	976	1.282	3.130
Maio	1.341	(3)	889	995	1.292	2.946
Junho	1.339	684,6	881	1005	1.279	3.025
Julho	1.331	(3)	901	1011	1.276	2.986
Agosto	1.331	(3)	903	1014	1.285	3.064
Setembro	1.342	(3)	890	1004	1.328	3.003
Outubro	1.361	(3)	864	1001	1.350	3.041
Novembro	1.360	(3)	876	981	1.348	3.166
Dezembro	1.371	(3)	907	990	1.317	3.275
Janeiro 2015	1.358	(3)	933	971	1.310	3.218
Fevereiro	1.353	(3)	939	962	1.288	3.246
Março	1.335	(3)	938	963	1.299	3.105
Abril	1.334	(3)	943	942	1.292	3.123
Maio	1.318	(3)	917	924	1.292	3.026
Junho	1.294	(3)	895	912	1.261	2.985
Julho	1.275	(3)	867	930	1.224	3.010
Agosto	1.259	(3)	867	951	1.198	2.937
Setembro	1.250	(3)	842	938	1.168	2.986
Variação mensal (%) Set. 2015/ago. 2015	-0,8	0,0	-3,0	-1,4	-2,5	1,7
Variação no ano (%) Set. 2015/dez. 2014	-9,2	0,0	-7,5	-5,6	-11,6	-9,2
Variação anual (%) Set. 2015/set. 2014	-7,2	0,0	-5,8	-6,9	-12,4	-0,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de setembro de 2015.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 17

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador (1) – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-set. 2015

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não-assinada	
Janeiro 2014	1.433	1.269	1.543	1.088	1.236	1.335	862	2.605
Fevereiro	1.425	1.265	1.580	1.058	1.246	1.334	859	2.590
Março	1.419	1.259	1.576	1.031	1.249	1.329	816	2.534
Abril	1.437	1.279	1.690	1.054	1.247	1.338	850	2.588
Maio	1.440	1.298	1.809	1.062	1.246	1.359	866	2.509
Junho	1.451	1.298	1.803	1.087	1.246	1.368	829	2.599
Julho	1.430	1.288	1.670	1.095	1.259	1.362	805	2.458
Agosto	1.434	1.275	1.593	1.118	1.244	1.343	800	2.489
Setembro	1.445	1.264	1.686	1.088	1.231	1.333	770	2.646
Outubro	1.470	1.268	1.746	1.121	1.224	1.346	738	2.773
Novembro	1.468	1.269	1.763	1.110	1.230	1.348	723	2.904
Dezembro	1.469	1.285	1.676	1.141	1.265	1.358	746	2.791
Janeiro 2015	1.453	1.282	1.621	1.123	1.260	1.350	749	2.731
Fevereiro	1.440	1.261	1.503	1.099	1.255	1.327	739	2.700
Março	1.409	1.240	1.433	1.060	1.241	1.307	731	2.626
Abril	1.406	1.244	1.464	1.040	1.257	1.305	759	2.574
Maio	1.379	1.238	1.440	1.045	1.249	1.291	806	2.489
Junho	1.371	1.240	1.545	1.053	1.228	1.292	827	2.440
Julho	1.352	1.209	1.559	1.021	1.202	1.269	783	2.554
Agosto	1.345	1.209	1.640	1.026	1.183	1.275	769	2.571
Setembro	1.352	1.197	1.567	992	1.184	1.262	753	2.601
Variação mensal (%) Set. 2015/ago. 2015	0,5	-1,0	-4,4	-3,3	0,1	-1,0	-2,0	1,2
Variação no ano (%) Set. 2015/dez. 2014	-8,3	-7,2	-6,8	-13,3	-6,7	-7,4	0,6	-7,1
Variação anual (%) Set. 2015/set. 2014	-6,7	-5,6	-7,4	-9,1	-4,1	-5,6	-2,6	-2,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de setembro de 2015.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 18
Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-set. 2015

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2014	447	768	916	1.454	2.460	759	793	1.006	1.516	2.550
Fevereiro	447	768	906	1.453	2.420	761	807	1.003	1.535	2.571
Março	447	802	894	1.447	2.459	782	806	1.002	1.552	2.571
Abril	445	800	913	1.441	2.515	799	806	997	1.551	2.760
Maio	443	799	934	1.442	2.515	795	802	996	1.559	2.747
Junho	441	795	927	1.434	2.607	790	798	993	1.545	2.747
Julho	439	788	926	1.471	2.492	788	795	1.010	1.558	2.642
Agosto	435	787	926	1.520	2.509	786	790	1.001	1.553	2.720
Setembro	435	786	939	1.520	2.497	781	788	1.000	1.569	2.698
Outubro	434	781	958	1.510	2.692	779	786	1.025	1.615	2.714
Novembro	431	779	954	1.501	2.680	776	781	1.040	1.608	2.697
Dezembro	536	776	964	1.506	2.667	772	779	1.067	1.599	2.691
Janeiro 2015	533	776	959	1.501	2.624	771	826	1.050	1.586	2.667
Fevereiro	532	818	945	1.494	2.595	772	826	1.038	1.574	2.623
Março	525	817	934	1.469	2.577	812	827	1.028	1.546	2.595
Abril	514	812	928	1.494	2.576	806	817	1.015	1.545	2.595
Maio	508	806	920	1.523	2.541	800	812	1.005	1.524	2.541
Junho	506	800	911	1.418	2.532	797	805	971	1.518	2.532
Julho	499	786	898	1.357	2.447	786	804	948	1.428	2.496
Agosto	482	786	898	1.321	2.409	786	801	941	1.422	2.509
Setembro	451	786	898	1.305	2.408	786	790	948	1.497	2.508
Variação mensal (%) Set. 2015/ago. 2015	-6,4	0,0	0,0	-1,2	0,0	0,0	-1,4	0,7	5,3	0,0
Variação no ano (%) Set. 2015/dez. 2014	-16,1	1,0	-7,2	-13,7	-10,0	1,4	1,1	-11,5	-6,7	-7,1
Variação anual (%) Set. 2015/set. 2014	3,3	-0,3	-4,7	-14,4	-3,9	0,2	-0,1	-5,6	-4,9	-7,4

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de setembro de 2015.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Tabela 19
Flutuação mensal do emprego – Bahia – jan. 2014-set. 2015

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2014 (2)	1.644	-3.149	-9.796	5.744	12.170
Declaração fora do prazo	20.364	1.252	2.175	3.223	11.862
Com ajuste (3)	22.008	-1.897	-7.621	8.967	24.032
Janeiro	3.994	1.058	991	-1.092	3.188
Fevereiro	7.420	228	169	1.434	5.070
Março	631	566	15	-1.749	446
Abril	882	182	-2.502	-295	1.279
Maio	8.205	1.360	-1.230	696	4.044
Junho	-2.564	-877	-3.204	191	279
Julho	-125	369	837	-1.523	159
Agosto	4.090	215	1.989	659	1.692
Setembro	3.163	-222	1.840	1.495	767
Outubro	-6.207	-918	-3.313	1.396	-1.780
Novembro	2.904	-2.126	2.526	4.467	2.426
Dezembro	-20.749	-2.984	-7.914	65	-5.400
2015 (2)	-26.093	-2.385	-8.742	-4.505	-10.025
Declaração fora do prazo	-956	-205	-1.076	94	186
Com ajuste (3)	-27.049	-2.590	-9.818	-4.411	-9.839
Janeiro	-992	-114	-122	-1.121	417
Fevereiro	-4.677	-417	-2.081	-797	-1.204
Março	-1.355	-147	62	-935	-457
Abril	-4.505	-726	-1.290	-1.186	-1.278
Maio	-8.138	-300	-2.630	-253	-4.799
Junho	-6.426	-681	-2.681	-213	-2.704
Julho	-4.876	-573	-206	-1.322	-2.212
Agosto	-4.406	-599	-1.167	-728	-1.757
Setembro	-1.752	190	-545	-357	-609

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até agosto.

Tabela 20
Flutuação mensal do emprego – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-set. 2015

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2014 (2)	-6.901	-711	-6.335	-2.071	2.579
Declaração fora do prazo	11.477	658	908	818	8.921
Com ajuste (3)	4.576	-53	-5.427	-1.253	11.500
Janeiro	1.769	20	-157	-760	2.762
Fevereiro	3.634	51	-359	404	3.237
Março	-1.551	33	759	-1.483	-1.053
Abril	-1.626	-119	-867	-851	370
Maio	1.888	76	84	-313	2.208
Junho	-4.078	-614	-2.352	-529	-564
Julho	-1.577	240	312	-1.250	-929
Agosto	2.595	399	1.160	-25	901
Setembro	2.351	171	1.157	435	641
Outubro	-5.393	120	-2.844	21	-2.680
Novembro	4.843	-76	1.202	2.429	1.638
Dezembro	-9.756	-1.012	-4.430	-149	-3.952
2015 (2)	-24.834	-236	-15.207	-7.315	-8.366
Declaração fora do prazo	351	-95	-4.682	386	811
Com ajuste (3)	-24.483	-331	-19.889	-6.929	-7.555
Janeiro	569	569	-2.585	-2.734	1.579
Fevereiro	-6.800	-725	-2.901	-1.884	-1.777
Março	-1.167	369	-2.136	-635	404
Abril	-893	834	-3.068	-1.411	59
Maio	-7.419	-874	-436	-380	-4.389
Junho	-9.124	-409	-4.081	-271	-4.242
Julho	-8.207	-157	-2.681	-2.544	-2.357
Agosto	-6.853	-648	-2.577	-1.199	-1.618
Setembro	-4.360	-621	-1.899	120	-884

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até agosto.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Tabela 21
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-out. 2015/2014

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2015			2014		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	126.132.609	117.540.297	596.273.077	266.043.685	269.836.233	1.312.095.925
Receitas correntes	97.829.594	107.275.067	511.072.773	204.673.941	197.567.324	1.019.946.105
Receita tributária	28.215.694	36.361.476	171.246.598	59.778.828	61.949.934	330.932.187
Impostos	27.717.452	35.835.031	169.153.134	59.042.505	61.115.808	324.724.575
Taxas	498.242	526.445	1.800.151	736.323	834.126	5.520.286
Receita de contribuições	53.918.484	57.442.308	276.979.351	108.505.463	110.550.825	543.977.820
Contribuições sociais	52.715.766	56.132.994	271.630.979	107.046.283	109.055.907	535.157.215
Contribuições econômicas	1.202.718	1.309.314	4.656.244	1.459.180	1.494.918	8.820.604
Receita patrimonial	4.384.075	6.254.729	23.694.127	18.300.419	12.126.131	70.157.455
Receitas imobiliárias	93.826	150.118	614.768	254.586	291.266	887.159
Receitas de valores mobiliários	2.630.859	1.808.225	9.460.295	8.625.309	3.604.844	29.849.153
Receita de concessões e permissões	73.130	88.215	1.379.002	1.487.331	115.229	2.381.459
Compensações financeiras	1.530.725	4.149.431	11.857.643	7.863.698	8.041.405	35.825.972
Receita de Cessão de Direitos	54.345	57.463	209.909	66.791	72.003	138.794
Outras receitas patrimoniais	1.190	1.277	6.097	2.704	1.385	6.450
Receita agropecuária	3.656	3.413	12.164	5.032	3.738	18.184
Receita da produção vegetal	2.548	1.737	7.212	1.512	1.687	8.759
Receita da produção animal e derivados	1.108	1.676	5.786	3.525	2.056	9.435
Outras receitas agropecuárias	0	0	6	-6	-5	(7)
Receita industrial	70.926	51.682	230.512	137.744	69.270	369.154
Receita da indústria de transformação	70.926	51.682	230.512	137.744	69.270	369.255
Receita de serviços	2.822.147	2.687.278	14.117.149	8.466.615	6.168.474	30.365.719
Transferências correntes	47.785	76.218	220.375	161.730	218.108	6.518.571
Transferências intergovernamentais	0	0	0	0	0	105
Transferências de instituições privadas	4.356	28.930	66.109	10.162	134.914	147.465
Transferências do exterior	0	1.077	1.120	(1.189)	2.983	21.982
Transferências de pessoas	56	54	267	686	106	1.758
Transferências de convênios	43.365	46.148	152.903	152.058	80.091	357.259
Transferências para o combate à fome	7	8	25	14	14	4.460
Receitas correntes a classificar	2.590.445	846.552	4.913.417	1.421	-4	1480
Outras receitas correntes	5.776.381	3.551.411	20.028.882	9.316.688	6.480.849	30.200.805
Multas e juros de mora	1.629.936	1.608.736	8.693.221	1.016.782	3.433.553	14.409.149
Indenizações e restituições	458.560	514.288	2.462.422	1.926.769	560.415	4.462.733
Receita da dívida ativa	529.478	353.019	1.664.969	0	1.149.439	4.834.856
Receitas diversas	3.158.407	1.075.367	6.603.833	1.592.352	1.337.441	6.402.933
Receitas de capital	28.303.016	10.265.230	58.110.564	61.369.744	72.268.909	186.841.837
Operações de crédito	18.255.614	59.032	37.537.416	48.814.910	53.598.653	231.167.372
Operações de crédito internas	18.218.894	54.160	37.509.582	48.611.541	52.360.856	184.225.507
Operações de crédito externas	36.720	4.872	-46.819	203.369	1.237.797	62.136.324
Alienação de bens	50.294	35.646	168.219	115.856	105.757	2.752.740
Alienação de bens móveis	33.746	31.452	119.349	89.362	77.758	725.803
Alienação de bens imóveis	16.549	4.194	48.871	26.494	27.998	89.954
Amortizações de empréstimos	3.010.181	3.365.861	15.895.603	4.367.715	5.880.351	21.625.010
Transferências de capital	677	362	6.837	11.993	6.881	5.190.035
Transferências do exterior	-731	-15	-498	0	0	0

(Continua)

Tabela 21
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-out. 2015/2014

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2015			2014		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Transferências de pessoas	0	0	0	0	0	49.101
Transferência de outras instituições públicas	0	0	3.855	0	0	4.524
Transferências de convênios	1.408	377	3.480	5.276	2.929	75.360
Outras receitas de capital	6.986.249	6.804.329	31.570.329	8.059.270	12.677.268	77.947.191
Resultado do Banco Central do Brasil	0	0	0	0	5.374.767	36.153.654
Remuneração das disponibilidades	6.986.138	6.803.607	31.568.770	8.058.758	7.301.642	41.791.325
Proveniente da Execução de Garantias	0	0	0	0	0	479
Receita dívida ativa alienação estoques de café	10	45	157	68	40	297
Receita Títulos Tesouro Nacional Resgatados	0	0	0	0	0	0
Receitas de capital diversas ²	0	0	0	0	0	0
Receita (intraorçamentária) (II)	3.232.858	1.357.251	17.706.046	5.850.035	7.267.561	19.917.469
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	129.365.467	118.897.547	613.979.121	271.893.720	277.103.794	1.343.217.520
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	69.921.294	35.083.862	330.696.400	78.293.257	90.434.726	471.574.793
Operações de crédito internas	69.921.294	35.083.862	330.696.400	74.952.106	88.891.895	465.057.972
Mobiliária	69.921.294	35.083.862	330.696.400	74.952.106	88.891.895	465.057.972
Operações de crédito externas	0	0	75	3.341.150	1.542.831	6.516.820
Mobiliária	0	0	59.342.817	3.341.150	1.542.831	6.516.820,00
Subtotal com refinanciamento (V) = (III +IV)	199.286.762	153.981.409	944.675.522	350.186.977	367.538.520	1.814.792.314
Déficit (VI)	0	0	0	0	0	0
Total (VII) = (V + VI)	199.286.762	153.981.409	944.675.522	350.186.977	367.538.520	1.814.792.314
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	0	0	0	0	0	0

Receita realizada intraorçamentária	2015			2014		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receita (intraorçamentária) (II)	3.232.858	1.357.251	17.706.046	5.850.035	7.267.561	31.121.595
Receitas correntes	3.232.858	1.357.251	16.395.597	5.656.566	5.868.219	27.356.634
Receita tributária	95	-50	-141	59	55	206
Impostos	83	-57	-181	36	39	24
Taxas	12	7	39	23	16	182
Receita de contribuições	1.322.841	1.324.634	6.563.974	2.472.927	2.492.691	12.388.078
Contribuições sociais	1.322.839	1.324.633	6.563.971	2.472.924	2.492.687	12.388.044
Contribuições econômicas	2	1	3	3	4	35
Receita patrimonial	233	625	3.389	533	323	2.099
Receitas imobiliárias	218	603	1.889	330	167	1.496
Receitas de valores mobiliários	0	0	1.441	0	0	0
Receita de concessões e permissões	16	21	60	202	156	601
Receita industrial	8.823	29.883	61.385	22.135	50.780	137.347
Receita da indústria de transformação	8.823	29.883	61.385	22.135	50.780	137.347
Receita de serviços	15.706	1.170	23.301	65.669	44.766	184.233
Outras receitas correntes	1.885.160	989	9.728.068	3.095.243	3.279.603	14.594.951
Multas e juros de mora	32	455	7.660	608	1.947	3.142
Indenizações e restituições	618	482	1.550	263	1.569	4.540
Receitas diversas	60	52	237	81	127	518
Receitas de capital	0	0	1.310.451	193.469	1.399.342	3.764.961
Operações de crédito	0	0	1.310.451	193.469	1.399.342	3.764.961
Operações de crédito internas	0	0	1.310.451	193.469	1.399.342	3.764.961

(Conclusão)

Tabela 21
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-out. 2015/2014

(R\$ 1.000)

Receita realizada intraorçamentária	2015			2014		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Alienação de bens	0	0	0	0	0	0
Alienação de bens móveis	0	0	0	0	0	0
Alienação de bens imóveis	0	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0
Resultado do Banco Central do Brasil	0	0	0	0	0	0
Integralização de capital social	0	0	0	0	0	0
Remuneração das disponibilidades	0	0	0	0	0	0
Proveniente da execução de garantias	0	0	0	0	0	0
Saldo de exercícios anteriores	0	0	0	0	0	0
Receitas de capital diversas	0	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – anexo i (LRF, art. 52, Inciso i, alíneas “a” e “b” do inciso ii e §1º).

Tabela 22
Demonstrativo das despesas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-out. 2015/2014

Despesa executada	2015			2014		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	122.045.494	114.794.919	621.595.297	296.894.490	257.244.810	1.236.514.286
Despesas correntes	113.498.187	100.815.728	525.762.887	248.034.738	216.724.693	1.045.900.640
Pessoal e encargos sociais	17.932.099	17.882.678	94.447.580	33.995.751	35.700.549	175.602.852
Juros e encargos da dívida	21.126.085	5.885.987	56.481.049	48.968.252	33.893.330	156.613.412
Outras despesas correntes	74.440.003	77.047.063	374.834.258	165.070.735	147.130.814	713.684.376
Transferência a estados, DF e municípios	22.447.196	22.586.496	118.129.921	43.591.724	40.212.553	213.122.769
Benefícios previdenciários	32.428.678	33.476.924	164.807.097	73.257.390	60.082.683	316.654.763
Demais despesas correntes	19.564.128	20.983.643	91.897.238	48.221.621	46.835.577	183.906.844
Despesas de capital	8.547.307	13.979.191	95.832.409	48.859.752	40.520.117	190.613.645
Investimentos	1.054.227	1.682.019	3.940.671	4.558.748	5.675.475	15.153.536
Inversões financeiras	7.409.436	6.115.113	23.585.390	9.385.145	8.269.468	47.773.311
Amortização da dívida	83.643	6.182.059	68.204.558	34.915.859	26.575.174	127.686.799
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intra-orçamentárias) (IX)	3.451.239	2.751.078	18.978.883	6.234.861	7.636.804	31.745.418
Despesas correntes	3.450.990	1.732.636	16.649.320	6.034.317	6.232.086	28.915.132
Pessoal e encargos sociais	1.517.762	1.529.251	7.585.837	2.740.043	2.798.407	13.648.131
Outras despesas correntes	1.933.229	203.385	9.063.484	3.294.274	3.433.679	15.267.001
Demais despesas correntes	1.933.229	203.385	9.063.484	3.294.274	3.433.679	15.267.001
Despesas de capital	249	1.018.443	2.329.564	200.544	1.404.718	2.828.519
Investimentos	244	436	(24)	7.063	5.324	26.457
Inversões financeiras	4	1.018.006	2.329.689	193.480	1.399.394	2.802.073
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	125.496.733	117.545.997	640.574.178	303.129.351	264.881.614	1.268.259.704
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	4.894.037	153.959.685	224.648.762	138.679.520	154.593.763	625.752.327
Amortização da dívida interna	809.804	153.796.805	216.788.190	137.375.023	154.237.665	621.717.419
Dívida mobiliária	809.804	153.796.805	217.093.494	138.175.413	154.237.665	621.714.371
Outras dívidas	-	-	(305.304)	(800.391)	-	(285.537)
Amortização da dívida externa	4.084.234	162.880	7.166.818	1.304.498	356.098	3.850.617
Dívida mobiliária	4.046.602	146.932	5.981.006	1.241.007	129.794	2.845.189
Outras dívidas	37.631	15.948	1.185.811	63.491	226.304	1.005.428
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	130.390.770	271.505.682	865.222.942	441.808.871	419.475.377	1.894.012.029
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	130.390.770	271.505.682	865.222.942	441.808.871	419.475.377	1.894.012.029

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

Estado

(Continua)

Tabela 23
Balanco orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-out. 2015/2014

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2015			2014		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (i)	6.072.257.608	5.604.576.917	22.923.214.220	6.006.523.323	6.306.904.128	28.798.093.893
Receitas correntes	6.006.523.721	5.488.987.008	22.266.489.526	5.766.292.934	5.133.276.285	26.753.400.337
Receita tributária	3.668.444.631	3.438.494.802	12.496.951.378	3.273.488.141	3.417.218.847	16.552.634.342
Impostos	3.488.294.023	3.253.302.773	11.872.434.442	3.098.392.782	3.238.402.146	15.823.320.901
Taxas	180.150.608	185.192.028	624.516.936	175.095.359	178.816.701	729.313.441
Contribuição de melhoria	347.714.562	-	-	-	-	-
Receita de contribuições	347.714.562	356.112.128	1.380.433.646	318.437.175	328.643.832	1.577.758.468
Contribuições sociais	-	356.112.128	1.380.433.646	318.437.175	328.643.832	1.577.758.468
Contribuições econômicas	172.184.466	-	-	-	-	-
Receita patrimonial	10.612.485	173.041.141	623.160.165	677.744.009	117.856.144	1.087.592.348
Receitas imobiliárias	145.172.984	4.343.389	18.591.312	6.719.502	5.974.489	26.715.020
Receitas de valores mobiliários	3.150.134	150.378.385	555.100.936	81.375.612	70.801.062	334.141.510
Receitas de concessões e permissões	-	1.917.121,33	5.135.039	391.837	2.869.495	10.424.526
Outras receitas patrimoniais	2.879.404	-1.900	5.269.721	20.129.845	-	116.274.430
Receita agropecuária	33.124	97.938,06	284.613	30.000	40.374	221.516
Receita da produção vegetal	754	-	-	-	-	-
Receita da produção animal e derivados	29.600	95.656,66	277.243	30.000	35.600	215.937
Outras receitas agropecuárias	2.770	2.281,40	7.370	-	4.774	5.579
Receita industrial	-	-	-	-	-	-
Receita da indústria de transformação	-	-	-	-	-	-
Receita da indústria de construção	-	-	-	-	-	-
Outras receitas industriais	-	-	-	-	-	-
Receita de serviços	21.490.620	24.689.277	91.465.918	28.919.448	25.030.180	112.477.215
Transferências correntes	1.639.239.577	1.393.249.801	7.338.129.260	1.961.321.492	1.786.520.966	10.189.443.447
Transferências intergovernamentais	1.602.291.065	1.583.624.406	7.278.108.010	1.880.503.084	1.742.586.670	9.944.664.176
Transferências de instituições privadas	-	-	742.958	-	-	-
Transferências do exterior	-	9.451	9.451	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	36.948.512	-190.384.057	59.268.821	80.818.408	43.934.295	244.779.271
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	157.416.742	103.301.922	336.064.547	143.820.366	109.133.967	581.849.520
Multas e juros de mora	40.506.855	33.441.954	125.388.548	40.769.460	39.741.385	191.032.735
Indenizações e restituições	87.143.155	40.344.995	130.898.061	40.390.120	41.572.725	198.791.728
Receita da dívida ativa	5.603.505	3.690.471	18.646.553	11.145.914	8.168.211	60.383.923
Receitas diversas	24.163.227	25.824.502	61.131.384	51.514.872	19.651.646	131.641.134
Conta retificadora da receita orçamentária	0	0	0	-637.467.696	-651.168.025	-3.348.576.519
Receitas de capital	65.733.887	115.589.910	656.724.694	240.230.390	1.173.627.844	2.044.693.556
Operações de crédito	17.924.368	55.803.938	259.925.031	4.637.996	1.003.836.685	1.342.390.910
Operações de crédito internas	5.882.444	43.240.798	208.332.739	2.398.996	59.293.547	385.446.813
Operações de crédito externas	12.041.924	12.563.140	51.592.292	2.239.000	944.543.138	956.944.098
Alienação de bens	3.522.068	441.634	11.009.988	141.308	2.813.715	10.032.365
Alienação de bens móveis	1.109.935	-	1.703.325	-84.994	1.575.386	2.548.006
Alienação de bens imóveis	2.412.133	441.634	9.306.663	226.302	1.238.329	7.484.359
Amortização de empréstimos	14.264.610	28.094.480	108.836.935	51.193.755	13.841.830	112.494.651
Amortização de empréstimos	14.264.610	28.094.480	108.836.935	51.193.755	13.841.830	112.494.651
Transferências de capital	30.022.841	31.249.858	276.952.740	184.257.331	153.135.614	579.775.629
Transferências intergovernamentais	651.045	150.000	1.228.860	3.371.264	44.000	8.534.539
Transferências de instituições privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	29.371.796	31.099.858	275.723.880	180.886.067	153.091.614	571.241.090
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-

(Conclusão)

Tabela 23

Balanco orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-out. 2015/2014

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2015			2014		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-
Dív. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	-	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	702.827.387	464.321.416	1.624.300.120	386.877.939	403.966.967	34.989.073.851
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	6.775.084.994	6.068.898.334	24.547.514.340	6.393.401.263	6.710.871.095	587.435.549.305
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	6.775.084.994	6.068.898.334	24.547.514.340	6.393.401.263	6.710.871.095	587.435.549.305
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	6.775.084.994	6.068.898.334	24.547.514.340	6.393.401.263	6.710.871.095	587.435.549.305
Saldos de exercícos anteriores	-	-	-	-	-	-

Receita intraorçamentária	2015			2014		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receitas correntes	702.827.387	464.321.416	1.624.300.120	386.877.939	403.966.967	1.891.165.145
Receita de contribuições	396.070.764	455.565.829	1.597.052.804	377.655.616	393.832.677	1.860.079.245
Contribuições sociais	396.070.764	455.565.829	1.597.052.804	377.655.616	393.832.677	1.860.079.245
Receita de serviços	6.755.247	8.755.587	27.247.317	9.222.324	10.133.827	31.084.552
Total	702.827.387	464.321.416	1.624.300.120	386.877.939	403.966.967	1.891.165.145

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Tabela 24

Balçoço orçoamentário – despesa – orçoamentos fiscal e da seguridade social – jan.-out. 2015/2014

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2015			2014		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Despesas (exceto intraorçoamentárias) (I)	5.935.124.422	6.060.747.530	28.544.433.412	5.609.897.944	5.848.154.831	25.411.461.433
Despesas correntes	5.385.299.846	5.567.949.811	25.846.059.836	4.801.468.295	5.176.385.630	22.660.784.967
Pessoal e encargos sociais	2.896.160.239	2.975.915.257	14.258.487.704	2.253.124.251	2.734.028.163	11.644.083.609
Juros e encargos da dívida	87.584.656	128.216.534	474.310.882	83.244.289	85.615.721	395.004.920
Outras despesas correntes	2.401.554.952	2.463.818.020	11.113.261.249	2.465.099.754	2.356.741.746	10.621.696.439
Transferências a municípios	849.958.031	880.397.689	4.209.741.264	807.780.679	818.820.568	3.971.101.498
Demais despesas correntes	1.551.596.921	1.583.420.331	6.903.519.985	1.657.319.076	1.537.921.178	6.650.594.940
Despesas de capital	549.824.576	492.797.720	2.698.373.576	808.429.649	671.769.201	2.750.676.466
Investimentos	344.594.280	271.558.615	1.681.357.248	678.893.006	533.382.473	1.984.235.787
Inversões financeiras	55.442.745	59.914.276	259.070.177	10.957.546	19.750.528	122.146.782
Amortização da dívida	149.787.552	161.324.829	757.946.151	118.579.097	118.636.201	644.293.897
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Reserva do rpps	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçoamentárias) (II)	708.854.096	451.131.631	2.249.920.965	305.241.598	422.190.880	1.598.013.144
Subtotal das despesas (III) = (I + II)	6.643.978.519	6.511.879.161	30.794.354.377	5.915.139.542	6.270.345.712	27.009.474.577
Amortização da dívida / refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	6.643.978.519	6.511.879.161	30.794.354.377	5.915.139.542	6.270.345.712	27.009.474.577
Superávit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	6.643.978.519	6.511.879.161	30.794.354.377	5.915.139.542	6.270.345.712	27.009.474.577

Despesa intraorçoamentária	2015			2014		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Despesas correntes	708.854.096	451.131.631	2.249.920.965	305.241.598	422.190.880	1.598.013.144
Pessoal e encargos sociais	351.528.822	382.151.058	1.703.540.389	261.530.976	372.823.715	1.370.200.301
Outras despesas correntes	357.325.275	68.980.573	546.380.577	43.710.622	49.367.165	227.812.844
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	708.854.096	451.131.631	2.249.920.965	273.542.627	422.190.880	1.566.314.173

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 25
Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2014-out. 2015

(R\$ 1,00)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Janeiro	1.484.124.207	1.583.511.763	163.693.939	150.462.916	1.647.818.146	1.733.974.679
Fevereiro	1.453.994.092	1.454.444.368	280.889.224	161.936.239	1.734.883.316	1.616.380.607
Março	1.328.502.425	1.360.457.185	132.882.059	392.603.113	1.461.384.484	1.753.060.297
Abril	1.348.908.999	1.656.563.208	275.939.975	267.767.705	1.624.848.974	1.924.330.912
Maio	1.373.463.025	1.421.610.534	308.023.225	267.257.890	1.681.486.249	1.688.868.424
Junho	1.475.655.314	1.431.792.705	235.482.127	266.964.687	1.711.137.440	1.698.757.392
Julho	1.326.532.115	1.455.357.934	268.112.600	536.098.010	1.594.644.716	1.991.455.944
Agosto	1.372.151.126	1.479.578.363	306.692.299	651.757.885	1.678.843.425	2.131.336.248
Setembro	1.415.365.716	1.484.318.807	319.553.514	528.826.632	1.734.919.231	2.013.145.439
Outubro	1.531.899.546	1.615.833.564	150.400.071	286.464.723	1.682.299.617	1.902.298.287
Novembro	1.564.423.799	-	101.454.348	-	1.665.878.147	-
Dezembro	1.669.982.818	-	363.826.644	-	2.033.809.462	-

Fonte: Sefaz-BA – Relatórios Bimestrais.
Elaboração: SEI.

(Continua)

Tabela 26 Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Brasil – jan.-out. 2015/2014											
Unidade da federação	2015										
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Acumulado jan.-dez.
Norte	2.089.740	1.901.438	1.820.077 (1)	1.975.209 (1)	2.042.150	1.202.028	1.330.565	2.008.569 (1)	1.401.573	0	15.771.348 (1)
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	619.732	633.218	619.063 (1)	629.904 (1)	701.723	805.396	773.943	614.116 (1)	842.908	0	3.817.755 (1)
Pará	870.290	758.663	727.292	780.526	779.623	281.258	276.530	267.876	259.557	0	7.161.361
Rondônia	281.690	241.379	213.367	275.428	275.931	59.255	59.750	62.349	71.699	0	2.373.016
Amapá	81.722	67.986	64.668	63.116	58.889	56.119	50.604	52.309	53.302	0	589.434
Roraima	57.249	49.353	49.829	56.558	53.354	169.739	174.107	189.199	174.107	0	478.676 (1)
Tocantins	179.057	150.838	145.858	169.677	172.629	0	0	0	0	0	1.351.106
Nordeste	5.740.008 (1)	5.262.624 (1)	4.946.771 (1)	5.564.162	5.120.229	5.335.472 (1)	5.271.683	3.971.609	5.457.400	0	46.669.959 (1)
Maranhão	394.197	418.874	381.999	385.289	387.236	442.114	390.345	439.220	449.473	0	3.688.748
Piauí	293.266	274.280	224.088	262.695	239.885	292.520	267.298	261.720	313.080	0	2.428.831
Ceará	843.832	763.582	752.657	811.920	767.845	807.175	813.072	845.356	853.833	0	7.259.271
Rio Grande do Norte	415.222	371.584	367.826	379.461	355.475	367.024	377.810	0	369.703	0	3.004.106
Parabíba	436.477	367.506	345.780	385.136	394.408	368.959 (1)	372.812	359.070	362.583	0	3.382.731 (1)
Pernambuco	1.198.389	1.071.965	974.392	1.101.118	994.736	1.054.763	1.040.292	0	1.079.627	0	8.515.282
Alagoas	293.307	280.768 (1)	231.880 (1)	253.347	274.569	250.351	230.633	237.403	236.593	0	2.288.852 (1)
Sergipe	257.787 (1)	239.754 (1)	216.528 (1)	242.506	233.707	241.080	234.184	259.236	227.367	0	2.152.150 (1)
Bahia	1.607.531	1.474.311	1.451.621	1.742.690	1.482.369	1.511.486	1.545.236	1.569.604	1.565.141	0	13.949.988
Sudeste	17.183.618	16.393.588	16.125.333	14.550.736	13.749.283	17.155.398	17.544.228	16.565.801	17.836.728	0	147.104.714
Minas Gerais	3.223.717	2.968.410	2.912.383	3.175.767	3.046.970	3.124.987	3.127.672	3.183.676	3.215.730	0	27.979.312
Espírito Santo	771.855	760.248	677.656	781.857	741.769	756.870	806.417	793.442	1.103.380	0	7.193.495
Rio de Janeiro	2.970.030	2.525.843	2.434.570	0	0	2.741.916	3.099.825	2.499.998	2.810.217	0	19.082.398
São Paulo	10.218.016	10.139.087	10.100.724	10.593.112	9.960.544	10.531.626	10.510.313	10.088.686	10.707.401	0	92.849.509
Sul	5.977.293 (1)	5.051.357	5.270.441 (1)	5.761.502	5.651.617	5.478.193	5.422.156	5.466.782	6.094.543	0	50.173.885 (1)
Paraná	2.150.055	1.650.280	1.896.168	2.019.252	2.097.232	1.998.898	2.065.633	2.035.514	2.282.517	0	18.195.550
Santa Catarina	1.463.996 (1)	1.312.392	1.302.888 (1)	1.401.647	1.336.444	1.285.854	1.232.213	1.301.344	1.287.449	0	11.924.227 (1)
Rio Grande do Sul	2.363.242	2.088.685	2.071.385	2.340.603	2.217.941	2.193.441	2.124.310	2.129.923	2.524.577	0	20.054.109
Centro-Oeste	2.986.899	2.862.852	2.772.029	3.126.371 (1)	2.990.687	3.061.808	3.107.644	2.446.897	1.317.803	0	24.672.989 (1)
Mato Grosso	650.875	641.872	679.196	781.654	695.282	711.673	746.893	715.390	742.097	0	6.364.931
Mato Grosso do Sul	636.922	571.478	597.889	655.282	628.487	626.542	650.945	0	0	0	4.367.545
Goiás	1.099.961	1.097.295	1.016.463	1.126.542 (1)	1.116.540	1.106.606	1.174.511	1.155.940	0	0	8.893.858 (1)
Distrito Federal	599.141	552.207	478.481	562.894	550.378	616.988	535.294	575.567	575.706	0	5.046.656
Brasil	33.977.559 (1)	31.471.859 (1)	30.934.650 (1)	30.977.980 (1)	29.553.966	32.232.901 (1)	32.676.275	30.459.659 (1)	32.108.047	0	284.392.895 (1)

(Conclusão)

Tabela 26
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Brasil – jan.-out. 2015/2014

Unidade da federação	2014											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Norte	1.941.633 (1)	1.856.474	1.797.410	1.816.172	1.857.770	1.887.114 (1)	1.828.586 (1)	1.971.176	1.684.776	1.675.212	1.885.759 (1)	1.353.986
Acre	0 (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 (1)
Amazonas	663.711	720.430	701.301	634.659	667.543	631.993	567.743 (1)	632.909	651.475	600.676	763.119 (1)	0
Pará	733.435	676.427	636.046	696.640	681.023	720.018 (1)	718.350	768.474	750.830	780.229	813.709	1.092.105
Rorônia	261.787	191.264	218.059	226.689	239.835	257.455	267.810	285.615	0	0	0	1.948.514
Amapá	77.089	72.255	59.683	65.462	69.030	69.527	71.910	71.275	71.642	74.591	75.499	83.487
Roraima	49.272	47.990	45.305	47.876	51.409	53.440	48.848	47.131	48.165	52.562	56.540	0
Tocantins	156.338	148.108	137.015	144.846	148.931	154.681	153.925	165.772	162.663	167.154	176.892	189.719
Nordeste	5.291.162	5.069.902	4.808.552	4.862.134	26.400.097	5.125.049	4.908.980 (1)	5.027.161	5.259.314	5.562.708	30.166.585	5.833.935
Maranhão	408.968	368.327	370.487	332.790	379.816	368.955	371.820	404.306	398.902	450.620	421.483	439.152
Piauí	240.707	248.030	204.551	238.784	235.031	242.000	238.574	249.536	259.909	281.399	266.499	274.339
Ceará	775.352	762.942	724.674	738.926	723.088	752.458	780.739	761.177	830.214	856.339	861.852	887.968
Rio Grande do Norte	346.846	352.314	350.106	358.043	347.248	361.082	334.755	381.141	376.606	374.675	396.950	409.691
Paraíba	373.911	331.353	339.589	346.514	383.408	364.374	344.151	350.459	367.946	385.225	405.870	399.130
Pernambuco	1.119.921	1.008.829	1.000.662	971.082	999.635	1.053.642	1.005.336	988.313	1.064.817	1.114.645	1.158.919	1.184.000
Alagoas	259.419	247.902	240.484	238.750	262.532	208.059	224.489	223.057	246.630	244.860	256.201	275.469
Sergipe	252.588	228.821	211.512	218.489	216.381	226.008	210.607 (1)	217.251	221.593	247.733	24.773.278	233.284
Bahia	1.513.449	1.521.383	1.366.488	1.418.755	1.441.194	1.548.472	1.398.511	1.451.920	1.492.697	1.607.212	1.625.532	1.730.901
Sudeste	16.801.664	16.667.741	16.073.423	16.326.412	16.344.114 (1)	16.389.749	16.543.503	16.302.527	17.121.200	17.991.779	17.288.093	18.159.683
Minas Gerais	3.202.912	3.181.795	2.919.350	3.078.683	3.034.947 (1)	3.211.897	3.048.410	3.209.803	3.295.486	3.400.093	3.474.958	3.229.710
Espírito Santo	744.747	738.741	863.876	701.856	755.761	758.656	697.930	695.344	684.122	790.398	759.377	808.356
Rio de Janeiro	2.855.822	2.841.005	2.611.484	2.676.961	2.514.530	2.430.417	2.545.639	2.620.494	2.645.156	2.884.164	2.652.799	2.608.066
São Paulo	9.998.183	9.906.200	9.678.713	9.868.912	10.038.876	9.988.778	10.251.524	9.776.885	10.496.436	10.971.124	10.400.959	11.513.550
Sul	5.379.863	4.921.918	4.935.593	5.243.683	5.016.922	5.102.846	4.724.562	5.056.243	5.587.398	5.619.429	5.327.825	2.498.295 (1)
Paraná	1.835.815	1.617.494	1.681.523	1.874.550	1.719.730	1.724.115	1.672.688	1.707.120	1.951.086	1.994.028	1.838.616	0
Santa Catarina	1.337.314	1.259.176	1.278.663	1.257.322	1.250.828	1.293.069	1.181.943	1.241.952	1.334.752	1.396.959	1.480.990	0
Rio Grande do Sul	2.206.733	2.045.248	1.975.407	2.111.810	2.046.364	2.085.662	1.869.931	2.107.171	2.301.561	2.228.441	2.008.219	2.498.295 (1)
Centro-Oeste	2.809.838	2.613.092	2.562.936	3.030.045	2.890.626	2.912.842	2.857.576	3.008.321	3.222.271	3.171.612	3.038.436	3.571.271 (1)
Mato Grosso	667.989	576.409	558.839	718.936	638.639	685.357	682.631	685.988	698.234	734.028	706.208	684.831
Mato Grosso do Sul	593.876	576.872	571.806	616.964	605.920	605.983	583.045	616.542	636.956	615.016	647.810	695.994
Goiás	978.814	958.688	928.682	1.155.869	1.078.473	1.090.618	1.049.940	1.096.847	1.320.167	1.152.436	1.117.504	1.324.816 (1)
Distrito Federal	569.159	501.122	503.608	538.276	567.594	530.884	541.961	608.944	566.914	670.132	566.914	865.630
Brasil	32.224.159 (1)	31.129.126	30.177.913	31.278.446	52.509.530 (1)	31.417.600 (1)	30.863.208 (1)	31.365.427	32.874.958	34.020.741	57.066.698 (1)	31.417.170 (1)
												426.984.976 (1)

Fonte: Sefaz/Confaz/Cotepe-ICMS.

Elaboração: SEI/Confaz.

Última Atualização em dezembro.

(1) Dado sujeito a retificação.

Município

Tabela 27
Balanco orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-out. 2015/2014

Receita realizada	2015			2014		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	700.890.087	724.645.827	4.121.667.257	818.191.249	797.401.150	4.018.526.745
Receitas correntes	687.328.599	717.673.021	4.088.663.964	814.883.861	795.673.896	4.003.298.944
Receita tributária	248.172.005	280.238.101	1.633.844.852	334.986.811	319.142.298	1.694.710.606
Impostos	226.367.744	258.615.626	1.437.357.398	314.733.790	290.462.028	1.494.807.487
Taxas	21.804.261	21.622.474	196.487.454	20.253.021	28.680.270	199.903.119
Outras receitas tributárias	-	-	-	-	-	-
Receita de contribuições	14.527.718	15.614.546	173.219.656	35.963.451	32.162.934	156.486.284
Contribuições sociais	-	-	98.587.596	22.868.867	20.460.984	98.722.860
Contribuições econômicas	-	-	11.582.829	13.094.584	11.701.949	57.763.423
Receita patrimonial	44.089.694	24.462.161	148.268.505	30.214.420	66.584.186	163.948.577
Receitas imobiliárias	1.642.471	1.158.816	4.818.358	1.517.326	4.243.428	6.981.196
Receitas de valores mobiliários	29.672.877	15.162.938	101.903.346	23.513.360	22.582.539	100.167.936
Receitas de concessões e permissões	12.774.347	8.140.407	41.546.800	5.183.733	39.758.219	56.799.446
Outras receitas patrimoniais	-	-	-	-	-	-
Receita industrial	-	-	-	-	93.227	93.227
Receita da indústria de construção	-	-	-	-	93.227	93.227
Receita de serviços	3.690.383	156.068	12.207.496	8.815.437	3.208.904	13.326.681
Transferências correntes	340.911.249	359.631.724	1.941.068.755	357.259.104	331.321.580	1.774.546.024
Transferências intergovernamentais	340.499.196	358.824.258	1.928.171.181	356.203.036	327.486.331	1.736.189.450
Transferências de instituições privadas	12.710	600	10.059.778	12.635	2.137.400	27.297.904
Transferências do exterior	-	-	0	-	-	1.360
Transferências de pessoas	260.310	2.207	263.067	701	700	11.784
Transferências de convênios	139.033	804.659	2.574.729	1.042.732	1.697.149	11.045.525
Outras receitas correntes	35.937.549	37.570.422	180.054.701	47.644.639	43.160.768	200.187.546
Multas e juros de mora	19.127.932	19.471.526	82.515.623	23.248.444	24.072.966	92.807.831
Indenizações e restituições	4.613.407	3.876.076	11.642.216	1.359.057	1.785.757	6.029.592
Receita da dívida ativa	10.848.870	9.636.235	69.006.805	18.472.329	15.284.232	88.777.470
Receitas diversas	1.347.339	4.586.584	16.890.058	4.564.808	2.017.813	12.572.652
Receitas de capital	13.561.488	6.972.806	33.003.293	3.307.389	1.727.254	15.227.801
Operações de crédito	6.195.598	152.642	6.348.239	-	-	-
Operações de crédito internas	6.195.598	152.642	6.348.239	-	-	-
Alienação de bens	5.702.173	4.160.964	22.332.137	-	-	225.822
Alienação de bens móveis	-	-	1.676.729	-	-	225.822
Transferências de capital	1.663.717	2.659.200	4.322.917	3.307.389	1.727.254	15.001.979
Transferências intergovernamentais	-	-	-	2.917.083	357.333	11.015.207
Transferências de convênios	1.663.717	2.659.200	4.322.917	390.305	1.369.921	3.986.773
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-
Receitas diversas	-	-	-	-	-	-
Dedução da receita corrente	-	-	-	-	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	63.968.107	63.861.017	241.106.663	39.474.726	36.144.159	170.312.242
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	764.858.194	788.506.843	4.362.773.920	857.665.975	833.545.309	4.188.838.987
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	764.858.194	788.506.843	4.362.773.920	857.665.975	833.545.309	4.188.838.987

Receita intraorçamentária	2015			2014		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receitas correntes	63.968.107	63.861.017	241.106.663	39.474.726	36.144.159	170.312.242
Receita de contribuições	63.968.107	63.861.017	241.106.663	39.474.726	36.144.159	170.312.242
Receita de serviços	63.968.107	63.861.017	241.106.663	39.474.726	36.144.159	170.312.242
Receita de capital	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital intraorçamentária	-	-	-	-	-	-
Total	63.968.107	63.861.017	241.106.663	39.474.726	36.144.159	170.312.242

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.
Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 28
Balço orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – jan.-out. 2015/2014

Despesa executada	2015			2014		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	833.517.254	832.499.891	3.850.678.567	819.555.138	783.363.334	3.444.308.661
Despesas correntes	781.281.746	765.470.546	3.651.924.322	756.877.649	711.211.125	3.182.134.096
Pessoal e encargos sociais	361.062.450	354.874.173	1.799.106.281	343.657.718	323.938.774	1.546.658.017
Juros e encargos da dívida	11.715.869	12.066.044	58.275.023	11.189.637	11.141.372	56.681.889
Outras despesas correntes	408.503.427	398.530.330	1.794.543.017	402.030.295	376.130.979	1.578.794.190
Despesas de capital	52.235.508	67.029.345	198.754.245	62.677.489	72.152.209	262.174.565
Investimentos	39.036.383	53.198.230	139.940.947	51.446.571	61.424.609	192.032.077
Inversões financeiras	-	-	-	-	-	0
Amortização da dívida	13.199.125	13.831.115	58.813.298	11.230.918	10.727.600	70.142.488
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	0
Despesas (intraorçamentárias) (II)	43.575.895	43.224.560	197.908.667	39.624.320	36.654.099	172.831.891
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	877.093.149	875.724.450	4.048.587.233	859.179.458	820.017.433	3.617.140.552
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	0
Total (V) = (III + IV)	877.093.149	875.724.450	4.048.587.233	859.179.458	820.017.433	3.617.140.552

Despesa intraorçamentária	2015			2014		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Despesas correntes	43.575.895	43.224.560	197.908.667	39.624.320	36.654.099	172.831.891
Pessoal e encargos sociais	43.460.351	43.195.674	197.761.577	39.624.320	36.654.099	172.831.891
Outras despesas correntes	115.544	28.886	147.090	-	-	-
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	43.575.895	43.224.560	197.908.667	39.624.320	36.654.099	172.831.891

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

cep@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rosangela Conceição

Elissandra Britto

INFORMAÇÕES

55 71 3115-4771

e 3115-4711

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista *Conjuntura & Planejamento*, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia e áreas afins, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da *Conjuntura & Planejamento* podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



ISSN 1413-1536

